



PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

**UMA PROPOSTA REFLEXIVA PELO VIÉS DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA
SOBRE A CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO – SE**

Ingrid Lopes de Oliveira

Laranjeiras/SE

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

UMA PROPOSTA REFLEXIVA PELO VIÉS DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA
SOBRE A CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO – SE

Ingrid Lopes de Oliveira

Dissertação apresentada como requisito parcial
para o Exame de Defesa de Mestrado em
Arqueologia pela Universidade Federal de
Sergipe.

Orientador: Jenilton Ferreira Santos

Agência Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -
CAPES

Laranjeiras/SE

2017

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO CAMPUS DE LARANJEIRAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

O48p Oliveira, Ingrid Lopes de
Uma proposta reflexiva pelo viés da arqueologia pública sobre a cidade de São Cristóvão – SE / Ingrid Lopes de Oliveira; orientador Jenilton Ferreira Santos. – Laranjeiras, 2019.
140 f.; il.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2019.

1. Arqueologia - São Cristóvão (SE). 2. Arqueologia e história.
3. História oral. 4. Patrimônio cultural. I. Santos, Jenilton Ferreira.
II. Título.

CDU 902(813.7)

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
MESTRADO:

INGRID LOPES DE OLIVEIRA

APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE EM 04 DE AGOSTO DE 2017

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jenilton Ferreira Santos

Presidente

Profª Drª Suely Gleyde Amancio Martinelli

Interno

Walderfrankly Rolim de Almeida Santos

Externo

À minha família e meus amigos, com amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meu orientador, Ton Ferreira, pela mão estendida e pela colaboração com esta pesquisa.

Aos demais professores dessa instituição, por me fazer expandir os olhares acerca do papel social que a arqueologia tem adotado atualmente.

Agradeço também aos meus professores da graduação: Janaína Santos, Vivian Sena, Leandro Mageste. Vocês me ajudaram e acreditaram em mim em todos os momentos, contribuindo não só para o meu ingresso no mestrado, mas na minha atuação enquanto arqueóloga.

À Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro, sem o qual não poderia ter concretizado a pesquisa.

À minha família, pelo apoio e por depositarem suas confianças em mim. Minha mãe Sandra, por nunca desistir. Minha avó e meu tio, Marina e Marcelo, pelos incentivos e claras demonstrações de orgulho. E a Henrique, pode ser contribuidor ativo nesse sonho.

Agradeço a cidade de São Cristóvão, por ter me acolhido tão bem e por ainda acreditar que a cultura é uma das peças para o bom desenvolvimento de uma cidade.

Aos amigos feitos no período do mestrado: Gustavo Cabral sempre de bom humor, Aline Rios e suas eternas reclamações, Jane Viana e seu cafezinho sensacional nos intervalos da aula, Felipe Neves por todas as conversas. Ao pessoal do doutorado que sempre me ajudou muito com reflexões dentro e fora da sala de aula: Moyses Siqueira, Laura Almeida e a Beatriz Bandeira, por me acompanhar não só na vida acadêmica, mas também nos carnavais de Olinda.

Aos amigos que Aracaju me deu: Rodrigo, Nicolas, Arnaldo e Sr. Luis, por terem sido a minha família desde o começo e por me transmitirem tanta paz e alegria.

Agradeço também às amigas de Recife: Carol Beviláqua, por estar comigo desde a escola e sempre me apoiar em tudo. Patrícia Camilo, por ser tão good vibes. Isabelly Siqueira, por me levar sempre no McDonald's mais próximo, na luta pelo combate do meu estresse.

E também agradeço aos amigos que a faculdade e a vida me deram e que sei que serão minha família onde eu estiver: Ana Caroline Maciel, Iunny Macêdo, Lázaro Moreira, Sara Souza, Rafaella Lopes, Charles Miller, Suele Magalhães.

E por último, mas de uma importância indescritível, agradeço a dois personagens que tem participação ímpar em minha vida: José Thiago, que está comigo desde a graduação, sempre se mostrando parceiro. Compartilhando momentos de tensões e de (muitas!) alegrias. Obrigada, Zé! Você é brother demais! E a minha irmã de vida, Nina Rosa Ledoux. Obrigada, Nina, por todos esses anos, desde a graduação até agora, pela parceria. Obrigada por ser, muitas vezes, mais que uma amiga, uma mãe. Por todos os estresses, incontáveis alegrias, por superar as barras junto comigo e por sempre acreditar que a gente vai dominar o mundo (rs). E, muito obrigada por falar lá em 2014 ainda que esse mestrado seria nosso. Ele foi nosso! Obrigada, Nina, amo você!

“O futuro tem um coração antigo”

Carlo Levi

RESUMO

A cidade de São Cristóvão, em Sergipe, se destaca no âmbito preservacionista pela sua singularidade e expressividade contidas em seus espaços públicos e suas edificações, que agregam valores históricos, arqueológicos, arquitetônicos, etc., e esses fatores levaram a cidade a obter o título de patrimônio da humanidade com a Praça São Francisco. Entretanto a cidade tem passado por momentos difíceis, onde o descontentamento com o cenário cultural tem desestimulado os artistas e a população, demonstrando que sentimento de pertencimento dos são cristovenses se encontra nitidamente abalado. É nesse sentido que esta pesquisa buscou compreender quais os fatores que levaram ao distanciamento da comunidade e o patrimônio de São Cristóvão, a partir de análises de entrevistas realizadas com os influenciadores culturais do município. Considerando as análises, foi possível apresentar alguns meios para que o distanciamento fosse minimizado e a sensibilização da população para com o patrimônio ocorresse de maneira mais leve e produtiva e pensada para a realidade da cidade. O trabalho teve como base o viés da arqueologia pública, que visa romper as barreiras do científico e do leigo, a fim de construir uma arqueologia socialmente engajada.

Palavras-Chave: Arqueologia Pública. Patrimônio Cultural. São Cristóvão.

ABSTRACT

The city of São Cristóvão, located in the state of Sergipe, stands out in the preservationist field for the singularity and significance of its public spaces and buildings, which add historical, archaeological, architectural etc. value to the city and led it to be recognized as a World Heritage Site for its São Francisco Square. However, the city has been through difficult times, since the discontent with the cultural scene has discouraged its artists and population, showing that the sense of belonging of the São Cristóvão citizens is clearly shaken. With that in mind, this research seeks to understand the factors that led to the distancing between the community and the city's cultural heritage, based on interviews with local cultural agents. Through the analysis of these interviews, it was possible to come up with some ways of minimizing that distancing and make the population's awareness of the city's heritage rise in an easy and productive way, as well as suitable for the local reality. The work was based on public archeology's bias, which aims to break down barriers between the scientific and the popular in order to build a socially engaged archeology.

Keywords: Public Archeology. Cultural Heritage. São Cristóvão.

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	11
LISTA DE ABREVIATURAS.....	12
INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO	18
1.1 O processo de patrimonialização no Brasil.....	18
1.2. Patrimônio no estado de Sergipe	25
CAPÍTULO 2 - ARQUEOLOGIA PÚBLICA.....	35
2.1. O desenvolvimento da arqueologia pública.....	35
2.2. Arqueologia pública no Brasil	40
CAPÍTULO 3 - A ARQUEOLOGIA E O PODER DA FALA.....	51
3.1. Oralidade na arqueologia histórica	51
3.2. Metodologia de Entrevista para História Oral	53
3.3. Transcrição de entrevistas.....	55
3.4. Apresentação dos entrevistados	56
3.5. As entrevistas	59
CAPÍTULO 4 – UMA PROPOSTA REFLEXIVA PELO VIÉS DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA SOBRE A CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO – SE	60
4.1. São Cristóvão e as ações patrimoniais.....	60
4.2. São Cristóvão enquanto patrimônio para a população.....	65
4.3. Análises das entrevistas	68
4.4. Reflexões e propostas sobre o cenário patrimonial da cidade de São Cristóvão.	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
ANEXOS	86

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Vista aérea da cidade de São Cristóvão - SE.

Figura 2 - Visão da Praça São Francisco a partir da Casa do Patrimônio do IPHAN

Figura 3 - Convento Santa Cruz, também conhecido como Convento São Francisco.

Figura 4 - Casa do Patrimônio do IPHAN.

Figura 5 - Exposição "A Paisagem Cultural da Praça São Francisco" na Casa do Patrimônio do IPHAN.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRASEL - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes

AMA - Arqueologia do Meio Atlântico

CNA/Iphan - Centro Nacional de Arqueologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DESO - Companhia de Saneamento de Sergipe

FUMDHAM - Fundação Museu do Homem Americano

FUNPATRI - Financiamento do Patrimônio

ICMS - Imposto Sobre Circulação De Mercadorias E Serviços

IEPA - Instituto do Patrimônio Estadual

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

MIPASC - Movimento Independente Popular Amigos de São Cristóvão

MPB - Música Popular Brasileira

ONG - Organização Não Governamental

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PRONAPA - Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas

SEDETEC - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia

SEIDES - Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

UC - Unidades de Conservação

UEP - Unidades Executoras do Projeto

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNISA - Universidade de Santo Amaro

INTRODUÇÃO

O estado de Sergipe é conhecido por fomentar discussões no plano nacional, principalmente no tocante à arqueologia pré-histórica, com suas áreas arqueológicas que dizem muito sobre a ocupação do Brasil. Seus sítios arqueológicos podem ser encontrados principalmente na região do semiárido do estado, com datações bastante recuadas no tempo. Porém, o potencial arqueológico do estado vai além. O estado também abriga um tipo de sítio arqueológico pouco conhecido pela população como tal. São os centros históricos que resguardam em seus subsolos e em sua arquitetura um rico patrimônio.

Esses centros históricos também se enquadram como sítios arqueológicos e são recorrentes em vários estados brasileiros. São sítios que contém os aspectos do modo de vida da época do Brasil colônia, com seus conjuntos arquitetônicos e sua representatividade política e religiosa que pode ser verificada na apropriação dos espaços, na cultura material e no contexto histórico no geral.

Sergipe tem os seus limites de fronteiras delimitados entre os estados da Bahia, ao norte, e de Alagoas ao sul, porém nem sempre foi assim. Na época do Brasil colônia, Sergipe se limitava entre a capitania da Bahia e a capitania de Pernambuco e tinha como capital a cidade de São Cristóvão. Atualmente São Cristóvão é a quarta cidade mais antiga do país e apresenta o seu centro histórico tombado a nível federal, visto que apresenta várias edificações que contam sobre a história não só do estado, como do país.

Mas não só o tombamento bastou para a cidade. São Cristóvão é a única cidade de Sergipe que apresenta um patrimônio com o título de Patrimônio da Humanidade: a Praça São Cristóvão. Essa praça contém características únicas do período em que Espanha e Portugal eram regidos pelo mesmo governo, além de apresentar um conjunto arquitetônico de valor inestimável.

A despeito desse histórico, que aponta para a importância desse conjunto histórico urbano na consolidação de um pensamento preservacionista, é perceptível a necessidade de se preservar e de se conservar esses locais, como já é feito desde 1938, quando o próprio estado de Sergipe considerou São Cristóvão como patrimônio, por

exemplo. Entretanto a necessidade de ações preservacionistas foi incentivada e cobrada pelo Estado sem uma consulta prévia com a população.

Esse tipo de medida causou desconforto entre a comunidade e os órgãos públicos que lidam com o patrimônio. Essas ações têm efeitos negativos refletidos até a atualidade. Mas para tentar reverter essa situação, os vários núcleos que envolvem a cultura têm tentado se modificar em prol da conexão entre a população e o patrimônio.

Desta forma, a pesquisa tem como finalidade, apresentar medidas e sugestões para fazer o elo que falta entre a tríade: academia, órgãos públicos e sociedade, a partir do que os agentes culturais almejam para o futuro cultural da cidade, por meio da Arqueologia Pública. Promovendo assim uma maior sensibilidade e conhecimento da população para com o sítio histórico e o patrimônio da humanidade que se encontra na cidade de São Cristóvão. É importante lembrar que a pesquisa não se propõe corroborar a “hierarquia patrimonial” considerando o ponto de vista dos agentes culturais, mas abrir caminhos para diálogos mais democráticos.

O conhecimento democratizado sobre o patrimônio, possibilitado, também, por meio do diálogo com agentes culturais, torna viável que as comunidades se empoderem da história local e de elementos culturais, fomentados com as pesquisas arqueológicas, da mesma forma com que se relacionam com suas próprias histórias, produzindo assim uma nova meta-história para a localidade. Isso permitirá que a conservação e preservação dos sítios aconteçam de forma espontânea.

Seguindo esses pressupostos, os objetivos da pesquisa é compreender a importância econômica, histórica e arqueológica do centro histórico através dos influenciadores culturais do município e como essas informações são ou podem ser mais democráticas, a fim de envolver a comunidade nesse processo. Metodologicamente a pesquisa foi instrumentalizada pelas entrevistas semiestruturadas, realizadas com os facilitadores de cultura que trabalham na cidade de São Cristóvão - SE. Diante do resultado das entrevistas, foram feitas sugestões para observar quais práticas poderiam ser adotadas para que o patrimônio da cidade pudesse ser entendido pela população, a partir do que esses influenciadores estão trabalhando e entender por quais motivos a cidade de São Cristóvão - SE não consegue se desenvolver como centro histórico com força turística.

Para alcançar esses objetivos, foram realizadas visitas ao sítio para que se pudessem fazer sugestões de quais práticas de ligação entre a comunidade, o patrimônio e os agentes culturais se encaixam na realidade do local. Também foram realizadas entrevistas com esses influenciadores culturais, para abarcar os significados conferidos ao centro histórico e quais ações estão sendo produzidas. As entrevistas se constituíram indispensáveis para que se pudesse observar de que modo a população e os agentes veem e entendem a cidade de São Cristóvão, qual a influência dos sítios arqueológicos nos cotidianos, nas relações socioculturais e políticas da região. Tais entrevistas foram realizadas de maneira semiestruturadas (unindo perguntas abertas e fechadas), como já mencionado. Além da busca e produção sobre a contextualização da área estudada.

Neste texto serão apresentados quatro capítulos, sendo o primeiro deles se propõe apresentar o processo de patrimonialização tanto no Brasil quanto em São Cristóvão - SE, que se mostram imprescindíveis para compreender as relações que foram estabelecidas na cidade. O segundo Capítulo trará a revisão teórica de temáticas que se mostram imprescindíveis para a prática da Arqueologia Pública, abordando qual o seu desenvolvimento no Brasil, com suas principais discussões. Também trará discussões para elucidar questões sobre a oralidade na arqueologia e quais os métodos para se realizar entrevistas. O terceiro capítulo traz as questões acerca da história oral e de como ela é viável dentro de estudos arqueológicos e como foram feitas as análises desse tipo de estudo dentro dessa pesquisa. O quarto capítulo traz as discussões e sugestões partindo do que foi apresentado nos capítulos anteriores, a fim de recomendar quais as intervenções que podem ser realizadas na cidade de São Cristóvão – SE, pós-análises das entrevistas realizadas para esta pesquisa e informações de bibliografias produzidas com entrevistas dos moradores da cidade.

CAPÍTULO 1 – O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO

Neste capítulo serão apresentadas as bases para a patrimonialização dos bens tanto no Brasil quanto no estado de Sergipe. É importante salientar que esses processos foram significativos para instituir o patrimônio no Brasil, contudo também é interessante ressaltar que o formato adotado para tanto alterou o olhar da população em relação aos patrimônios brasileiros.

1.1 O processo de patrimonialização no Brasil

O conceito de patrimônio foi instaurado no final do século XIX e se encontra presente nos dias atuais, porém, de maneira diferenciada. O mesmo vem sendo discutido e evoluído pouco a pouco, com as diversas reformulações no âmbito patrimonial.

Ao se falar de patrimônio histórico, é possível perceber que o monumento histórico se inicia com o tratamento isolado, ou seja, começou-se a entender o patrimônio de forma pontual. Caberia aos responsáveis observar quais seriam as edificações a ser conservadas, pois havia uma preocupação com o tecido urbano, com o centro histórico das cidades, onde o patrimônio era algo inalcançável e deveria permanecer de maneira intocável para manter a história (COSTA, 2012).

Desde o final do século XX observam-se profundas transformações sociais, econômicas e geográfica, e concomitante a isso, as cidades desejavam construir uma nova imagem, investindo assim em transformações urbanas provenientes da acelerada globalização econômica, industrial e tecnológica que o mundo vivenciava a partir daquele momento.

As transições constantes de pessoas e de conhecimentos de diferentes lugares, também contribuíram para a necessidade de definição dessa nova imagem dos centros urbanos. São cidades com histórias, economias e culturas diversas que compartilham da mesma ideia de concepção de reconstrução imagética, sobretudo por via da difusão de modelos de circulação global, que orientam práticas e políticas de intervenção, requalificação, ancorados na ideia de que o ato de preservar, remodelar ou construir é fundamental para a patrimonialização e, consequentemente, para a reinvenção dessas cidades (FORTUNA, 1997).

A partir de então, surge a preocupação com a patrimonialização das cidades históricas. Um dos principais fatores dessa preocupação é a descaracterização da malha urbana e com seu entorno, já que poderia estar à mercê de várias construções, o que levaria a consequências como degradação do bem cultural, além de causar uma poluição visual extremamente letal aos centros históricos. Por esse motivo, o governo de Getúlio Vargas junto o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) entrou com o processo de patrimonialização e tombamento com o discurso de evitar o processo de modernização nesses centros como descreve Cruz (2012).

“Em terras brasileiras, tais medidas remontam ao início do século XX e, embora apareçam já nos primeiros anos do século passado, é no contexto do movimento modernista que ganham força política. Uma espécie de receio institucionalizado de que tudo fosse literalmente tombado para dar lugar ao novo, ao moderno, parece ter sido uma das molas propulsoras do movimento de “patrimonialização do patrimônio”, no qual destaca-se a figura de Mário de Andrade, autor do primeiro anteprojeto de lei de proteção do patrimônio cultural, datado de 1936 (CRUZ, 2012, p. 95)”.

Esses processos deram origem às diversas cidades históricas encontradas no país e, apesar de ter sido feita de forma rigorosa, já que na época não existia a mesma percepção de conexão do patrimônio com a comunidade que se existe hoje, foi fundamental para a preservação desses centros históricos.

Ao dar início nesse processo de patrimonializar os bens, algumas cartas patrimoniais foram utilizadas, entre elas a Carta de Atenas do ano de 1933, que teve o seguinte tema “a cidade funcional com a ocupação racional do solo urbano”. O documento propunha a preservação de edifícios isolados, construções significativas, memória do passado, ao passo que quarteirões e edificações diferentes dos objetivados seriam devastados e suas áreas transformar-se-iam em campos verdes. (COSTA, 2012, p. 11). E foi esse um dos motivos para o tombamento isolado de vários bens no Brasil, com o propósito de salvaguardar prédios com expressões culturais específicas.

Entretanto, no ano de 1972 ocorre a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, e tendo como ideia principal a intenção de “salvaguardar o patrimônio humano, da riqueza monumental e da humanidade”. Nessa convenção considerou-se os monumentos, os conjuntos e os sítios como forma de preservação e conservação do Patrimônio e não apenas a preservação de um monumento isolado, mas dos bens como um todo. A Declaração de Amsterdã realizada em 1975

introduziu orientações para viabilizar a implantação de políticas de conservação integrada, conferindo ao poder público municipal a responsabilidade de elaborar programas de conservação e aplicar os recursos financeiros para esses fins. Assim, considera-se que o “patrimônio compreende não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros de cidades e aldeias que apresentem um interesse histórico e cultural” (CURY, 2004, p. 200).

O decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, solicitava à Procuradoria Geral do Distrito Federal que se manifestasse com relação a efetivar as medidas de tombamento de bens. Tendo como argumentos os requerentes, além do Decreto Lei nº 25/37, deveriam embasar a questão três fontes jurídicas: o Regimento Interno da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, de 1975208, o Artigo nº 180 da Constituição vigente 209, e a Lei nº 3.751, a lei San Tiago Dantas, em seu artigo 3º210. A Procuradoria levou em conta a Constituição que já permitia ações de tombamento do governador sem que fosse necessário procedimento legislativo. Porém, somente em 1989 foi editada uma legislação específica que disciplinasse o tombamento na esfera local. E assim, possibilitando que os poderes estaduais e municipais realizassem também tombamentos em seu território.

Para Bezerra (2016), o sentido do processo de patrimonialização está na organização das características das políticas urbanas atuais. Nesse contexto, os projetos de intervenção realçam um vínculo entre patrimônio e embelezamento arquitetônico, como uma fórmula de regeneração imagética e econômica da cidade.

“Nos anos recentes, em particular, parece haver um consenso geral, emergindo em todo o mundo capitalista avançado: os benefícios positivos são alcançados pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico” (HARVEY, 2005, p. 167).

Durante muito tempo, as cidades históricas foram pensadas e tombadas apenas como forma de resgate e investimento na economia, assim elas se tornaram verdadeiras mercadorias, sejam elas de forma turística, de divulgação, etc., como descreve Cruz, (2012).

“As “cidades históricas”, por sua vez, sejam elas capitais ou cidades do interior, metrópoles ou cidades pequenas, são rendidas às novas lógicas de produção dos espaços urbanos, segundo as quais a cidade se transforma, ela mesma, em mercadoria” (CRUZ, 2012. p. 102).

Outras cidades como Ouro Preto, Olinda e Salvador, por exemplo, permanecem e certamente permanecerão fragmentadas, com seus ‘centros históricos’ iluminados e suas periferias opacas - sendo esta a lógica do empreendedorismo urbano e das parcerias público-privadas que o sustenta. (CRUZ, 2012).

O certo é que algumas cidades brasileiras hoje são reconhecidas, inclusive internacionalmente como Patrimônio Cultural da Humanidade. Estas também chamadas de Cidades históricas, por ser representante da cultura regional e que por sua vez devem ser preservadas.

Para Perpétuo (2015), o IPHAN, de certa forma deu uma grande contribuição aos procedimentos de tombamento. Influenciando para que os bens fossem salvaguardados e possibilitando assim a não descaracterização dessas edificações.

“De certa maneira alguns dos procedimentos utilizados pelo IPHAN em suas primeiras décadas de atuação encontram-se reproduzidos na criação desse acervo, dada a primazia de itens egressos da religiosidade cristã, de museus e monumentos, por assim dizer, estatais e de caráter público – ainda que contasse com um inusitado tombamento de um espécime vegetal e de um tombamento de um pequeno conjunto urbano, a Vila Planalto, inserida numa área que já estaria protegida. Um detalhe importante é que os primeiros atos de tombamento se configuram como tombamentos “provisórios”, terminologia abandonada a partir de 1985 nos atos realizados por José Aparecido de Oliveira, que atribuiu provisoriedade somente ao tombamento da Árvore do Buriti, talvez pela natureza orgânica da coisa tombada. Se admitirmos que o Decreto-lei nº 27/37 serviu de mote para a maioria das legislações estaduais ou municipais de proteção a bens culturais, encontramos ali uma justificativa para tal procedimento, haja vista que o “tombamento provisório” passava a definitivo somente após apreciados pelo Conselho Consultivo e inscritos nos livros do tomo, procedimentos e estruturas administrativas e jurídicas ausentes no âmbito do GDF de então” (PERPÉTUO 2015 p. 168).

O quadro a seguir mostra, quantitativamente por regiões, os bens tombados conforme o Livro de Tombo dos bens patrimonializados no Brasil na Classificação do IPHAN (2013).

Região	Estados	Bens tombados	Percentual
Norte	Acre	1	11%
	Amapá	2	
	Amazonas	1	
	Pará	3	
	Rondônia	2	
	Tocantins	2	
Nordeste	Alagoas	6	86%
	Bahia	27	
	Ceará	11	
	Maranhão	4	
	Paraíba	8	
	Pernambuco	15	
	Piauí	6	
	Rio Grande do Norte	9	
	Sergipe	9	
Sul	Paraná	5	36%
	Rio Grande do Sul	23	
	Santa Catarina	8	
Sudeste	Espírito Santo	6	119%
	Minas Gerais	50	
	Rio de Janeiro	24	
	São Paulo	39	
Centro-Oeste	Distrito Federal	1	15%
	Goiás	8	
	Mato Grosso	4	
	Mato Grosso do Sul	2	

Quadro 1 – Relação da quantidade de Bens Tombados no Brasil e suas respectivas regiões. Fonte: IPHAN, 2013. Nota: Adaptado por Núbia Nascimento. *Apud* Nascimento & Balsan. (2014).

No quadro, pode-se observar que o maior índice de bens tombados no Brasil é na região sudeste, com ênfase no estado de Minas Gerais com um total de 50 bens tombados, neste com uma diversidade de bens, dentre eles, bens históricos, paisagísticos, etnológicos e arqueológicos.

A capital mineira justifica-se a quantidade de bens tombados, pois é uma das cidades mais antigas do Brasil, originados desde o século XVI, ali estão os vestígios da história e a memória do Brasil tanto na arte, arquitetura barroca, hábitos e costumes. A quantidade de bens patrimonializados sejam monumentos, centros históricos entre outros, localizados nas cidades mineiras como: Ouro Preto, Mariana, ali estão vivas em termos de representatividade a história do Brasil (NASCIMENTO & BALSAN, 2014).

Para Sayegh, (2009) Ouro preto, por exemplo, tem a sua importância da patrimonialização relacionado ao ponto de vista do desenvolvimento econômico a partir desenvolvimento do setor turístico na cidade. Ouro Preto hoje é dependente da atividade

turística e conta com incentivos e incrementos ao setor através da diversificação do público e da instituição de eventos durante todo o ano na cidade. A patrimonialização de Ouro Preto, aliada ao turismo, vem gerando alguns conflitos em relação ao uso do solo, principalmente nas últimas décadas. Os lugares de visitação turística continuam bem delimitados - espaços de sua formação inicial, como o “caminho tronco” e suas adjacências.

“A função turística, que vem sofrendo grande incremento nos últimos anos, aparece como um dos principais elementos geradores de transformações funcionais em Ouro Preto. A revitalização de áreas periféricas imediatas, o aparecimento de serviços e equipamentos de alto nível de atendimento, e a expansão do centro comercial principal ao longo do "caminho tronco", atesta a importância desta função para a estrutura urbana local. [...] a estrutura urbana de Ouro Preto, apesar de conservar a linearidade dos primeiros anos, vem se diversificando e surgem novos fluxos a partir da distribuição variada das atividades principais. Por outro lado, a expansão comercial altamente centralizada, aliada a uma expansão habitacional periférica e marginal (da do o seu caráter ilegal, face ao tombamento da cidade), caracterizam os processos diversos de geração: um reforço da função turística e de centro terciário na área central” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1975, não paginado).

Contudo pode-se observar que a maioria das cidades histórica tem seu processo de patrimonialização iniciado por uma questão econômica. Onde a patrimonialização dos bens locais e a preservação trazem valor financeiro através do turismo.

Observa-se ainda que a região norte é a menos privilegiada, de bens patrimonializados, o que nos leva a pensar no porquê dessa região ter tão poucos bens tombados, sendo que bem como as outras regiões, ela também possui um grande nível cultural possível de tombamento. Claval, (2005) descreve que a cultura é constituída pelo homem e que todas as regiões produziram cultura. “A cultura constitui-se de tudo que os homens adquirem no transcurso de sua vida” (CLAVAL, 2005, p. 90).

Percebe-se um emaranhado de significativo de comportamentos, de saber fazer, de conhecimento e de crenças de nossos pais e das pessoas com as quais convivemos jovens: a cultura constitui-se por meio de objetos e ritos do passado, é um patrimônio; é a experiência individual e coletiva a maneira como reagimos aos eventos cotidianos, o que também integra o presente; a cultura consolida-se e se movimenta aos planos que os grupos sociais imaginam para o futuro. A cultura deve ser lida como uma noção

dinâmica, que interliga o passado, o presente e o futuro (CLAVALL, 2005 *apud* COSTA; SCARLATO, 2012, p. 106).

“A patrimonialização de conjuntos arquitetônicos espacialmente concentrados já foi responsável, outros sim, em diversos casos - Pelourinho (BA), Bairro do Recife Antigo (PE), área central de Tiradentes (MG), por exemplo - pela expulsão (diga-se planejada) de populações locais cuja história, teoricamente, esses “bens culturais” representam. Tais exemplos ilustram o triunfo do valor de troca sobre o valor de uso no que diz respeito ao chamado “patrimônio cultural”. Além disso, revelam mais uma entre tantas contradições emanadas de tais ações relativas à proteção do “patrimônio cultural”: o cuidado com o patrimônio implica descuido ou descaso com populações diretamente vinculadas a eles” (CRUZ, 2012).

Já o processo de patrimonialização da cidade de Brasília, teve início na década de 1980, onde Aloísio Magalhães iniciou contatos com o então governador do Distrito Federal, Aimé Lamaison, e com a Universidade de Brasília, sob o comando do reitor José Carlos de Azevedo, no intuito da formação de um grupo interinstitucional visando preservar a cidade enquanto patrimônio cultural, “permitindo conduzir de maneira harmoniosa o acelerado desenvolvimento da cidade sem que este venha a descaracterizá-la”. Suas motivações, relacionadas ao que Brasília representava para ele, foram se somando aos discursos que argumentavam pela preservação e pela patrimonialização da cidade, notadas também por interlocutores variados, conforme trabalhado até aqui (PERPÉTUO, 2015).

E 24 de fevereiro de 1981, o chamado GT-Brasília viria a ser oficializado por meio do Decreto nº 5.819, que criava o “grupo de trabalho para estudar, propor e adotar medidas que visem à preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília”. Consta do decreto que, além do sistema do Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN) faria parte diversos órgãos do Distrito Federal, sem, no entanto, nomear a Universidade de Brasília, embora ela, por meio de pesquisadores, professores e equipe técnica, se fizesse presente desde o início até o encerramento das atividades, no final da década de 1980. (PERPÉTUO, 2015).

Após toda essa preocupação com o tombamento de bens históricos, haveria de se pensar em Preservação dos mesmos, já que grande parte estava sendo deteriorado pelo tempo, por construções indevidas ao seu redor entre outros problemas. No final da década de 1990 surge o Programa Monumenta com o objetivo principal de intervir que aliasse a preservação do patrimônio histórico ao desenvolvimento local, com geração de emprego e renda e estímulo à inclusão social. Porém apenas em 2003 esse programa

estabeleceu como fundamental encontrar um modelo capaz de interagir com as realidades locais e funcionar como uma ação de desenvolvimento urbano para as cidades sob proteção federal. O programa monumenta descreve abaixo suas ideias e articulações na proteção do patrimônio brasileiro.

“O Monumenta também criou uma estrutura para a descentralização da gestão do patrimônio com a criação de fundos municipais de preservação, investindo na criação de uma política local de patrimônio. Com essas mudanças, o Programa conseguiu impor uma cultura de preservação mais ampla, em detrimento da tradicional cultura da conservação pontual, que trata o bem protegido de forma isolada e independente do contexto local no qual se insere. A preservação do patrimônio cultural passa, então, a ser tratada como fator dinâmico que interage com as lógicas econômica e social próprias das cidades, integrando-se às políticas de desenvolvimento urbano implementadas pelo município. Essa articulação é imprescindível para inserir de fato as áreas protegidas na dinâmica urbana” (Programa Monumenta, 2009. 304 p. : il. ; 23 cm).

1.2. Patrimônio no estado de Sergipe

Em Sergipe o processo de patrimonialização também seguiu os conceitos adotados pelo país e logo no ano de 1938 (um ano após ter sido instaurada a lei que rege o patrimônio no Brasil), algumas cidades do estado já estavam resguardando seus patrimônios.

Sergipe seguiu uma tendência nacional e passou a patrimonializar os seus bens que representavam o Período Colonial, a arquitetura barroca e a memória dos membros da Igreja Católica e dos representantes da elite política e econômica. Os destinos turísticos em Sergipe ficaram durante décadas dependentes do patrimônio histórico e artístico tombado pelos órgãos nacional e estadual, principais atrativos turísticos das cidades sergipanas. Esses bens patrimonializados foram transformados em atrativos turísticos em décadas seguintes, pelos atores sociais, percebidos enquanto planejadores turísticos. Muitos destes foram reconhecidos pelos seus pares como intelectuais, representantes de instituições culturais, científicas ou acadêmicas e que auxiliaram, de alguma forma, a construir o discurso turístico do destino Sergipe (AZEVEDO, ANDRADE, 2004).

“Motivados pela *febre* do patrimônio e o modelo adotado em Minas Gerais, o interventor que governava Sergipe, Eronides Carvalho,

concedeu a São Cristóvão o título de monumento histórico, já em 1938. “Um grupo de intelectuais cuidou da questão, elaborou relatório sobre a situação dos prédios antigos, resultando no decreto-lei” (Dantas, 2004, p. 110). Outro bem tombado foi o Sobrado situado na Rua Padre Rocha Vilar, nº 251, na cidade de Rosário do Catete como patrimônio histórico estadual. A tabela a seguir demonstrará o quanto Sergipe contribuiu com o projeto varguista. Foi para aquele momento histórico privilegiado com 21 bens tombados que se tornaram patrimônio histórico e artístico nacional” (AZEVEDO, ANDRADE, 2004, p.189).

O estado de Sergipe possui um total de 9 bens tombados a nível federal, dentre eles está a cidade histórica de São Cristóvão. Essa cidade é a quarta mais antiga do país e foi a primeira capital de Sergipe e apresenta um conjunto histórico urbano de importância nacional.

Figura 5 - Vista aérea da cidade de São Cristóvão - SE.



Fonte: IPHAN, 2010.

A cidade foi fundada em janeiro de 1590, por Cristóvão de Barros, após várias lutas pelo território com tribos indígenas (VILELA, *et al.*, 1989). Entretanto, a cidade foi mudada de lugar duas vezes até se fixar no atual território. Essas mudanças ocorreram

em 1595/1596 e em 1603/1607 em busca de lugares estrategicamente viáveis, já que eram muito comuns ataques marítimos e a cidade deveria ficar sempre em alerta.

Como todas as cidades do Brasil, São Cristóvão teve uma investida ligada à igreja católica, incentivando com isso a construção de edificações católicas. Essas construções são consideradas como patrimônios para a atualidade e por isso se tornaram o patrimônio tombado da cidade, desde 1938.

Mas não só as construções religiosas tornaram-se patrimônio tombado. Os conjuntos arquitetônicos também se enquadraram e com isso, São Cristóvão levantou interesse sobre seu conjunto histórico e, em 1938, através do decreto-lei nº94 em 22 de junho, o governo do estado decide tomba toda a região histórica do município como monumento histórico (SILVA, 2012).

Entre as décadas de 1940 e 1960 o SPHAN concedeu o título de bem tombado para vários prédios isolados em São Cristóvão. E somente em 1967 é que o SPHAN considera tornar patrimônio todo o conjunto histórico e não somente casos isolados.

Em 1974, o Convênio entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República com a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia e a Secretaria de Turismo de Sergipe era direcionado à “restauração e complementação de monumentos históricos, visando sua utilização para fins turísticos” (Gazeta de Sergipe, 02.07.1974, p.7). Nessa época São Cristóvão utilizou os recursos para restaurar o chamado centro social da cidade, baseado nos discursos turísticos como Centro Histórico. Abaixo veremos a Relação de Bens Tombados na cidade de São Cristóvão em suas respectivas datas.

Bem Tombado	Livro do Tombo	Tombamento	Cidade	Observação
Convento e Igreja de Santa Cruz (Convento Franciscano/Convento de São Francisco)	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	29-12-1941	Praça de São Francisco - São Cristóvão	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao

				Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Convento e Igreja do Carmo	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	02-04-1943	Praça do Carmo - São Cristóvão	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Engenho Poxim: capela de Nossa Senhora da Conceição	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	21-09-1943	São Cristóvão	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Igreja da Ordem Terceira do Carmo (Igreja do Senhor dos Passos)	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	14-04-1943	Praça do Carmo - São Cristóvão	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da

				SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	20-03-1943	São Cristóvão	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Igreja e Casa da Misericórdia	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	14-01-1944	São Cristóvão	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.
Sobrado à Rua Coronel Grundino Prado, nº 2 (Rua	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	21-09-1943	São Cristóvão	A Rua Coronel Grundino Prado era anteriormente

Castro Alves)				chamada de Castro Alves.
Sobrado à Rua Benjamin Constant (Rua das Flores)	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	21-9-1943	São Cristóvão	A Rua Benjamin Constant era anteriormente chamada Rua das Flores.
Sobrado com balcão corrido à Rua da Matriz (Praça Getúlio Vargas)	Livro Histórico/Livro de Belas Artes	21-09-1943	São Cristóvão	O tombamento inclui todo o seu acervo, de acordo com a Resolução do Conselho Consultivo da SPHAN, de 13/08/85, referente ao Processo Administrativo nº 13/85/SPHAN.

Fonte: Noronha Santos (2013) *apud* (AZEVEDO, ANDRADE, 2004). Organizada pela autora.

Mas é importante ressaltar que naquele período, os processos de “patrimonialização do patrimônio” estavam diretamente relacionados a manter os bens sem nenhum tipo de interferência, de maneira intacta. E esse pensamento foi utilizado durante muito tempo, sem levar em conta todo o contexto do bem, e, muitas vezes, sem dar espaço para que a sociedade se manifestasse em relação ao que estava sendo feito.

No ano de 2008, São Cristóvão dá outro passo importante em relação ao patrimônio no município: a busca do título de patrimônio da humanidade, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), para a Praça São Francisco.

Figura 6 - Visão da Praça São Francisco a partir da Casa do Patrimônio do IPHAN



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

A Praça São Francisco se localiza no centro da parte histórica, compondo o conjunto Arquitetônico, Urbano e Paisagístico que abriga: a Igreja e o Convento de São Francisco, inclusive a Capela da Ordem Terceira, hoje Museu de Arte Sacra, a Santa Casa e Igreja da Misericórdia, o Palácio Provincial e o casario antigo. Além de apresentar prédios de relevância religiosa, também apresenta destaque arquitetônico, já que é a única construção no nordeste com características atribuídas ao período ibérico da colonização brasileira. Além disso, é possível notar a expressividade das particularidades que a praça ostenta:

“A Praça São Francisco detém valores culturais simultaneamente universais e excepcionais. Os cânones da arquitetura religiosa franciscana – transitada entre suas origens medievais e os albores das luzes barrocas – representam consistentemente a universalidade pretendida pelo catolicismo (e de certa forma alcançada nas Américas Central e do Sul), ao mesmo tempo em que, em cada igreja e convento, as adaptações criam e consolidam configurações e espaços

arquitetônicos e urbanos únicos. Essa condição de representatividade *inter-pares*, convivendo com a excepcionalidade individual, é vista tanto nos mosteiros católicos como nos budistas asiáticos, nos castelos medievais, nas fortalezas, nos engenhos de açúcar brasileiros ou caribenhos. Essa é a riqueza que se procura nos melhores e mais importantes exemplos da arte e indústria humanas” (Documento de proposição de inscrição da Praça São Francisco, 2008).

Figura 7 - Convento Santa Cruz, também conhecido como Convento São Francisco.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2016.

Além desses critérios para submeter à praça ao título, São Cristóvão apresentou algumas outras justificativas, como o fator de ser uma peça singular na formação do Brasil, tendo seu estado de conservação elevado. A sua construção diferenciada em relação a território, haja vista que era comum a instalação das cidades acontecer próximo ao mar. Entretanto, São Cristóvão teve seu estabelecimento às margens do rio Vaza Barris, tendo seu porto como fluvial, desta maneira.

No ano de 2010 o título é alcançado e São Cristóvão se torna o primeiro, e único, município do estado de Sergipe a apresentar um bem registrado a nível mundial.

No mesmo ano, a fim de contribuir e orientar sobre os direitos e deveres dos moradores cujas casas foram tombadas e, contribuir com a comunidade acerca do patrimônio da cidade, com ações educativas, o IPHAN instala a Casa do Patrimônio, em um dos sobrados que fazem parte do conjunto da Praça São Francisco.

Figura 8 - Casa do Patrimônio do IPHAN.



Fonte: Acervo do IPHAN

A casa do patrimônio também funciona em um prédio tombado e apresenta além do serviço de atendimento à população, um escritório técnico, Laboratório de Arqueologia Urbana gerido em convênio com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), espaços para exposições e biblioteca (KLAUSING, 2017).

Figura 5 - Exposição "A Paisagem Cultural da Praça São Francisco" na Casa do Patrimônio do IPHAN.



Fonte: Acervo Pessoal da autora, 2017.

Mas ao contrário do que se pode ser observado em outras cidades, São Cristóvão não consegue desenvolver o seu potencial turístico, isso porque existem muitos problemas de cunho social, incluindo os níveis de pobreza. Houve grandes expectativas da população com a obtenção do título de patrimônio da humanidade pela praça justamente pela promessa dos governantes de melhorias na cidade. Já que para sediar um patrimônio desse porte, algumas melhorias em relação à infraestrutura deveriam ser efetuadas. Infelizmente nem todas as promessas foram cumpridas e, atualmente, a cidade convive de forma pouco amistosa com o patrimônio.

Como pode ser observada nos próximos capítulos, a arqueologia pública que tem sido realizada na cidade e adotada pelo IPHAN tem tentado reverter essa visão do patrimônio. Outras ações além das do órgão também podem ser apontadas, como uma busca pelos valores culturais da cidade.

CAPÍTULO 2 - ARQUEOLOGIA PÚBLICA

As ações acerca do patrimônio arqueológico brasileiro tem sido o grande ponto de partida para as práticas que envolvem a arqueologia pública e muitas das alterações na forma de lidar com o repasse dos dados obtidos por pesquisas da área. Essa nova forma de pensar tem atingido diversos ramos da disciplina, permitindo novas nuances.

2.1. O desenvolvimento da arqueologia pública

A arqueologia apresenta várias vertentes e essas tem se desenvolvido com o crescimento da área no Brasil. Dentre esse leque de possibilidades oferecidas pela arqueologia, se desenvolveu a arqueologia pública. A arqueologia pública teve seu início na década de 1970 nos Estados Unidos, sendo citado pela primeira vez por Charles McGimsey III, ao discutir sobre as medidas tomadas pelo governo estadunidense em relação ao processo de urbanização das cidades e como isso poderia afetar, negativamente, os sítios arqueológicos (FERNANDES, 2007).

Contudo, antes das discussões sobre a arqueologia pública surgir como área de pesquisa, outros processos vinham sendo discutidos lado a lado com a arqueologia. É possível perceber que, desde o final do século XIX, a arqueologia se mostra presente nas construções de interesses públicos dos Estados Unidos. Esses interesses pairavam sobre o modo de vida dos nativos americanos (JAMESON JR, 2004).

Um dos protagonistas no incentivo à busca e da curiosidade acerca de nativos foi Thomas Jefferson. Um dos principais políticos dos Estados Unidos, Jefferson foi o terceiro presidente do país (1801-1809) e, dentre suas titulações, é considerado arqueólogo, por se interessar e participar de campanhas arqueológicas, documentando as escavações de maneira científica. Com o incentivo do presidente, muitos curiosos visitavam o local onde Jefferson mantinha os seus achados, e contribuiu para interesse público nesses artefatos (JAMESON JR, 2004).

Alguns anos mais tarde (1846), James Smithson, um cientista britânico, criou o Instituto Smithsonian com o intuito de disseminar o seu conhecimento. Logo após sua morte, o instituto foi repassado para seu sobrinho, que, ao não deixar herdeiros, passou o local para o governo estadunidense, tornando-se órgão público. O local abriga cerca

de 19 museus e sete centros de pesquisas¹. O instituto passou a estudar e registrar os modos de vida dos nativos até que, em 1881, começou a receber subsídio do governo americano. Segundo Jameson Jr (2004), esse foi o primeiro apoio público do país à arqueologia.

A partir de então, houve alguns eventos voltados para a arqueologia, mas tudo de forma muito simples. E a atenção do público voltava-se sempre que se falava em atos históricos, como quando se discutia a preservação de lugares como os campos de batalha da guerra civil, por exemplo.

No início do século XX outro presidente impulsionou a arqueologia estadunidense: Theodore Roosevelt. Com seu modo fervoroso de governar, Roosevelt organizou parques nacionais, monumentos nacionais e promulgou a Lei da Antiguidade de 1906, que tratava da preservação dos monumentos históricos e pré-históricos (JAYCOX, 2005). Essa lei ainda foi a maior referência da arqueologia no país até 1979, onde previa penalidades para aqueles que não a cumprissem, já que proibia o deslocamento/remoção/destruição de monumentos e concedia permissões para os trabalhos arqueológicos (JAMESON JR, 2004).

Percebe-se até então que a arqueologia era tratada como interesses a título de curiosidade e identidade sobre o passado dos Estados Unidos, onde o governo contribuía para estudos científicos e a sociedade se sentia atraída para conhecer mais sobre a história dos nativos. Contudo, nas décadas de 1930 e 1940, o país estava se reerguendo após a grande crise de 1929² e o número de desempregados subiu drasticamente. Isso levou o governo a arquitetar vários projetos, incluindo projetos arqueológicos, que necessitaram de quantidades elevadas de mão de obra. Esses projetos perduraram até a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial (JAMESON JR, 2004).

O incentivo do governo para que as pessoas fizessem parte das escavações arqueológicas permitiu que novos profissionais fossem formados e que novos locais arqueológicos fossem descobertos, mudando como a arqueologia era levada no país. Agora era possível observar que a arqueologia era mais uma grande empreitada para que o país não parasse.

¹Ver em: <http://www.si.edu/about/>

²Com o fim da primeira guerra mundial os Estados Unidos se tornou um dos maiores produtores e exportadores de produtos industrializados, alimentícios e de capital para empréstimos. Entretanto, houve uma super produção e, não tendo como escoar os materiais, já que seu principal cliente, a Europa, se encontrava falido após a guerra, uma grande crise econômica se instaurou no país. Havendo assim a queda da bolsa de valores de New York e desemprego em massa (BRENER, 1996).

Vários outros projetos foram realizados no território norte americano, expandindo as cidades e recrutando profissionais principalmente advindos das universidades (muitos antropólogos também foram chamados, já que a arqueologia e a antropologia participam do mesmo departamento no país). Os projetos incluíam usinas hidrelétricas, planos de irrigação, construção e/ou ampliação de portos e contribuiu para vários salvamentos arqueológicos. Esses salvamentos, dentro do plano de urbanização e ampliação das cidades, ocorreram até a década de 1960 e impulsionaram o desenvolvimento da Gestão de Recursos Culturais, que ampliava a preservação dos sítios arqueológicos estadunidenses.

No entanto, mesmo com o aumento de ideias para salvaguardar o patrimônio, as obras governamentais e privadas continuavam a levar a arqueologia como uma fonte de grandes projetos e muitos empregos. Charles McGimsey, refletindo sobre esses pontos, avaliando a produção científica referente a esses projetos e observando o nível de degradação dos sítios arqueológicos, publicou a obra “*Public Archeology*” em 1972³, onde empregou pela primeira vez o termo da arqueologia pública. O autor condenava a forma desenfreada das obras, que muitas vezes denegriam os sítios, o aumento de vendas ilícitas de materiais arqueológicos e a posição dos arqueólogos dentro da gestão do patrimônio. O autor afirmava que os arqueólogos, quanto formadores ativos nos processos de identidade e no âmbito da regulamentação da profissão nos Estados Unidos, deveriam participar de maneira mais incisiva nesses processos (FERNANDES, 2007).

McGimsey (1972) defende que a arqueologia pública deve ser iniciada ainda com os arqueólogos e como eles observam a si e aos seus colegas de profissão dentro da própria arqueologia. O papel do arqueólogo passa a ser social, pois os processos culturais não se restringem somente à teoria e método.

Como afirma Merriman (2004), a cultura é um compilado de processos políticos, religiosos e econômicos, formadores da ética de um determinado lugar. E é sobre isso que McGimsey trata: a ligação do arqueólogo deve ir além dos termos científicos para com a sociedade. A arqueologia veio como “a ciência que estuda o desenvolvimento das identidades culturais” (Tunbridge e Ashworth, 1995 *apud* Merriman, 2004), por isso é tão importante que haja uma conexão entre arqueólogos e a comunidade, é essa conexão que vai dar o sentido ao se dizer arqueologia pública, pois o público aqui não é

³ McGIMSEY, C. III. **Public Archeology**. New York: Seminar Press, 1972.

representado somente pelo que é do Estado, mas sim o que pode ser debatido pelo público, ou seja, pela sociedade como um todo.

Nos Estados Unidos o interesse pela arqueologia pública aproximou os arqueólogos para renovar suas formas de interpretação. Essas novas interpretações vieram acompanhadas de uma nova corrente teórica, o pós-processualismo⁴, que se apoiava ainda mais na multidisciplinaridade da arqueologia, dando maior voz aos envolvidos no processo.

A interação com o público é fundamental para que projetos de arqueologia sejam aceitos e para que haja debates sobre o patrimônio e como esses são formadores de identidade para o grupo em questão. Essa interação, que aumenta muito com a multidisciplinaridade encontrada na arqueologia, levou os arqueólogos a trabalharem de forma dinâmica na arqueologia pública, se utilizando principalmente da educação patrimonial para complementar suas ações, mas outros vieses também são utilizados, como por exemplo, a história oral. Essa união de metodologia levou a arqueologia para salas de aula, museus e parques, inserindo-a no cotidiano, para que sua abrangência fosse maior (MERRIMAN, 2004).

Bem, como já foi citado, existem algumas áreas que auxiliam na prática da arqueologia pública, tornando-a mais completa. A principal facilitadora do processo é a educação patrimonial. Mas é muito importante que se entenda a distinção entre a arqueologia pública e a educação patrimonial, pois cada uma tem seus métodos e, se articulam juntas para ampliar os horizontes da arqueologia. Esse é um dos processos mais delicados na arqueologia, onde o principal objetivo não é obrigar que as pessoas aceitem um determinado bem como seu, mas que o conheçam e, diante das interpretações arqueológicas, associadas a histórias locais, se apropriem ou reapropriem daquele patrimônio através de atividades que, muitas vezes se associam a educação.

A educação patrimonial pode ser definida como:

“Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua

⁴ Ver em: TRIGGER, B. História do Pensamento Arqueológico. Brasil, 2004.

herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural” (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999).

Sendo assim, a educação patrimonial pode ser abordada de diversas maneiras e pode se conectar com várias outras áreas, a fim de dar um significado ao patrimônio junto à comunidade. O método mais comum de aplicação é a partir de palestras e oficinas junto às escolas da área a ser estudada. Geralmente o conteúdo do projeto é apresentado e as etapas do trabalho arqueológico são explicadas, com isso os questionamentos sobre a área vão surgindo. Depois, o passado é colocado como alvo principal e os conceitos vão sendo apresentados de forma simplificada. Ao demonstrar os conceitos, as opiniões coletivas da região começam a surgir, havendo assim uma troca de informações, aonde novas histórias vão sendo criadas.

É por essa resposta à comunidade que a educação patrimonial e a arqueologia pública se entrelaçam. As duas mantêm o compromisso de respeitar as histórias coletivas que perduram na memória de um grupo, e de inserir novas histórias, unindo o popular e o científico, formando então, meta-histórias, como afirmar Holtorf (2010). Essas meta-histórias produzem dois vieses para os dados coletados e isso pode ser entendido como o início para romper paradigmas científicos, já que a história de cunho popular é uma (re) invenção ou uma (re) apresentação da história do local e, deve ser construída em conjunto, para que os laços se tornem mais estreitos.

O posicionamento de Holtorf ainda traz um assunto muito discutido na arqueologia pública, que é o posicionamento do arqueólogo. É necessário que se apresente a educação patrimonial em vários ambientes de uma região, contudo, é papel do profissional da arqueologia compreender as histórias já enraizadas na comunidade e trabalhar com elas, para então fazer o repasse das informações científicas da melhor forma possível.

Contar histórias sobre o passado arqueológico para os atuais habitantes da localidade ainda é algo incipiente na área, e entender e levar em consideração a significância e significação desses patrimônios na atualidade é ainda mais complicado, mesmo para os arqueólogos. Eis um dos grandes desafios para a arqueologia pública. Os objetos passam por ressignificações, pois estão em fluxo, como afirma Harré (2002).

Tomando isso como base, Harré percebe que o tratamento dado para um objeto depende da análise dada pela sociedade, mas precisa estar inserido em um contexto. Isso

permite as diversas formas de entender um artefato, pois o mesmo pode não ser considerado igual, por exemplo, numa casa e em um hospital. Isso dependerá das apropriações dadas àqueles que utilizam o artefato dentro daquele ambiente específico.

Esse fluxo nada mais é do que a cultura sendo dinâmica e permitindo diversas interpretações. Por isso é necessário que o arqueólogo se posicione para algumas interpretações, pois como afirma Merriman (2004), a arqueologia levanta questões diversas, que perpassam desde conflitos e formação da identidade, até a economia e o turismo.

No Brasil, a educação patrimonial passou a ser uma das fases obrigatórias do trabalho arqueológico preventivo⁵, segundo a portaria 230/2002 do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, e apesar disso, é produzida, por vezes, em formato de experiências-piloto, onde só serão desenvolvidas atividades patrimoniais no período em que a pesquisa de campo estará em andamento. Já na arqueologia acadêmica, a educação patrimonial vai ser utilizada a partir do viés da pesquisa. Ou seja, a tão necessária continuidade não é atendida, nesses casos. Entretanto, há casos de extrema eficácia, onde não só os arqueólogos dão continuidade, mas também os próprios moradores da região.

Quando a continuidade é arquitetada pela população, o êxito das primeiras fases da educação patrimonial foi alcançado e a arqueologia pública se faz presente ao gerir o patrimônio junto à comunidade como forma de conhecimento da história coletiva.

2.2. Arqueologia pública no Brasil

No Brasil, desde a chegada da família real portuguesa, existiu o interesse por artefatos arqueológicos, principalmente para aumentar os antiquários particulares. Essas coleções traziam um ar de poder, cultura e requinte aos ambientes da elite. É possível encontrar registros das escavações feitas por Ladislau Neto sendo acompanhado pelo imperador Pedro II (GASPAR, 2004).

Mesmo que muitas escavações fossem feitas por amadores, a arqueologia caminhava do antiquarismo para o cientificismo e foi por causa dessa ciência que as peças arqueológicas passaram a ser consideradas de interesse público. Porém, com as

⁵ A arqueologia preventiva, ou arqueologia de contrato, é a ação arqueológica realizadas por empresas em relação às obras públicas ou privadas.

mudanças⁶ no sistema político do Brasil, e a implantação de uma constituição federal, houve uma organização relativa à salvaguarda dos bens históricos e pré-históricos brasileiros.

No ano de 1937, após o cientificismo ter se estabelecido de modo mais concreto no Brasil, o patrimônio histórico e artístico nacional começou a ser visto de maneira valorosa para o poder público. Desta forma, o então presidente da época, Getúlio Vargas, promoveu a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, (Lei nº378, de 13 de janeiro de 1937). Esse órgão foi criado com a responsabilidade de conservar, promover o tombamento dos bens por meio dos quatro livros de Tombo, além de estudar esses patrimônios. O presidente também organizou o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, caracterizando o patrimônio:

“Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (IPHAN, 2006).

Mesmo com o processo de tombamento presente e a criação do SPHAN como órgão competente, ainda faltava uma lei específica para tratar dos bens arqueológicos. E foi a partir dos anos de 1950 e 1960, que arqueologia brasileira passou por um processo de modernização em suas pesquisas, como afirma Gaspar (2004), pois foram feitas as primeiras datações radiocarbônicas e análises sistemáticas de sítios. Concomitante a isso, alguns pesquisadores vieram para o Brasil tanto com o intuito de estudar a Arqueologia no território brasileiro, como ajudar na formação dos pesquisadores brasileiros. Os grandes nomes dessa “nova” arqueologia brasileira da época foram o casal francês Anette Laming-Emperaire e Joseph Emperaire e o casal americano Betty Meggers e Clifford Evans, e com eles surgem em meados da década de 1960 dois grandes projetos: o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), coordenado por Evans e Meggers e a Missão Franco-Brasileira, coordenada por Laming-Emperaire. Os objetivos gerais desses dois projetos eram voltados para os estudos das pinturas e gravuras rupestres, os estudos da região de Lagoa Santa, e várias questões relacionadas à ocupação da Amazônia.

⁶ Durante quinze anos o Brasil foi governado por Getúlio Vargas (era Vargas) e com isso houve diversas mudanças na política brasileira. O governo assumia uma postura contra um golpe comunista e por isso, foi influenciado pelos governos Italiano e Polonês para instaurar uma nova constituição e ampliar os poderes presidenciais (SOUSA, 2002).

Visto isso, a década de 1960 foi um marco para a preservação patrimonial arqueológica e para a arqueologia brasileira em geral. Isso por que houve intensa produção científica na área, com os estudos advindos do PRONAPA e da Missão Franco-Brasileira, o que induziu os arqueólogos, junto à carta de Nova Delhi de 1956, que faz recomendações sobre o regimento do patrimônio arqueológico e sua preservação, a mostrarem para as autoridades a necessidade de se instituir a lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Essa lei vem tratar exclusivamente dos bens patrimoniais arqueológicos e pré-históricos. Vem considerando o que é o patrimônio arqueológico:

“As jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil, sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios, sítios identificados como cemitério, sepultura ou local de repouso prolongado ou aldeamento, nos quais se encontram vestígios humanos, inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividades” (IPHAN, 2006).

Com a organização do patrimônio no Brasil e os arqueólogos brasileiros complementando suas formações, começaram discussões sobre a institucionalização do que viria a ser o patrimônio arqueológico, e as discussões tomaram força para a preservação dos mesmos. A produção científica tornou-se mais variada e novas vertentes se desenvolveram e/ou começaram a ser discutidas.

Os arqueólogos brasileiros tiveram contato com as ideias advindas de McGimsey e outros estudiosos e começaram a realizar discussões sobre a arqueologia pública, de maneira mais tímida, inicialmente na década de 1990, no Brasil. A arqueologia pública é reconhecida desde então, segundo Merriman, (2004) como “... uma área da Arqueologia voltada para o interesse público em geral”. Desta forma, uniu as discussões sobre gestão, preservação e conservação, educação patrimonial, e sobre como a disciplina tem crescido no país.

É a partir dessa nova proposta, do *boom* das pesquisas preventivas e do desenvolvimento de estratégias do meio ambiente que os arqueólogos brasileiros começam a intensificar as discussões sobre o lado público da arqueologia e a enxergar as comunidades como protagonistas e também a se comportarem como agentes sociais, que contribuem para a divulgação do passado da região estudada (OLIVEIRA, 2012). Unindo ao caráter mais público, no sentido social, a arqueologia pública também aderiu as suas ações duas formas novas de leitura: uma vindo de outras áreas, corroborando

com o fato da arqueologia, de maneira geral, ser multidisciplinar e outra de dentro dos próprios locais de fala, sendo tanto do sítio quanto da sociedade próxima a ele.

“A arqueologia pública compartilha com muito de seus princípios com outros enfoques atuais que enfatizam, por exemplo, a multiplicidade de leituras sobre o passado, e os aspectos referentes a agência humana” (RIBEIRO, 2013).

Esses fatores moldaram a arqueologia pública, onde o fazer arqueológico vai além das escavações e relatórios, permitindo que as informações advindas das etapas de campo sejam vistas como algo de todos, onde o arqueólogo apareceria como facilitador para esse contato. Além disso, é possível perceber que o lado político e social da arqueologia se expandiu, dando voz a vários tipos de públicos leigos (FUNARI, OLIVEIRA e TAMANINI, 2008).

Um dos principais quesitos da arqueologia pública é refletir sobre como unir o patrimônio arqueológico, a sociedade presente no contexto e os órgãos públicos em prol do zelo e da compreensão do passado. Esse trinômio, por muitas vezes, entra em conflito por não haver a comunicação correta, prejudicando a formação de um sentimento de pertencimento do passado social. Uma das formas de amenizar isso é a organização de etapas de educação patrimonial, onde são trabalhados temas referentes aos contextos, com um determinado grupo de impacto direto com o sítio arqueológico a fim de reavivar ou iniciar uma vivência sadia com o espaço.

“O trabalho da Educação Patrimonial é levar os indivíduos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para uma melhor utilização destes bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, tendo assim um contínuo processo de criação cultural. A metodologia da Educação Patrimonial é materializada através do estudo de objetos comunitários como estratégia de aprendizagem do contexto sociocultural” (ITAQUI, 1998:20).

Contando com a incipiente proposta da educação patrimonial e as dificuldades encontradas para fazer a ligação entre o sítio ou bem arqueológico e as comunidades, o arqueólogo desenvolve a sua personagem social, pois este se encontra inserido no contexto social, tendo opiniões, conhecimentos e ligações afetivas que influenciam no tratamento dos dados. Porém, como diversos autores têm mostrado, há um problema para que os próprios arqueólogos se vejam dentro deste papel, já que ainda carregam consigo uma visão mais fechada que circula pelo meio acadêmico. O que a arqueologia

pública propõe é justamente essa reformulação na visão, que deve acontecer com o arqueólogo entendendo o público em vários contextos e se reconhecendo dentro de um meio social, político e cultural. As interpretações que até então se enquadravam em análises sistêmicas, passam agora a ser interpretativa, permitindo a subjetividade que o estudo arqueológico tem (ZARANKIN & ACUTO, 1999). Esse modo novo de interpretar a arqueologia, deixando-a mais subjetiva, permite uma preocupação maior sobre a volta das informações coletadas em campo para a sociedade, sendo de uma maneira mais maleável e mais intimista.

“O interesse do público pelo passado é o que nos mantém trabalhando, que justifica nossos salários, bolsas de pesquisa e financiamento, portanto não é de se estranhar que queira acesso à história que produzimos” (SCHAAN, 2006).

Reformular o modo de praticar a arqueologia é permitir que a sociedade participe dos processos de construção do conhecimento arqueológico, produzindo assim uma arqueologia participativa⁷, onde a preservação de um patrimônio não deve ser entendida como algo imposto, é necessário que haja um engajamento de todos os envolvidos (RIBEIRO, 2013). Essa conexão permitirá que se dê a continuidade necessária da educação patrimonial, garantindo assim a salvaguarda do bem e a lembrança constante de que, aquele passado é comum àquela comunidade, não somente por estarem no mesmo local, mas por partilharem de uma história, sendo essa história arqueológica ou ligada a população de uma forma mais lúdica, lendária.

O número de publicações nessa área da arqueologia vem aumentando de modo satisfatório, tanto no Brasil quanto na América Latina, pois o diálogo entre o público e a cultura tem se tornado mais acessível. Com esse diálogo mais próximo, a preservação do patrimônio se torna algo mais tangível. Márcia Bezerra, em diversos trabalhos (2009, 2010, 2011, 2013), demonstra que existem formas diferenciadas de “se fazer arqueologia pública”, onde muitas vezes, é perceptível uma reapropriação dos artefatos arqueológicos nas comunidades próximas aos sítios. Essas apropriações também afirmam o conhecimento daqueles objetos, que são entendidos como “coisas” do passado, mas nem sempre estão associados ao passado daquelas comunidades e mesmo assim há um cuidado especial com as peças. É nesse âmbito que a autora sugere a aplicação da Arqueologia Pública, onde dialoga a preservação junto à comunidade, mas

⁷Arqueologia participativa proporciona que todos os envolvidos, arqueólogos (comunidade, profissionais de outras áreas, etc.) no contexto participem direta e indiretamente nas diversas etapas de pesquisa.

levando em consideração o que já tem sido produzido ali, sem mesmo ser entendido como uma preservação.

Carolina Dias, professora do curso de especialização em “Arqueologia, História e Sociedade” da Universidade de Santo Amaro – UNISA demonstra como o campo da arqueologia pública pode ser trabalhado dentro de disciplinas mais “fechadas”, como uma disciplina prática, por exemplo. Dias (2016) repassou para os discentes um exercício de como seria escavar com o que se possui em casa, levando em consideração a pergunta “Para quê escavar?”. Dentro do trabalho realizado, é possível perceber o incentivo aos novos arqueólogos a pensar em uma arqueologia que se preocupa com o contexto social ao qual o sítio está inserido e a partir disso, trazer sensibilidade dos seus estudantes para com o sítio arqueológico, mesmo que esses sejam espaços de relacionamento mais íntimo.

A disciplina “Fundamentos da Prática Arqueológica”, ministrada por Carolina Dias, se enquadra em disciplinas de campo, contudo, por forças maiores a UNISA ainda não dispunha de estrutura para a realização dessas atividades, logo uma das saídas encontradas por Dias foi a estipulação desses trabalhos, que perpassam desde a definição das hipóteses até sua publicação. Além disso, a docente incentivou seus alunos a fazerem um trabalho que poderia vir a ser publicado e utilizado nas próximas vezes em que a disciplina fosse ministrada, caso alcançassem nota máxima, demonstrando que a arqueologia de campo não necessariamente precisa ser aprendida entre baldes e peneiras.

Alguns desses trabalhos são: “Sítio Arqueológico Octalles Marcondes Ferreira”, de Cássia Guimarães, apresenta uma escavação feita com auxílio de crianças de 11 anos em uma escola, a fim de que se tenha um contato maior com o trabalho do arqueólogo. Guimarães (2016) se baseou nos trabalhos referentes à arqueologia pública para embasar sua pesquisa, questionando como a falta de utilização de uma área na lateral da escola que poderia ter alguma finalidade. Houve levantamento de informações orais e a contribuição das crianças para analisar o local. De maneira controlada, uma unidade de escavação foi aberta, com a divisão dos alunos por tarefas. Em todas as etapas as crianças estiveram envolvidas, corroborando a escolha de se trabalhar com a arqueologia pública. A autora ainda explica, de maneira conclusiva que:

“... os estudantes foram envolvidos na etapa de formulação das hipóteses, pois, se houvesse apenas um convite para que eles participassem da etapa de campo, ficariam com a impressão de que o

trabalho do arqueólogo se restringe às escavações. Os alunos foram levados a perceber que os sítios são escavados em busca de respostas que, de outra forma, não conseguiríamos alcançar” (GUIMARÃES, 2016).

O “Projeto Nárnia”, de Cinthya Ramos, também advindo da disciplina da especialização da UNISA, apresenta um sítio arqueológico dentro de um quarto, onde, mais uma vez, todos os processos do trabalho arqueológico foram pensados. Utilizando-se de registros orais e documentais, a autora busca entender o contexto da rua onde se encontra o sítio denominado de Nárnia. Ao longo da pesquisa o local que se classifica como dormitório passa por questionamentos em relação à mudança de sua função, e a construção é analisado através do princípio da ressignificação do ambiente.

Em “O Mistério dos Objetos”, de Cláudia Plens, há uma explicação de forma sucinta do que vem a ser arqueólogo, retirando as imagens místicas e atribuindo a ele uma imagem mais científica, em que não somente escavar é necessário. A autora demonstra que o trabalho arqueológico não se finda após a conclusão advinda das análises laboratoriais e sim com a publicação dos resultados. O retorno para a sociedade é necessário para que haja diálogo entre a população e a academia, assim como a presença de todos durante todo o percurso do projeto.

“Por essa razão a publicação de dados, em diferentes linguagens, para diferentes públicos, é necessária. Pois é a partir de debates, críticas e novos estudos de reinterpretação de dados que a ciência cresce. Na ciência não há uma verdade absoluta, mas o conhecimento que engrandece com o tempo e com a maior quantidade de pessoas debatendo e agregando novos dados” (PLENS, 2016).

Karina Pinto na sua dissertação de mestrado (2013) levanta a discussão sobre a forma de lidar com os índios que contemporâneos Xucuru-Kariri, no estado de Alagoas, e sua cultura material. O grupo indígena demonstrou que há duas leituras sobre a sua materialidade: a primeira sendo mais intimista e a segunda como portadora de identidade para quem está de fora. É perceptível também a ressignificação dos espaços que são de seus antepassados, mas se enquadram em sítios arqueológicos. A autora, em sua pesquisa, dá voz a esse grupo, ouvindo-os e buscando entender o que a cultura material é para eles próprios, evitando os discursos prontos que a arqueologia poderia trazer. Assim, há mais uma vez a combinação de histórias locais com a história trazida pelos arqueólogos.

Pardi (2002) usa o viés da arqueologia pública para o desenvolvimento da gestão do patrimônio arqueológico, corroborando que o processo de implantação de modelos

de gestão tem resultados atingidos com melhores êxitos quando há integração entre o saber científico e o saber popular. Um exemplo utilizado pela autora é a iniciativa de Niede Guidon, que foi desenvolvida no Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno.

Guidon (2007) desenvolveu, através de ações voltadas para a sociedade, um dos parques nacionais mais influentes e bem estruturados do mundo. Para a implantação do parque muitas pessoas foram retiradas de onde a área foi delimitada e assim, foram realojadas em seu entorno. Isso fez com que Guidon junto à missão franco-brasileira, fundasse cinco escolas próximas e direcionadas a essas comunidades, organizou cursos técnicos voltados para a conservação de pinturas rupestres, onde as pessoas desse grupo puderam aprender, por vontade própria, uma nova profissão e hoje em dia ainda persistem em seus cargos, ensinando novas gerações. Muitos nativos participaram ativamente em escavações e também desenvolvem atividades junto a projetos culturais, contribuindo para a educação e preservação patrimonial.

Em São Raimundo Nonato, Niede Guidon também constituiu a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) com laboratórios, biblioteca e um museu que empregam pessoas nativas às cidades limítrofes ao Parque Nacional. Assim, Pardi (2002) comenta que as ações desenvolvidas na região da Serra da Capivara servem de modelo de uma boa gestão do patrimônio arqueológico, envolvendo principalmente a sociedade próxima a área de proteção.

Em 2014, a arqueóloga Andréia Ribeiro recebeu o prêmio Luiz de Castro Faria promovido pelo Centro Nacional de Arqueologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CNA/Iphan) por sua dissertação de mestrado “Entre a Teoria e a Prática: uma discussão sobre a Arqueologia Pública através do caso Parque Nacional da Serra da Capivara/PI”. O trabalho foi finalizado no ano de 2013 e apresenta outra visão sobre a arqueologia pública feita no Parque Nacional Serra da Capivara, evidenciando que nem sempre a arqueologia pública implantada foi realmente pública. Muitas vezes o sentimento de pertencimento não surge por vários fatores, como por exemplo, a maneira como Unidades de Conservação (UC) são implementadas.

Ribeiro (2013) coloca que as gerações mais antigas que antes viviam na UC e hoje vivem em seu entorno, não consideram a arqueologia como algo importante e não conseguiram desenvolver o sentimento de pertencimento, em contrapartida, os jovens

até sabem da importância, mesmo não entendendo qual seria. A autora afirma que é preciso que aplicar ação de arqueologia pública como realmente deve ser, horizontalmente e deixa claro à vontade e a necessidade de se levar a informação sobre o passado a todos, tornando a arqueologia realmente pública.

Gusmão (2015) trata da arqueologia pública ligada à arqueologia subaquática, sendo este um ponto de convergência bastante complicado, haja vista que discutir sobre o patrimônio que se encontra submerso envolve o lado lúdico de uma caça ao tesouro. Para romper com isso, o autor considera a ligação mais íntima da comunidade com a arqueologia subaquática por meio da arqueologia pública. O posicionamento para essa ligação encontra-se na conscientização de mergulhadores recreativos, pescadores e população costeira sobre os patrimônios que podem se encontrados submergidos. Também aponta como a publicação de material sucedido de pesquisas em diversas regiões com o tema.

Pedro Paulo Funari, em vários de seus trabalhos (2007, 2008a, 2008b, 2015) atesta a necessidade de ser produzida uma arqueologia pública. Segundo Funari (2015), a arqueologia tem se preocupado cada vez mais em como lidar com a arqueologia na contemporaneidade. Isso ocorre tanto pelas inúmeras possibilidades de estudos dentro da disciplina, como também pela constante busca pela preservação do patrimônio. Na atualidade é perceptível o quanto é indissociável a arqueologia pública, a educação patrimonial e a participação de forma ativa da sociedade nos trabalhos arqueológicos, pois nada faz sentido se o público não obtiver retorno das pesquisas. Por esse motivo, em 2006 apresentada a Revista de Arqueologia Pública, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no qual faz parte do corpo editorial. A revista abre espaço para mostrar o que se tem feito, no Brasil e na América Latina, em relação ao lado público e social da arqueologia. Com temas variados, que tem em comum a vontade de unificar sociedade, academia e patrimônio.

Com o espaço da revista e o aumento de trabalhos de caráter público, essa vertente arqueológica tem tido valor estratégico dentro da área (FUNARI, 2007), impulsionando a inclusão da sociedade e demonstrando a multivocalidade presente nos sítios arqueológicos e nas suas áreas limítrofes. Funari, Oliveira e Tamanini (2008) colocam em voga também a arqueologia pública como auxiliar na construção das identidades, como por exemplo, em sítios de caráter quilombola, onde dar voz aos contemporâneos é fundamental para que o discurso seja reavivado e incentivado. Dessa

maneira, o público passa a compreender o trabalho do arqueólogo e este, por sua vez, passa a se sensibilizar.

Além dos autores já citados, vários outros⁸ trabalham com o tema no Brasil, o que permite uma discussão acerca dos valores que podem ser aplicados pelo lado público da arqueologia. A arqueologia pública tem trabalhado com novas visões sobre o que acontece no contexto social, cultural e político em que o sítio se encontra inserido, dessa forma, essa área no Brasil tem lidado com questões que variam desde o contexto indígena, as que envolvem a ditadura militar e colocando em foco assunto mais contemporâneos. E tem levantado discussões, perpassando um pouco mais sobre o que seria uma arqueologia social ou qual seria o papel do arqueólogo, junto a críticas de como a relação do patrimônio.

Arqueologia Pública, porém, nem sempre consegue estas relações de imediato. Muitas vezes sociedade e patrimônio convivem lado a lado, mas não se reconhecem. Para tentar resolver estes casos, é fundamental o desenvolvimento de uma educação patrimonial. O trabalho da educação patrimonial aparece a partir de modelos de gestão do patrimônio, considerando isso, no ano de 1990 foi redigida a Carta de Proteção e Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico, pelo Comitê Internacional para a Gestão do Patrimônio Arqueológico. Este documento foi criado para organizar diretrizes acerca do patrimônio arqueológico, respeitando que só é um patrimônio passível de ser preservado quando há uma ligação (afetiva) da população com o bem, de tal maneira, observam-se as memórias e identidades contidas quando há esse respeito (PARDI, 2002). Quando isso não acontece, a educação é o ponto chave para fazer a união entre patrimônio e sociedade, construindo o entendimento e o valor sobre os bens materiais que representam a história de populações (BASTOS & FUNARI, 2008). Ao se fazer a educação patrimonial, os ideais podem estar ligados à Arqueologia Pública, já que esta propõe a ligação entre todos os envolvidos e o patrimônio. E é por meio deste referencial, arqueologia pública e educação patrimonial, que é iniciada as práticas quando não há um sentimento de pertencimento que envolva a sociedade e o bem.

Refletir sobre esses pontos também dá voz a quem, antes, era marginalizado dos arcabouços que virariam pesquisas científicas. Isso faz com que haja uma aproximação

⁸ Ver edições da Revista de Arqueologia Pública, onde um leque variado de temas é abordado com esse enfoque.

de como o pós-processualismo pretende proceder com suas propostas, por isso que essa área da arqueologia e essa corrente teórica andam lado a lado.

Gerir os bens patrimoniais para que haja o mínimo possível de danos para todas as questões que os envolve é um processo complexo, que demanda prazos bem maiores do que as ações realizadas em trabalhos da arqueologia de contrato (ou arqueologia preventiva). Por isso, o arqueólogo não deve buscar informações sozinho. Conduzir essas gestões patrimoniais requer profissionais de várias áreas, e requer a integração entre o saber científico e o saber popular. Essa perspectiva colaborativa, segundo Carvalho e Funari (2009) e Pardi (2002), pode contribuir para o crescimento econômico, visto que muitas vezes o sítio arqueológico foco de ação pode passar a ser fornecedor de renda, já que podem se tornar pontos turísticos e, atrelado a isso, a economia da região cresce nesse setor sem destruí-lo.

Dessa forma, o Brasil tem caminhado para ações cada vez mais positivas, permitindo que a educação, nos lugares alvos das pesquisas arqueológicas, receba mais incentivos tanto dos próprios moradores, quanto de pessoas de fora. O sentimento de pertencimento também é visualizado de maneira diferente, agora com zelo por compreender que aquele lugar ou aquela peça faz parte de uma história que é a história do morador da região e que são pertencentes aos seus antepassados.

Assim é possível ver que há uma aceitação maior quando o arqueólogo traz uma história arqueológica e faz associação com a história local, criando assim uma terceira história ou uma meta-história, como afirma Holtorf (2010). Fazendo essas associações, percebe-se que a colaboração da comunidade aumenta e as chances de êxito com as práticas da educação e preservação patrimonial são bem maiores.

Projetos com esses intuitos e ações influenciam cada vez mais a nova geração de arqueólogos a saírem do pedestal de cientista para assumir o papel de cidadão, que também pretende conservar o patrimônio arqueológico nacional.

Fazer arqueologia pública tem demonstrado que as vozes são ressoadas para além de uma arqueologia elitista e, o que importa também é como a população reage aos sítios arqueológicos.

CAPÍTULO 3 - A ARQUEOLOGIA E O PODER DA FALA

Este capítulo vem apresentar conceitos no que cerne a oralidade e sua utilização dentro da arqueologia. Além disso, apresenta as medidas adotadas para a obtenção das entrevistas, como roteiros e métodos utilizados para as transcrições das entrevistas realizadas, com o intuito de compreender como o patrimônio tombado da cidade de São Cristóvão - SE está sendo explorado, tanto por personagens ligados a cultura, quanto pela população de forma geral.

3.1. Oralidade na arqueologia histórica

A arqueologia histórica se apresenta como uma subdivisão da arqueologia desde a década de 1930 nos Estados Unidos, e desde 1960 é reconhecida como uma subdivisão oficial e autônoma. Essa subdivisão contém características principais e únicas, como por exemplo, suas fontes: documentos escritos; artefatos e estruturas; arquitetura; informações orais; informações pictóricas (ORSER, 1992).

Dentre essas fontes, é possível perceber que a história oral se consagrou dentro da arqueologia histórica, já que alguns estudiosos avaliam como sendo um sítio histórico aquele que se enquadra a partir de 50 a 80 anos antes do presente⁹, permitindo que a história oral esteja presente no imaginário dos que ainda permanecem no sítio. Contudo, a arqueologia pública tem se utilizado dessa fonte utilizando a História Oral para entender os processos formadores de identidades dentro de comunidades que estão inclusas em uma região arqueológica, pois é com a ajuda da oralidade que se tornam acessíveis várias respostas para os questionamentos arqueológicos.

A história da história oral pode ser comparada à Arqueologia, segundo Guarinello (1998), pois se apresenta de forma multidisciplinar com várias outras áreas, como a psicologia, antropologia, e a própria arqueologia. Além disso, percebe-se que há uma dificuldade em definir qual a área de maior ligação, tal qual acontece com a arqueologia. E ambas sentem essa “dificuldade” de inserção com as mesmas disciplinas: Antropologia e História.

A história oral, segundo Grele (1995), é a maior fonte de comunicação da humanidade. É através dela que as informações são passadas, em várias versões, de

⁹ Ver em: ORSER JR., Charles E. **Introdução à arqueologia histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

geração em geração. E é por isso que a história oral se faz tão pertinente aos estudos arqueológicos, pois histórias são contadas e com elas caminhos são trilhados.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no ano 2000 oficializou um decreto¹⁰ que salvaguardou, em seus registros, os saberes, onde os bens imateriais tornam-se patrimônio cultural brasileiro. Isso contribui no reconhecimento, valorização e preservação dos saberes, que construíram a identidade brasileira.

Mas qual a ligação disso com a história oral? Bem... Esses saberes são passados por várias técnicas, incluindo a oralidade. O saber fazer (ou *know how*) é aprendido nas manifestações culturais, nas expressões, nas práticas e tudo isso permite o uso da oralidade e da história oral. Registrar as expressões orais permite ainda que, informações do passado sejam acessadas de forma mais ágil, que vários significados sejam compreendidos e preservados, mesmo que esses significados tenham um valor subjetivo.

“Os relatos orais sobre o passado englobam explicitamente a experiência subjetiva. Isso já foi considerado uma limitação, mas hoje é reconhecido como uma das principais virtudes da história oral: fatos pinçados aqui e ali nas histórias de vida dão ensejo a percepções de como um modo de entender um passado é construído, processado e integrado à vida de uma pessoa” (CRUIKSHANK, 2006, p. 156).

Ao se contar uma história, geralmente é utilizada a forma narrativa, onde narrador pode se expressar de maneira ética ou êmica. Sendo a primeira partindo de uma visão de fora do acontecimento e a segunda, partindo de dentro. E é nesse ponto que a memória é empregada. A memória tem importância ímpar e o seu registro deve ser sempre minucioso. E também pode ser reconhecida de maneira coletiva ou individual.

Uma memória coletiva consiste em depoimentos sobre a mesma temática, em quantidade, que se possam comparar informações, corroborando ou refutando fatos. Já a memória individual se caracteriza em resgatar a visão do narrador sobre o fato em questão (FREITAS, 2006). Com essas duas características da memória, a arqueologia pode fazer comparações de informações que remetem a sítios arqueológicos.

Com a arqueologia pública, é possível utilizar a oralidade para fazer não só associações de caráter a compreender melhor o sítio, mas como o sítio pode ser entendido pela comunidade próxima a ele e como se dá a relação da sociedade e a

¹⁰ Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decreto%20n%C2%BA%203_551%20de%2004%20de%20agosto%20de%202000.pdf

cultura material. Para isso, é corriqueiro que se ouça os moradores, entendendo o que aquele espaço representa para eles, antes de comentar que o sítio arqueológico é um patrimônio. A partir de então, é possível perceber que histórias sobre o lugar são contadas de formas semelhantes, pois, muitas vezes, o espaço onde o sítio arqueológico se encontra é um local de memória coletiva.

Ao se perceber essas narrativas, são criadas histórias dos habitantes atuais do local. Os arqueólogos, por sua vez, contam uma história mais “científica” e criam uma segunda história. Ao unir essas duas histórias, uma terceira história é criada, ou uma meta-história, onde a história local se associa à história arqueológica (HOLTORF, 2010). A história oral vai ativar, com essas meta-histórias, uma ligação mais estreita entre a ciência e o popular, onde todos participariam, fornecendo informações e construindo juntos uma nova história para o local.

É nesse ponto que a arqueologia pública pretende chegar, onde todos se sintam contadores de história, onde a memória coletiva e a memória individual são tratadas como indispensáveis para o trabalho arqueológico, em sua totalidade.

A oralidade, então, possibilitaria novas formas para a Arqueologia Pública trabalhar; dando valor à comunidade e seus saberes, permitindo também que novos discursos venham à tona, e se fazendo peça chave para discursos dentro do âmbito pós-processual (RIBEIRO, 2013).

Essa junção permite que a sociedade se sinta como parte da história ali construída, sendo mais fácil que o sentimento de pertencimento seja readmitido e assim, a compreensão de que os sítios arqueológicos são patrimônios de todos e conservar e preservá-los é uma ação conjunta se tornaria mais convincente.

3.2. Metodologia de Entrevista para História Oral

A história oral tem metodologias próprias, mas que buscam o mesmo objetivo: entender o significado de um acontecimento para um indivíduo ou um grupo (FREITAS, 2006).

Antes de iniciar a pesquisa oral, é preciso que se definam alguns pontos como: qual o tema a ser abordado, quantas pessoas serão entrevistadas e qual será o método de entrevista, se haverá o auxílio de mídias ou não. São vários os aspectos que necessitam

de uma atenção extra, a fim de obter o máximo possível de informações através das entrevistas.

Depois de definido o tema, o método de entrevista é um dos mais importantes pontos, é com ele que os questionamentos irão ser respondidos. Existem três principais tipos de entrevistas que irão contribuir para as obtenções das informações necessárias: entrevistas estruturadas, semiestruturadas e não estruturada.

Com o método das entrevistas semi-estruturadas, haverá algumas perguntas para nortear a pesquisa. Estas devem ser pensadas com cuidado e repassadas de modo simples e objetivo, para que opere a melhor compreensão do assunto pelo entrevistado. E raras serão as intervenções realizadas.

“As técnicas de entrevista aberta e semi-estruturada também têm como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas. Elas também são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes.” (BONI & QUARESMA, 2005)

Para a obtenção das entrevistas, o contato deverá ser feito pessoalmente, de maneira simples e clara, informando aos entrevistados do que se trata o assunto e, caso o entrevistado concorde, dá-se andamento ao processo. Além do consentimento, é importante informar que a qualquer momento o entrevistado pode finalizar entrevista e/ou pedir que os equipamentos de registro sejam desligados. Desse modo, é possível garantir uma maior liberdade para a fala dessas pessoas (FREITAS, 2006).

Segundo as metodologias da história oral, nunca se pode interferir na fala do entrevistado, evitando assim, que aja um recuo nas expressões (FREITAS, 2006). Essas expressões podem conter histórias tanto da área de enfoque da pesquisa quanto de seu entorno, por isso, ao interferir, pode-se romper com a liberdade que se espera e assim, não obter as informações suficientes para sanar as questões da pesquisa.

Espera-se assim, obter percepções do passado, do presente e do futuro e observar cautelosamente as diversas configurações de expressões sobre a história local e suas memórias individuais e coletivas. Mas também espera-se que seja possível a interação no mesmo patamar do arqueólogo com a comunidade, a fim de demonstrar que uma possível parcialidade nas pesquisas não seria algo inaceitável na academia (HODDER, 1986).

3.3. Transcrição de entrevistas

Assim como a entrevista é uma ferramenta da história oral, a transcrição também é parte complementar desse processo. Transcrever entrevistas é uma forma de aprofundar a análise dos dados coletados, de recolher as respostas dos objetivos inerentes às perguntas (FREITAS, 2006). A transcrição vai trazer à tona as respostas que, durante a entrevista, podem ter ficado nas entrelinhas, quais questões foram respondidas e quais não foram e até mesmo a obtenção de informações que passaram despercebidas durante a entrevista.

Um dos recursos mais comuns para auxiliar nas transcrições é o gravador de voz. Com ele também é possível que se perceba a intensidade do que se foi dito, com alteração do tom da voz, com hesitações, etc. (FREITAS, 2006). Por isso que se torna tão importante trazer as transcrições de forma mais fidedigna possível, pois é com esse recurso que se perceberá a intensidade de como o assunto é abordado e conduzido.

Na hora da transcrição, o entrevistador passa a assumir um papel diferenciado daquele adotado durante a entrevista. Agora seu papel é de pesquisador, de forma distanciada, procurando obter o máximo de informações necessárias para responder às indagações de sua pesquisa.

Algumas regras devem ser levadas em consideração na hora da transcrição das entrevistas, como por exemplo, os sinais que auxiliarão ao leitor. Esses sinais são comuns nesse âmbito e complementam detalhes, para que seja mais fácil compreender o que se foi dito nas entrevistas, como pausas, quebra de pensamentos e afins. Esses códigos utilizados podem ser conferidos na tabela abaixo.

Normas para transcrição de entrevistas gravadas

Situação	Convenção
Qualquer pausa	...
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)
Incompreensão de palavras ou segmentos	()
Comentários do transcritor	((ruído))
Truncamento, interrupção discursiva	/ (ex.: a meni/ a menina vai fazer...; o menino/ a menina vai fazer...
Alongamento de vogal e consoante (como r, s)	: ou :: (se for muito longo)
Interrogação	?
Entonação enfática	Maiúsculas (Ex.: ela quer UMA solução, não qualquer solução)

Silabação	- - (Ex.: Eu estou pro-fun-da-men-te chateada)
Aspas	Discurso direto
Superposição, simultaneidade de vozes	[[(ligando as linhas) Obs.: Se o primeiro locutor continuar falando sem parar, apesar da superposição de vozes, colocar um sinal de = ao fim da linha e recomeçar, após a fala superposta, com um sinal de =, para indicar a continuação. Exemplo: L: eu gosto muito de histórias infantis... [sempre que eu = D: [sei L: = posso leio pros meus netos

Fonte: <http://www.concordancia.letras.ufrj.br>

3.4. Apresentação dos entrevistados

Para a presente pesquisa, foi utilizado o método semiestruturado (unindo perguntas abertas e fechadas) com finalidade exploratória, onde o tema foi apresentado pelo entrevistador e então, perguntas previamente definida foram feitas, mas não impedindo de o entrevistado discursar livremente sobre o tema, a tom de uma conversa informal (BONI & QUARESMA, 2005). Essa metodologia foi utilizada para que não haja influência nos dados e com as personagens. Também foram gravadas, mediante termo de autorização, e transcritas para manter a maior integridade possível do material.

As personalidades foram selecionadas a partir do perfil desta pesquisa: influenciadores culturais na cidade de São Cristóvão. Estes foram escolhidos justamente por contribuírem com as ações de educação patrimonial e cultural na cidade. A partir disso, uma seleção foi feita em um evento promovido pela secretaria de cultura, onde vários influenciadores culturais da cidade se encontravam e, dentre eles, cinco foram escolhidos: O secretário de cultura, Everaldo Fontes; Um dos coordenadores do MIPASC (Movimento Independente Popular Amigos de São Cristóvão), Márcio Alcântara; A diretora da casa do patrimônio, do IPHAN, Flávia Klausling; A diretora do Museu de Arte Sacra, Sayonara Silva; O historiador e membro do comitê de gestão da Praça São Francisco, José Thiago Silva.

Inicialmente foi realizado um contato prévio com todos esses influenciadores, para apresentar interesse em contato e, com isso, introduzir a possibilidade de uma entrevista. Após a marcação das entrevistas, cada um recebeu um termo autorizando a

obtenção das informações por meio de entrevista gravada, o roteiro da entrevista e explicação do que se tratava a pesquisa.

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE O DEPOIMENTO ORAL À UFS – UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

1. Pelo presente documento, _____ com número de RG _____ e CPF ___, residente e domiciliado em _____, cede e transfere neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo à UFS, a totalidade dos seus direitos patrimoniais de autor sobre o depoimento oral que é transcrito no protocolo de entrevistas prestadas no dia / de 2017, na cidade de São Cristóvão – SE perante a pesquisadora Ingrid Lopes de Oliveira, como parte do projeto de pesquisa de mestrado em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe.

2. Na forma preconizada pela legislação nacional e convenções internacionais de que o Brasil é signatário, o DEPOENTE, proprietário original do depoimento deste termo, terá indefinidamente o direito de exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.

3. Fica, pois a UFS plenamente autorizada a utilizar o referido no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo os seus direitos a terceiros no Brasil e/ou exterior.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os nossos interesses, assinam o presente documento em duas vias de igual teor e para um só fim.

São Cristóvão - SE, __/__/____

Entrevistado (a): _____

Entrevistadora: _____

Dados da Entrevista

As entrevistas realizadas têm como objetivo ouvir as opiniões dos profissionais ligados à cultura e ao patrimônio que atuam na cidade de São Cristóvão, localizada no estado de Sergipe, que participaram de ações de Arqueologia Pública na cidade, visando entender os impactos das mesmas. Para isso foi elaborado um roteiro para mediar a entrevista a fim de obter as informações necessárias para o andamento da pesquisa do projeto de mestrado em Arqueologia pela Universidade Federal de Sergipe

Roteiro

Dados do Entrevistador e do projeto

Nome da pesquisadora:

Data: _____

Nome da Pesquisa:

Dados do Depoente

Nome completo:

Local e data de nascimento:

Endereço atual:

Rua _____ -

nº _____ Bairro: _____ Cidade: _____

Estado _____ Cep: _____ Telefone: _____.

Profissão: _____

Ficha técnica:

Tipo de entrevista: Semi-estruturada - história oral temática

Entrevistadora:

Levantamento de dados:

Pesquisa e elaboração do roteiro:

Técnico de gravação:

Local:

Data:

Duração:

Temas:

Observações:

Perguntas

1- Como você começou a trabalhar com cultura?

2- Qual o seu envolvimento com a cidade de São Cristóvão?

- 3- Quais são as atividades relacionadas à cultura e ao patrimônio que você já participou em São Cristóvão? Fale sobre elas.
- 4- Você realizou algum evento sobre arqueologia e patrimônio? Fale sobre ele.
- 5- Quantos eventos você já realizou ou participou sobre a Praça São Francisco?
- 6- Qual sua opinião sobre a ligação da Praça São Francisco e a população da cidade de São Cristóvão?

Finalização

7 - Enquanto profissional ligado à arqueologia, patrimônio e cultura quais são suas perspectivas sobre atividades culturais na cidade de São Cristóvão?

3.5. As entrevistas

As entrevistas foram realizadas em dois dias diferentes, na cidade de São Cristóvão. Os horários e locais foram selecionados pelos entrevistados, a fim de deixá-los mais a vontade.

Dessa forma, as entrevistas seguiram o modelo de entrevista semi-estruturada, permitindo que os entrevistados demonstrassem seus pontos de vista sobre o assunto debatido (BONI & QUARESMA, 2005).

De maneira geral, as entrevistas se mostraram esclarecedoras para entender a situação da cultura de São Cristóvão, principalmente pelo olhar desses influenciadores culturais, já que a visão da população já se encontra bem mapeada.

Levando isso em consideração, o próximo capítulo irá expor quais os pensamentos acerca da cultura, do patrimônio e da cidade de São Cristóvão pelas personagens apresentadas, dando voz a essas pessoas que trabalham em contato direto com a população e para a população.

CAPÍTULO 4 – UMA PROPOSTA REFLEXIVA PELO VIÉS DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA SOBRE A CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO – SE

Neste capítulo serão apresentadas considerações acerca do patrimônio arqueológico e cultural, pós-análises de produções bibliográficas, selecionados para a presente pesquisa, sobre a cidade de São Cristóvão. Aqui, também, serão apresentadas entrevistas realizadas com os agentes culturais da cidade, e diante disso, alguns posicionamentos e sugestões serão apresentados a fim de contribuir com a proposta de gestão compartilhada existente na cidade, construindo assim um elo entre sociedade civil e órgãos públicos.

4.1. São Cristóvão e as ações patrimoniais

A cidade de São Cristóvão é entendida como patrimônio desde o final da década de 1930 e com isso, várias ações patrimoniais são promovidas a fim de salvaguardar o patrimônio da cidade e conectar a população com esse patrimônio.

É possível observar, através de relatórios e programas do IPHAN, que a cidade aparece sempre nas ações de projetos que visam assegurar a preservação dos patrimônios brasileiros, um dos exemplos é o programa Monumenta. O programa, como apresentado no relatório tem como objetivo geral o de:

“Passou a ser a construção de uma forma de intervir que aliasse a preservação do patrimônio histórico ao desenvolvimento local, com geração de emprego e renda e estímulo à inclusão social. Isso sempre levando em consideração o protagonismo municipal e a articulação institucional entre as três esferas de governo” (Relatório do programa Monumenta, 2009).

Com isso, é perceptível que o programa se atenta em restaurar os monumentos das cidades históricas, possibilitando a ocupação dos prédios tombados, a fim de utilizar os espaços públicos, além de promover atividades econômicas e de educação patrimonial.

Segundo o relatório publicado em 2009, durante a execução do programa, alguns dos patrimônios históricos públicos receberam requalificação, dentre eles estão: Praça São Francisco, restauração da igreja e do convento de Santa Cruz, Lar Imaculada Conceição e o sobrado da antiga ouvidoria; Praça da Bandeira, Capela dos Capuchinhos, Praça Senhor dos Passos, Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos Além desses, outro prédio privado foi contemplado, o imóvel que abriga a Casa da Queijada.

É possível perceber que a população dos prédios privados não demonstrava interesse em submeter seus bens aos editais do programa. Segundo Tatiana Costa, especialista em Patrimônio, isso ocorreu pelo distanciamento das equipes das Unidades Executoras do Projeto (UEP), com a população.

Já no relatório de Gestão do ano de 2011 da autarquia, nota-se que as observações da responsável pela unidade no estado, referentes à estrutura da casa do patrimônio, onde o IPHAN se encontra na cidade de São Cristóvão. Além da falta de mobília e manutenção em aspectos não especificados, o que prejudica o andamento das ações na cidade.

No mesmo documento, é exibido em quais bens tombados houve ação de proteção e reconhecimento. Em São Cristóvão os seguintes bens se encontram na lista: Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico constituído pela cidade de São Cristóvão, Igreja do Senhor dos Passos, Igreja de Nossa Senhora do Amparo, Igreja da Misericórdia, Igreja e Convento de Santa Cruz, Convento e Igreja do Carmo, Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias, Sobrado à Rua da Matriz, com balcão corrido, Sobrado à Rua das Flores, Igreja de Nossa Senhora do Socorro.

Há também as ações de restauração dos bens. Os que se encontram em São Cristóvão são: Convento Nossa Senhora do Carmo, onde foi realizada a estabilização da estrutura da igreja. Teve seu início em setembro de 2011 e até a publicação da edição de 2011, ainda estava em andamento. Santa Casa da Misericórdia, onde foi feito a restauração. A obra começou com o programa Monumenta em parceria com a Prefeitura de São Cristóvão e Governo do Estado de Sergipe, em 2009 e até a publicação da edição de 2011, ainda se encontrava em andamento. Museu da Polícia Militar, iniciado o processo de restauração pelo programa Monumenta em parceria com a Prefeitura de São Cristóvão e Governo do Estado de Sergipe. Iniciado em 2010 e ainda em andamento até a publicação da edição de 2011. Largo do Rosário passou por processo de requalificação com o programa Monumenta em parceria com a Prefeitura de São Cristóvão e Governo do Estado de Sergipe. Iniciada no ano de 2010 e ainda em andamento até a publicação do relatório de gestão, em 2011. Ladeira do Porto da Banca, passou por processo de requalificação pelo programa Monumenta em parceria com a Prefeitura de São Cristóvão e Governo do Estado de Sergipe em 2010. Ainda não havia finalizado até a publicação do relatório de gestão, em 2011. Ladeira do Epaminondas, passou por processo de requalificação pelo programa Monumenta em parceria com a Prefeitura de São Cristóvão e Governo do Estado de Sergipe em 2010. Ainda não havia finalizado até a publicação do relatório de gestão, em 2011.

Apenas um imóvel privado foi beneficiado para recuperação através de editais. O imóvel se encontra na Rua Messias Prado nº 246 e pertence à Bernadete Souza Lima. Contudo, no relatório em questão, não há informação do que foi estabelecido para o

imóvel e nem qual o período.

Sobre os bens móveis, apenas um foi registrado no relatório de gestão de 2011, sendo ele referente à restauração do forro e cimalha da capela-mor do Convento Nossa Senhora do Carmo.

No âmbito arqueológico, foi feito o monitoramento arqueológico em obras de engenharia na cidade. As obras aconteceram no Banco do Bradesco, Delegacia e no Lar da Imaculada Conceição, no relatório não foi informada a duração.

No relatório ainda é possível encontrar outras categorias de ações realizadas na cidade de São Cristóvão, como o projeto Balaio do Patrimônio, que trata do patrimônio imaterial, com apoio do IPHAN, governo do estado e da prefeitura de São Cristóvão.

Programa de divulgação audiovisual, com o blog Andanças na casa do IPHAN em São Cristóvão, iniciado em 2010 para divulgar as ações da casa do patrimônio na cidade¹¹. Exposições com as seguintes temáticas: Fragmentos de uma história: intervenções arqueológicas no sobrado do IPHAN; Se expresse, desenvolvida pela secretaria municipal de inclusão social através do Projovem; Revelando São Cristóvão, realizada pelo Instituto Recriando, através do projeto Mídia Jovem.

Outras ações de difusão de conhecimento e promoção: Feira cultural da Escola Elísio Carmelo e Projeto Música brasiliis realizados em parceria com a escola estadual Dep. Elísio Carmelo; II círculo de Ogãs, realizado em parceria com a secretaria de cultura do estado de Sergipe; Birô cultural, em parceria também com a secretaria de cultura do estado; II Jornada de estudos da cultura popular, em parceria com a secretaria municipal de cultura e turismo de São Cristóvão; Oficina de projetos culturais, em parceria com o Banco do Nordeste.

Ações de educação patrimonial: Palestra na Câmara Municipal da cidade de São Cristóvão sobre licenciamento e fiscalização no conjunto urbano tombado, realizado pela Câmara Municipal; Mostras de vídeos; Reuniões com a comunidade, realizada pelo programa Monumenta. Também foi realizada uma oficina para capacitação dos professores, denominada de Sentir para agir.

Alguns projetos de licenciamentos foram realizados: Pesquisa arqueológica na barragem do Rio Poxim Açu; Levantamento e monitoramento do patrimônio arqueológico da área diretamente afetada do sistema de esgoto sanitário de São Cristóvão, ambos realizados pela companhia de saneamento de Sergipe (DESO); Projeto de preservação do patrimônio cultural e arqueológico do centro histórico de São Cristóvão- Praça São Francisco, realizado por Daniel Bezerra.

Quanto às normativas de preservação: PRODOC – Contratação de consultoria para realização de estudo e subsídios para normalização do sítio histórico tombado, em parceria com a UNESCO; Desenvolvimento de paleta de cores para conjunto urbano tombado para entregar aos moradores da área tombada da cidade de São Cristóvão.

Para o ano de 2012, é possível observar as praticamente as mesmas categorias do relatório do ano anterior. Iniciando com a de ação de proteção e reconhecimento: foi feita a delimitação da área tombada pelo IPHAN. Sobre os bens imóveis restaurados ou recuperados, foram feitas ações nos seguintes locais: Igreja conventual Nossa Senhora do Carmo, com serviços técnicos de restauração do forro com cimalha com pintura artística e do telhado da Capela-Mor. Também foi feita a recuperação e reforço estrutural, esses serviços foram iniciados e finalizados em 2012. No imóvel nº32 na Rua Ivo do Prado foi realizado serviço de estabilização e recomposição da volumetria, esse serviço foi iniciado e finalizado em 2012. Na igreja conventual São Francisco e no Museu de Arte Sacra foram realizados serviços emergenciais de estabilização e restauração, o serviço foi iniciado em 2012 e até a publicação deste relatório, ainda não tinha sido concluído.

Sobre o patrimônio arqueológico: obras no loteamento São Francisco, com análise do projeto no loteamento São Francisco e projeto de prospecção e resgate arqueológico na área da barragem do rio Poxim Açu, com análise do relatório final.

Plano de salvaguarda do patrimônio imaterial: Renda irlandesa, com o monitoramento de qualidade do Iacê, ocorreu com apoio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia – SEDETEC; Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e Desenvolvimento Social – SEIDES; Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade Federal de Sergipe.

Outras ações de difusão de conhecimento e promoção: Jornada do patrimônio – tradições e religiões, em parceria com a secretaria municipal de cultural e turismo.

Ações de educação patrimonial: Mostra de vídeos, com apoio do IMBA, paróquia Nossa Senhora da Vitória, Casa CurtaSE e CineClub Candido Aragões. Projeto roda de conversas; Reuniões com a comunidade sobre novos procedimentos da fiscalização.

Sobre capacitação, foram realizadas oficinas, uma de um projeto já existente em 2011, que é o projeto Sentir e Agir, com apoio da prefeitura municipal e outro com oficina para monitoramento do programa Mais Educação, da secretaria de educação.

Sobre inovações no projeto de gestão de política pública é possível encontrar a seguinte declaração:

“Os novos procedimentos de fiscalização e principalmente a portaria 420/2010 facilitaram o entendimento do morador sobre como proceder no decorrer do processo administrativo, aumentando a apresentação de projetos antes da execução das obras. A Carta de Nova Olinda que sinaliza uma inovação de gestão da política pública em relação à Educação Patrimonial possibilitou diretrizes para o funcionamento das Casas do Patrimônio, pelas quais a Casa do Patrimônio de São Cristóvão desenvolve o seu trabalho. Assim, a comunidade tornou-se um pouco mais compreensiva e sensível às questões do patrimônio cultural” (Relatório de gestão do IPHAN, 2012).

E também foram feitos alguns comentários pelo IPHAN de Sergipe sobre o escritório do IPHAN em São Cristóvão. Ele fica no mesmo imóvel onde funciona a casa do patrimônio da cidade, e os comentários são repetidos, em relação ao ano anterior, 2011, com solicitação de intervenções de conservação, infestação de cupins e instalações e imobiliário para ser realizado o trabalho técnico e de atendimento à população.

Na edição de 2013, o relatório de gestão do IPHAN traz uma tabela indicando o nível de conservação e preservação do patrimônio cultural de cada estado brasileiro. São Cristóvão aparece com 12 bens, qualificando a maior parte dos bens com o estado de conservação bom e o estado de preservação íntegro. Os doze bens são: Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Engenho Poxim: capela de Nossa Senhora da Conceição, Convento e Igreja do Carmo, Igreja e Casa da Misericórdia, Convento e Igreja de Santa Cruz, Igreja da Ordem Terceira do Carmo, Sobrado à Rua Castro Alves, nº 2, Sobrado à Rua da Matriz, com balcão corrido, Sobrado à Rua das Flores, Igreja de Nossa Senhora do Amparo, São Cristóvão, SE: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico.

De maneira geral, o patrimônio do estado de Sergipe foi classificado com índice de conservação do patrimônio material com nota 7,42 e com índice de preservação do patrimônio material com nota 8,48. Neste ano, não houve mais informações sobre ações realizadas em São Cristóvão.

No ano de 2014 o relatório de gestão do IPHAN sofreu mudança em seu formato e a única informação sobre São Cristóvão foi:

“O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN dirige-se a todos os interessados para lhes COMUNICAR que ocorreu a ratificação do tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico, constituído pela cidade de São Cristóvão, no Estado de Sergipe, nos autos do Processo n.º 785-T-67 (Processo n.º 01504.001375/2009-25), por meio da qual se procedeu à alteração das poligonais de tombamento e entorno no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, bem como à inscrição no Livro do Tombo Histórico. A poligonal de tombamento foi inscrita no Livro de Tombo Histórico, volume III, fl. 89/92, número de inscrição: 624 e alterada no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, volume III, fl. 02/04, número de inscrição: 40. Amparo legal: Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, Portaria nº. 11, de 11 de setembro de 1986 e Decreto nº. 6.844, de 07 de maio de 2009” (Relatório de Gestão, 2014).

A versão 2015 do relatório de gestão seguiu o mesmo formato da versão anterior, diminuindo as informações específicas de cada estado. Não houve informação expressiva sobre São Cristóvão nessa edição.

Com a análise dos relatórios disponíveis sobre a gestão entre os anos de 2011 e

2015, é possível perceber que muitas ações foram feitas, mas mesmo assim, não houve um avanço significativo entre a população e a cidade. Também é perceptível que a maioria das informações coletadas diz a respeito do patrimônio edificado, como igrejas e sobrados que estão no centro histórico da cidade. Isso não implica dizer que os outros tipos de patrimônio não receberam atenção, mas pode-se inferir que estes foram marginalizados. A partir das entrevistas e das análises delas, fica mais claro de entender os motivos pelos quais São Cristóvão tem problemas para lidar com seu patrimônio.

4.2. São Cristóvão enquanto patrimônio para a população

Dentro do que se refere à população de São Cristóvão, existem alguns trabalhos acerca do relacionamento destes com o turismo cultural e cultura, de maneira geral. Esses trabalhos foram desenvolvidos entre os anos de 2010 e 2014 e podem mostrar como a população e os próprios turistas enxergam a cidade.

Ivan Aragão desenvolveu um trabalho atenuando-se à Praça São Francisco e como esse espaço, que carrega toda uma história individual e coletiva é entendido pelos olhares dos moradores e dos turistas.

Para Aragão (2010), o turismo é entendido como atividade sociocultural e que, realizado de forma sustentável, contribui para manter os valores culturais de uma sociedade. Diante disso, o autor realizou uma pesquisa com cerca de cem indivíduos com faixa etária entre 15 e 75 anos, onde 50 questionários foram destinados a turistas e os outros 50 a moradores.

As perguntas feitas para os moradores apresentam questões como: Qual seria a indicação de um museu e de uma igreja para turistas e qual o motivo para as indicações. Tendo a cidade como um ponto de religiosidade bastante aguçada, o museu com maior indicação foi o Museu de Arte Sacra (67% das indicações), seguido pelo museu de Sergipe (22% das indicações). As justificativas se deram, em sua maioria, pela beleza das peças e riqueza do acervo. Quanto às igrejas, a 40% indicariam a Igreja Nossa Senhora da Vitória e em segundo lugar, com 30% das indicações, a Igreja de São Francisco. E a maior quantidade de justificativa também se deu pela beleza das igrejas citadas.

Ainda sobre os museus e as igrejas, foi questionado qual desses os moradores escolheriam para retratar a cidade em cartão postal e a maioria apostou no conjunto da Praça São Francisco. Os outros pontos escolhidos foram o Museu de Sergipe e a Igreja Nossa Senhora da Vitória.

Já aos turistas, foi questionado qual dos patrimônios locais poderiam se enquadrar como símbolo da cidade de São Cristóvão, 30% dos entrevistados fez associação com a imagem de Nossa Senhora dos Passos, 20% optaram pelo passado

histórico do município, enquanto 10% optaram por outras respostas como igrejas, a escultura do cristo redentor, a arquitetura, imagens das igrejas.

Também foi questionada qual imagem ficaria da visita à cidade e a maioria associou a imagem da procissão de Nossa Senhora dos Passos (28%), enquanto que em segundo e terceiro lugar a preservação histórica e os traços barrocos (18%).

Em outra pesquisa, apresentada por Mello & Jucá (2013), o foco se baseava em entrevistar estudantes do ensino fundamental e médio a fim de realizar um processo de educação patrimonial para um trabalho de arqueologia preventiva que ocorria em algumas cidades de Sergipe, incluindo São Cristóvão. Nesse trabalho foram elaboradas cinco perguntas do que seria arqueologia, pré-história, sítio arqueológico, patrimônio cultural e qual a festa mais importante na cidade, 452 estudantes responderam.

Para os autores, as quatro primeiras perguntas tiveram índices de erros de 32,68%, 62,55%, 52,16%, 32,25%, respectivamente. O que levou a perceber o quão frágil é o assunto “arqueologia” dentro da cidade, mesmo que está contemple uma variedade significativa.

Para Mello & Dantas (2014), com a candidatura da Praça São Francisco benefícios inerentes ao turismo seriam prováveis. E para isso, os autores organizaram um questionário e distribuíram em hotéis de Aracaju, para poder compreender os perfis turísticos da cidade de São Cristóvão, alcançando 38 questionários respondidos.

O questionário foi dividido em partes, sendo a primeira voltada para os dados pessoais, a segunda versava sobre quais as opções turísticas que eram oferecidas pelas companhias turísticas e qual a ordem de preferência, do turista, em visitá-las e a terceira parte atentava-se apenas para São Cristóvão, atribuindo notas para pontos específicos.

Sobre os dados obtidos, é perceptível uma quantidade elevada de turistas provenientes da região sudeste do país, com 52,6% do total, vindos a passeio e com faixa etária entre 31 e 60 anos.

Apenas 13,2% dos turistas que responderam ao questionário visitaram a cidade de São Cristóvão e em relação à visita, pode-se observar as seguintes pontuações: Em relação ao acesso, as notas oscilaram entre 6 e 8. Informações turísticas entre 3 e 6. Guias turísticos entre 1 e 10. Locais para compras de presentes e artesanatos, apenas uma nota 10. E locais para alimentação recebeu nota 1.

O aspecto geral da cidade recebeu notas entre 7 e 10 e sobre a conservação da mesma, entre 7 e 8. Sobre os pontos turísticos (igrejas, museus, praça) as notas se mantiveram em padrão 10.

Observando os resultados dessas pesquisas, pode-se analisar que a cidade mantém seu potencial turístico elevado, em relação aos seus patrimônios, entretanto, a falta de estrutura e divulgação tanto para quem é da cidade quanto para quem é de fora, atrapalha o desenvolvimento da mesma.

Essas questões são reafirmadas a seguir, com as análises das entrevistas sobre a cidade com os influenciadores culturais e com o que se objetiva mostrar essa pesquisa.

4.3. Análises das entrevistas

Como foi colocado no capítulo anterior, foram realizadas, para essa pesquisa, cinco entrevistas, todas elas com agentes culturais. As entrevistas foram de fundamental importância para entender um pouco como se dá a ligação entre esses formadores de opinião e as instituições que eles representam, a sociedade e o patrimônio.

Dentro das entrevistas é perceptível que existem pontos convergentes tanto sobre problemas que existem na cidade ao se falar de cultura, quanto as suas soluções. Mas cada uma traz a singularidade dos trabalhos que são desenvolvidos, muitas vezes, com dificuldades, a esperança de ver São Cristóvão se reerguer e caminhar de cabeça erguida.

O primeiro a contribuir com suas falas sobre São Cristóvão foi o historiador e integrante do comitê de gestão da Praça São Francisco, Thiago Fragata. O posicionamento de Fragata, como ele mesmo coloca que já foi uma pessoa ligada a sociedade civil, ouvindo a população e questionando o poder público; agora é uma pessoa que entra também como figura pública, no sentido de estar ligado agora ao comitê de gestão, ocupando um cargo no município.

Em sua entrevista Fragata conta sobre a trajetória da campanha da Praça São Francisco a patrimônio mundial da humanidade e como as coisas seguiram após a chancela da praça. Toda a sua fala é importante, mas ao focar na praça, começa a se entender um pouco dos motivos do distanciamento da população com o patrimônio.

Thiago Fragata demonstra se sentir logrado, e expressa também o sentimento de várias pessoas, pelas promessas feitas à época da candidatura da Praça São Francisco que não foram cumpridas.

“Por que é que o povo não percebeu a mudança? Porque uma obra como essa, de tamanha importância não foi concluída, não foi prestada a conta, entendeu? Foi iniciada e não foi terminada. E outra: ainda gerou transtornos para a população e ainda está gerando transtorno. E aí uma população que gera transtorno com a obra, ela não vai agradecer nunca a benfeitoria” (Fragata, 2017).

A obra que Fragata se refere é a obra de esgotamento sanitário. Obra essa que foi solicitada pela UNESCO, já que para o órgão, não é possível haver patrimônio em uma cidade que não cuida de sua população.

Como afirma o historiador, é praticamente inviável manter uma sociedade ligada ao patrimônio quando a confiança é quebrada. O que era pra ser uma obra para a melhoria da cidade, acaba trazendo mais transtornos e dificultando essa relação.

Esse problema também é reconhecido na fala do senhor Everaldo Fontes, atual

secretário de cultura do município. Ao ser questionado sobre uma possível escavação arqueológica próxima a praça, o mesmo comenta da possível reação das pessoas:

(...) “E associa logo a coisa tipo... “Eu moro ali, eu não vou passar mais de carro por ali, vai ficar interditado”... Tem uma conotação negativa. Assim, eu acho... Pelas experiências que eu vi aqui. Se você fizer um estudo aqui arqueológico a população vai começar: “Poxa, de novo? Encontraram ouro aí”. Entendeu como é que é? Vai ser... Pelas coisas que eu... Eu acho que, eu posso estar muito errado, mas não é bem-vindo assim. Porque vai atrapalhar o trânsito, vai atrapalhar... Entendeu?” (Everaldo Fontes, 2017)

Essas complicações referentes à como a população lida com o patrimônio também recaem sobre a abordagem utilizada pelo IPHAN no início do processo de patrimonialização na cidade. A abordagem do órgão era mais rigorosa e, muitas vezes, acontecia sem uma educação patrimonial adequada.

“De forma geral, qual o problema maior? O problema maior é que... As coisas são feitas sem a educação. Então... Cara, ninguém sentou com o povo pra dizer “olha, nós vamos interditar por conta disso. Agora qual a melhor saída, o que vocês acham que a gente deva fazer?”” (Everaldo Fontes, 2017).

Esse era um dos problemas constantes do órgão, como afirma Flávia Klausing, chefe substituta da casa do patrimônio de São Cristóvão:

“Então... Eu acho que primeiro historicamente, você tem tanto com relação ao o órgão também, assim... Você tinha uma noção de patrimônio que era um pouco dessa coisa intocada, de que você preservava também... É... Você tinha uma noção de preservação deixando ela como era, então essa coisa um pouco romântica da preservação, que o próprio IPHAN ajudou a propagar. E além dessa visão romântica, junta também que o órgão tinha também uma postura um pouco autoritária, eu acho, com a população...” (Flávia Klausing, 2017).

Essa postura mais rigorosa, entretanto, tem se alterado ao longo do tempo dentro do IPHAN. Novas abordagens dentro da arqueologia e da educação patrimonial tem permitido uma atenção maior a outras vozes, principalmente com a arqueologia pública, considerando sempre como a população reage ao patrimônio.

“(...) E acaba que você tem que fazer um trabalho tanto dentro de um próprio órgão também... De até discutir sobre esses conceitos atuais também, de preservação... Que vão privilegiar muito mais essa questão do uso... Questionar: Esse patrimônio é pra quem? É da comunidade... Então se você não usar e não apropriar desse patrimônio, ninguém vai conseguir, na verdade, dar conta da preservação. Porque a preservação é em conjunto, né? E esse patrimônio é de quem convive com ele, mais do que do órgão ou do turista ou do visitante. Então assim, essa questão da apropriação como sendo o centro também é uma coisa muito recente do órgão” (Flávia Klausing, 2017).

A apropriação é parte fundamental do processo e, como Silva Filho (2007) coloca, há uma apropriação da cidade com a praça principalmente em termos religiosos,

já que a cidade tem um vínculo muito forte com a fé e Praça São Francisco é um dos principais palcos para essas festividades.

Como Klausing coloca, a apropriação é uma preocupação mais recente do IPHAN e para trabalhar com ela, o órgão tem desenvolvido algumas ações em São Cristóvão com o intuito de interligar a população com o patrimônio, com a casa do patrimônio e com as outras formas e locais de cultura. Essas ações acompanham um calendário anual, de acordo com algumas festividades da cidade e com o aniversário da chancela da Praça São Francisco. Além disso, é importante ressaltar a parceria que o IPHAN tem com os museus da cidade, as arquidioceses e programas culturais.

“(...)foi no aniversário da chancela que a gente realizou a mesa redonda sobre gestão cultural. Aí buscou tanto gestores públicos, gestores privados e ONGs pra poder dar essa completude, sobre a gestão cultural nos vários âmbitos. Aí a gente tava tentando realizar isso... A parceria também com a UFS (Universidade Federal de Sergipe) era uma outra coisa que a gente tava fazendo, visando também ações não orçamentárias e dinamizar a casa... Aí dessa ação surgiu tanto a questão da reativação do laboratório de arqueologia urbana, como também o grupo de pesquisa (Arqueologia do Meio Atlântico- AMA) e aí a gente vem tentando atuar também fazendo exposições, oficinas” (Flavia Klausing, 2017).

A interligação entre núcleos culturais se torna algo extremamente positivo, já que, a partir dele, maior a interação também com a comunidade. Esse é um dos pontos que Sayonara Silva, diretora do Museu de Arte Sacra de São Cristóvão, destaca ao comentar sobre a rotatividade das exposições que são exibidas na cidade:

“Por exemplo, uma exposição que está em cartaz na casa do patrimônio do IPHAN esteve aqui no museu sessenta dias, e é como se ela fosse revisitada agora. Ela entrou na programação dos oitenta anos do IPHAN, foi o nome da exposição é “A paisagem cultural da Praça São Francisco”, foi o tema da semana de museus. Essa exposição é um projeto daqui do museu. Eu fiz essa exposição em maio de 2016. Quando o IPHAN fez oitenta anos achou interessante esse tema, aí pediu emprestada a exposição. Aí levou pra Aracaju, houve uma cerimônia, no dia dos oitenta anos do IPHAN. E depois essa exposição foi reinaugurada aqui. E é como se fosse re/ é outra exposição, porque tem gente que não tinha visto ainda. É outro público, né. Aqui a gente recebe mais escolas, lá é outro público, pesquisadores e tal. Aí é como se a gente revisitasse também” (Sayonara Silva, 2017).

E não só o Museu de Arte Sacra demonstra essa conexão com o IPHAN... Márcio Alcântara, que atua junto ao MIPASC, também salienta que o órgão tem estado de portas abertas para auxiliar práticas culturais.

“O IPHAN sempre foi parceiro. Sempre Parceiro. Por isso que eu to falando a minha verdade, porque sempre que buscamos o IPHAN, a secretaria do IPHAN, sempre eles abriram parceria e sempre a praça tá à disposição. O próprio prédio do IPHAN também, tá sempre à disposição do movimento MIPASC”(Márcio Alcântara, 2017).

Entretanto, apesar das várias ações e das várias parcerias que o IPHAN, a secretaria de cultura, museus e outros movimentos culturais estabelecem a cidade ainda sofre com uma adversidade maior: a falta de visitação, tanto de turista como dos próprios moradores. Todos os entrevistados realizaram a mesma crítica para essa questão, sendo ela a falta de divulgação.

Cada um dos agentes de cultura colocou a dificuldade em realizar divulgação das ações culturais como um dos maiores empecilhos, até mesmo o IPHAN apresenta essa dificuldade.

“Então, a divulgação é um dos nossos pontos mais falhos que a gente tem na instituição. A gente tem uma página no *Facebook* que ajuda a divulgar um pouco. E o que chega mais na população é o carro de som, mas nem sempre a gente tem... Às vezes a gente tira do bolso, né ((risos)), ou a gente tem que ter dinheiro pra isso, porque geralmente o dinheiro que vem é pequeno, aí não cobre essa questão do plano de comunicação e divulgação. Ou a gente tende a chamar também, é... Falar com a prefeitura esse apoio e tenta divulgar via cartaz e entrega de folhetos, né, e no boca a boca” (Flávia Klausing, 2017).

Tem sido cada vez mais comum o uso das redes sociais para a divulgação de eventos, de acontecimentos importantes. O IPHAN, como apresentado, tem uma página na rede social *facebook* com a finalidade além da divulgação, de informar sobre o que vem a ser casa da cultura, informar sobre datas de celebrações, etc.

Sayonara Silva, representante do Museu de Arte Sacra também comenta sobre a dificuldade de divulgação. Ela comenta que recentemente o museu passou também a utilizar os recursos que as redes sociais oferecem a fim de tentar diminuir o problema com a divulgação.

“Anteriormente era um pouco falho nesse sentido. A gente ainda tem muito a:: Assim, a gente começou agora a entrar nas redes sociais. Não havia muita divulgação assim. E também, com a nova gestão da secretaria de cultura, por exemplo, hoje a assessora de comunicação me ligou, pra divulgar os eventos daqui, entendeu? O ano passado foi um pouco difícil. Eu acho que fizemos uma exposição... Só um jornal que... (...) Porque a gente não tem assessoria de comunicação, né? Isso é imprescindível numa instituição. Mas a gente ainda tá tentando montar essa equipe. A gente não tem. Aí dificulta... Muitas vezes a gente manda pro jornal, mas geralmente eles só publicam quando é jornalista” (Sayonara Silva, 2017).

Já para o MIPASC, por estar talvez, dentre os entrevistados, o mais próximo à população, organizou uma saída diferente para suprir essa questão. Eles se reuniram a outros segmentos e conseguiram montar um jornal, de triagem mensal, com o propósito justamente com o propósito de propagar o que acontece na cidade.

“(...) o “Tribuna Sergipe Del Rey”, ele é um filho justamente do movimento MIPASC. Esse jornal nasceu do movimento MIPASC. Depois de... De várias reuniões, de várias atividades nossas, surgiu o interesse e das pessoas que fazem parte do movimento de criar um

jornal que tivesse uma... Uma tiragem mensal que as pessoas ficassem sabendo do que estava acontecendo, do que estava rolando na cidade” (Márcio Alcântara, 2017).

Já o secretário da cultura, que entrou no mandato no ano de 2017, pretende fazer várias ações para viabilizar a promoção da cultura na cidade. A principal delas é a abertura de editais, onde todos podem se inscrever e com isso, ter seu trabalho divulgado e patrocinado pela prefeitura em troca de contrapartidas pré-determinadas.

“O que nós precisamos é abrir uma galeria aqui. Nós temos um projeto arte e cultura na feira, que vai acontecer nas feiras livres à tarde, do Eduardo Gomes, do Rosa Elze ((bairros de São Cristóvão)) e aqui na Praça São Francisco, no domingo. (...)E a gente vai entrar com a parte artística e cultural. Vamos colocar algumas barracas para os artesãos negociarem, vamos nessa arte e cultural na feira livre, nós vamos ter um palco onde vão ficar se apresentando os mestres da cultura popular da cidade mais música de MPB. (...). A biblioteca itinerante é o seguinte: nós estamos conseguindo doações com populares e esses livros de doações a gente vai tá emprestando pra população” (Everaldo Fontes, 2017).

Diante do que se foi observado nas entrevistas, os agentes culturais tem trabalhado de forma mais unida e em prol da população. Muitas vezes é perceptível certo saudosismo em suas falas, de uma cidade com efervescência cultural muito maior.

“E aí, tudo isso que tá acontecendo hoje no nosso município eu já vi isso em décadas passadas. Houve um distanciamento da cultura, ela passou um tempo adormecido” (Márcio Alcântara).

“A ideia é ajudar na dinamização cultural da cidade, né? Porque você vê que tem uns discursos que a cidade tinha uma efervescência cultural e artística que foi se perdendo ao longo do tempo...” (Flávia Klausing, 2017).

Com essa pausa nas ações culturais, muita coisa foi deixada de lado e infelizmente os grupos culturais perderam força, inclusive, levando o *know how* de alguns patrimônios imateriais (não reconhecidos oficialmente) com os mais velhos que faleceram.

“Outro problema que temos em São Cristóvão: Hoje nós temos alguns grupos de... De folclore do nosso município que a gente tá entendendo que eles estão se acabando. E nós não estamos tendo pessoas pra repor, porque nós não temos oficinas para isso. Nós perdemos recentemente um mestre e eu ainda não encontrei um substituto dele, ainda não conheço... Nós temos aí o mestre do reizado e a gente ainda não conhece o substituto...”(Márcio Alcântara, 2017).

As entrevistas demonstraram que a cidade de São Cristóvão está caminhando para um cenário de ascensão da cultura local, mas ainda apresenta várias problemáticas, já que os entrevistados expõem pontos parecidos que ainda não foram solucionados.

A maioria comenta que a abordagem do IPHAN no início do processo de patrimonialização e a falta de divulgação são os maiores contrapontos. Partindo desse pressuposto, serão apresentadas a seguir algumas considerações sobre os resultados das

análises feitas até aqui e propostas, formuladas a partir delas, que auspiciosamente se apresentarão como possíveis soluções para os problemas identificados.

4.4. Reflexões e propostas sobre o cenário patrimonial da cidade de São Cristóvão

A partir das entrevistas, fica claro que os agentes culturais idealizam um futuro semelhante para São Cristóvão, contudo, atingindo esse interesse por meios diferenciados. Mas alguns pontos precisam ser ajustados para que se possa dar maior visibilidade à cidade, ao patrimônio e para que as vozes da comunidade sejam ouvidas.

Segundo as afirmações dos influenciadores culturais, São Cristóvão aparece como uma cidade com um gigantesco potencial turístico seja ele histórico, religioso, gastronômico ou arqueológico. E mesmo com todo esse potencial, a cidade não consegue desenvolver esse atrativo, se diferenciando de outros centros históricos famosos por esse tipo de êxito, a exemplo de Salvador (BA), Ouro Preto (MG) e Olinda (PE). Todos eles também afirmam que os principais motivos para isso acontecer são: a falta de infraestrutura e de divulgação. Por outro lado, outro problema também é apresentado por todos os agentes culturais: a falta de ligação dos moradores da cidade para com o seu patrimônio. Há relatos sobre a insatisfação da comunidade com a questão da patrimonialização da Praça São Francisco e com as mudanças após obtenção do título de patrimônio da humanidade trouxeram. Mas independente desses pontos, essa pesquisa vem demonstrar que o turismo e a uma infraestrutura melhor não são as únicas alternativas para unir a população e a cultura no município.

Como foi demonstrado nessa pesquisa, São Cristóvão - SE possui um patrimônio de valor inestimável, com seu conjunto urbano que traz singularidades em sua construção, e que carrega consigo a união de características portuguesas e espanholas.

“Tendo como influência a colonização de Portugal e Espanha, é perceptível o dominante gosto ibérico no plano urbano da cidade e nas suas construções coloniais. Seja no campo arquitetônico, no traçado da cidade, na religiosidade, nos costumes, dentre outros fatores, é possível perceber a cultura da península espanhola” (ARAGÃO, 2009).

Entretanto, a cidade não conseguiu dar vazão ao seu cenário cultural para os nativos da cidade e os que vem de fora, isso porque o desenvolvimento do turismo na cidade não conseguiu alcançar as expectativas almejadas, mesmo após a chancela da Praça São Francisco.

É necessário ressaltar que várias ações culturais ocorreram com a população, mas que essas ações tiveram um aumento na época da candidatura da praça, atos esses que visavam não só os moradores, como também os turistas, sendo essa a explicação para que o número de visitantes aumentasse, no ano da chancela da praça. Algumas dessas ações são citadas nas entrevistas e demonstram o engajamento de vários setores para que o título fosse alcançado. Mesmo com essas ações os entrevistados afirmam que a comunidade não necessariamente se fez presente na vida cultural e patrimonial da cidade.

Apesar do projeto da candidatura da Praça São Francisco ter como um dos intuitos fazer a sensibilização da comunidade para com o patrimônio cultural, essa comunicação apresentou certa resistência, causada justamente pela atuação do IPHAN desde que a cidade foi tombada pelo mesmo, no final da década de 1960. É nesse sentido que o IPHAN vem tentando mudar a forma de lidar com o público e tem desenvolvido atividades na casa do patrimônio, que foi instalada na cidade, e adotando também a prática de não somente ter a palavra, mas de ouvir os moradores, de aprender com eles.

Com o exercício sugerido pela arqueologia pública de ouvir o que os moradores tem a dizer sobre o que seria patrimônio, o IPHAN tem buscado também pela interação com os outros meios culturais da cidade, como o Museu Histórico, o Museu de Arte Sacra, e artistas que se disponibilizam para parcerias. Entretanto, como foi dito ao longo do terceiro capítulo, há uma falta de divulgação das atividades tanto na cidade, quanto pelo estado. Esse é um problema que não compete apenas aos que estão fazendo uma atividade cultural específica, compete a todos que participam de alguma forma, da cultura da cidade.

Diante disso, uma das possíveis soluções para essa falta de divulgação é a união dos produtores culturais, academia e órgão público para a organização de um plano de divulgação dos eventos da cidade de São Cristóvão.

A divulgação é parte fundamental para que a cidade receba visitantes e, conseqüentemente, avance. E é perceptível o quanto é uma questão do engajamento de todos, já que foi possível na época da candidatura da praça. Para essa divulgação seria necessário que equipes fossem formadas para que cada setor fosse contemplado: uma equipe voltada para as redes sociais e outras duas voltadas para as mídias, uma de rádio e TV e outra de revistas e jornais.

A divulgação dos atrativos da cidade em redes sociais é muito importante, já que a expansão desse tipo de mídia tem se fortalecido e atinge uma quantidade muito maior

de pessoas, não só do Brasil, mas do mundo. É importante que as informações sejam repassadas em português e em inglês, para uma maior compreensão e abrangência. Já para o rádio e a TV, é importante que se faça uma parceria com o governo do estado e outras cidades históricas. Já existem algumas propagandas sendo veiculadas, porém, quase não se fala das cidades históricas do estado. Uma propaganda com foco nas cidades históricas do estado seria uma investida mais certa. Da mesma forma aconteceria com as propagandas de rádio.

Já com as mídias como jornais e revistas, seria importante que o estado organizasse um guia de turismo, gastronomia e serviços. Esse tipo de guia é bastante encontrado em cidades turísticas e geralmente é confeccionado e distribuído pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL), que tem sua triagem anual. Contém informações turísticas sobre as principais cidades dos estados, com endereços e telefones e, geralmente é encontrado em bares, restaurantes e lugares turísticos, como museus e galerias. Também seria interessante a comunicação entre os organizadores do jornal “Sergipe Del Rey” e a secretaria de cultura, para estudar a viabilidade de uma parceria, onde os maiores beneficiados seriam os próprios artistas e da cidade. Com isso, o jornal passaria a englobar mais ainda a cultura da cidade e daria mais espaço para a divulgação de eventos culturais. Também passaria a alcançar uma quantidade maior de leitores.

Além da divulgação como principal atrativo para turistas, é necessário que se façam melhorias no sistema de hotéis e restaurantes da cidade. Esse aperfeiçoamento requer um prazo maior para ser instalado, contudo, tem importância equivalente a da divulgação. Instalar um hotel na cidade não é de competência pública, entretanto, a prefeitura poderia incentivar a instalação de hostels, hotéis e pousadas, atraindo assim diferentes públicos. Com o sistema de hotelaria melhorado, mais turistas visitarão São Cristóvão e com isso, mais tempo ficarão na cidade, necessitando também de restaurantes e lanchonetes. Toda essa questão aumentaria a oferta de emprego na cidade, que já era uma das esperanças depositadas no processo de patrimonialização da praça.

A cidade também pode estreitar os laços com a UFS, que está em seu território. Essa questão também deve ser discutida com os docentes da instituição, para que as barreiras sejam quebradas, mostrando que é de suma importância à inserção dos estudantes, (sejam eles de arqueologia, arquitetura, história, etc.) para um aprendizado que sai da sala de aula e avança para outro tipo de espaço, com olhares mais amplos. Essa proposta já foi utilizada por alguns professores da UFS e os resultados se mostram positivos tanto para professores quanto para estudantes.

Ao longo da pesquisa, foi percebido que o turismo é um ponto em comum para

todos os entrevistados, mas que também seja nas entrelinhas ou não, os entrevistados falam muito sobre as atividades mais simples, onde o alcance é mais voltado para a sociedade, como oficinas de artesanato, rodas de conversas. São essas ações que o povo busca também, pois é uma forma de ficar mais próximo ao que eles consideram patrimônio.

É certo que essas questões possam não traduzir para a população o mesmo valor que os patrimônios tem para os acadêmicos, porém é uma forma de começar a ligação da comunidade com os agentes culturais, e diante disso, entender o que viria a ser patrimônio para eles. Entender quais os signos e os significados e, assim, dar continuidade a sensibilização quanto ao patrimônio. Dessa maneira, um olhar mais amplo é reconhecido, conhecendo e entendendo outros patrimônios culturais que representem a população.

Ao dar espaço para que a comunidade se expresse, a cultura ganha força, volta a ser efervescente, pois a comunidade se sente representada e volta a ter vontade de produzir cultura. Consequentemente, as expressões culturais que estão se perdendo na cidade voltariam a ter representantes, pois os mais velhos se sentiriam representados pela cidade e teriam mais vontade de repassar seus ensinamentos. Por sua vez, os mais jovens, ao ver a cultura da cidade crescer, desenvolveriam conexões com expressões da cidade e, então, o interesse seria maior.

A memória cultural da cidade pode e deve ser preservada tanto quanto suas edificações e seu centro histórico urbano. As histórias da cidade vão se reencontrando, se remontando e se unindo a história que está sendo construída. Quando o preservar é feito com o auxílio de quem conhece a região, de forma colaborativa, as chances de êxito são bem maiores. Além disso, permanecer com as ações socioeducativas só tem demonstrado o quanto isso é significativo para quem mora nesses lugares, pois novos mundos se abriram para eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante toda a pesquisa buscou-se refletir sobre como o patrimônio cultural é compreendido na cidade de São Cristóvão e para os influenciadores culturais, dessa forma, entendendo qual o papel da arqueologia pública nessa ligação.

É importante destacar que pesquisas como essa só são desenvolvidas pela evolução do pensamento social que a arqueologia criou, onde não só as peças arqueológicas e seus contextos serão analisados, mas como tudo isso irá influenciar na vida das pessoas que estão próximas a sítios arqueológicos.

O tombamento da cidade de São Cristóvão ocorreu em uma época que o principal objetivo era tratar o patrimônio como algo intocável, imutável. Dentro dessa visão, o que viria a ser mais importante era o patrimônio, excluindo a sociedade. Atualmente é notório como a atuação dos órgãos públicos tem corrido atrás para reverter à situação causada pelo “olhar do intocável” do patrimônio no passado, buscando alternativas para que a população seja vista, e se entenda, como os principais agentes de defesa dos patrimônios culturais.

Entretanto, a cidade sofre com pontos sociais e econômicos, tirando o brilho do título de cidade histórica e patrimônio da humanidade. Logo, a população precisa de respostas para que volte a se sentir representada, para que volte a ter orgulho de São Cristóvão e de suas expressões culturais. Para isso, os influenciadores culturais precisam agir de modo interligado, unindo forças e fazendo com que as questões culturais da cidade voltem a ser importantes no meio social.

Os exemplos apresentados nessa pesquisa comprovam que a população esperava mais do poder público, em relação ao tombamento da Praça São Francisco, o que fica notório nas pesquisas bibliográficas. Também compravam que tem havido propostas com a preocupação de integração da sociedade com o patrimônio, e que a ideia do sentimento de pertencimento pode ser trabalhada em conjunto, desde que as personagens principais sejam patrimônio e comunidade local.

Dos cinco agentes entrevistados, todos validaram ideias e ações com a finalidade de viabilizar a conciliação entre o conjunto tombado, os proprietários das construções históricas e a população em geral.

O IPHAN tem agido através da casa do patrimônio, auxiliando os moradores e dando suporte para os artistas locais e para as instituições ligadas a cultura, dessa maneira, o órgão tem colocado em prática um novo pensamento preservacionista que

tem se popularizado com o viés da arqueologia pública. Apesar disso, ainda falta muito para que o paradigma de rigorosidade referente ao órgão seja rompido e este paradigma deve ser rompido de dentro para fora do órgão, considerando assim todos como preservadores iguais do patrimônio.

As ações conduzidas pelo Museu de Arte Sacra e pelo projeto MIPASC tentam atingir núcleos diferenciados, mas com o mesmo objetivo: levar a cultura para a população de São Cristóvão. O MIPASC tenta convidar a todos em seus eventos, usa do seu lado social para realizar a divulgação da cultura do município e manter vivas as memórias e tradições. O Museu de Arte Sacra vem buscando quebrar o discurso de elitismos dos museus, levando para conhecer seu acervo as escolas da cidade e fazendo a interação dos estudantes com os artistas, que usam os espaços do museu para divulgar seus trabalhos.

A Secretaria Municipal de Cultura representada pelo secretário Everaldo Fontes e a Comissão de Gestão da Praça São Francisco, representada por Thiago Fragata tem se disponibilizado para também para se aproximar do povo, romper barreiras e sensibilizar a sociedade de que tais espaços são e devem ser utilizados por ela.

No que a pesquisa se propôs a analisar, a cidade tem dificuldade de se reconhecer como cidade cultural independente do título da Praça São Francisco, e mesmo com esse título, apresenta dificuldade em se estabelecer quanto roteiro turístico. Muitos aspectos negativos ainda pairam no ar de São Cristóvão e necessitam ser revistos tanto por esses agentes culturais quanto pelos pesquisadores que atuam na região, no sentido de superar junto à população o sentimento de desconforto que foi criado durante o processo de tombamento da cidade.

A arqueologia participa ativamente desse processo já que carrega consigo um lado social e outro multidisciplinar. E é com a arqueologia pública principalmente que a arqueologia se faz presente. A arqueologia pública veio com o intuito de modificar a cena arqueológica no Brasil. Muitos dos acadêmicos que adotaram essa nova proposta precisaram se desligar da maneira habitual de fazer ciência, se colocando como parcial nas publicações e contribuindo para a sociedade no geral.

Esse viés da arqueologia vem se estruturando, e tem andando de mãos dadas a uma das correntes teóricas mais discutidas na atualidade. Levantando questões que muitas vezes, abalam os egos dos cientistas, mas discussões essas de valor significativo. As perguntas que o pós-processualismo lança ao se iniciar uma pesquisa, como por exemplo, “Arqueologia para quem?” “Por que fazer arqueologia em tal contexto?”, são respondidas com a ajuda do fazer da arqueologia pública que, ao unir os discursos, pode

fornecer subsídios para responder a essas indagações e mostrar novas informações sobre a área e os sítios arqueológicos, novos pontos a ser evidenciados. E a partir disso, podem-se sistematizar estratégias para a preservação e conservação patrimonial junto aos interessados, que passam a ser não somente a academia, mas de toda a comunidade.

Ao longo dessa pesquisa e durante a ida a campo, foi possível perceber o quanto a arqueologia ainda se encontra em um pedestal, visto que até mesmo para quem está inserido no setor cultural demonstrou dificuldades em lidar com o que a arqueologia trabalha. A arqueologia deve se fazer cada vez mais presente no cotidiano das pessoas e, somente assim, com o esforço partindo dos arqueólogos, a arqueologia terá uma voz fora da academia e dará uma voz àqueles fora da história formal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, D. S., ANDRADE, P. B. **O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e sua Apropriação pelo Turismo no Estado de Sergipe (1937 – 1979)**. Revista Rosa dos Ventos, 6(2), p.180-196, abr-jun, 2014.

ARAGÃO, I. R. **Praça São Francisco em São Cristóvão-Sergipe-Brasil: lócus sociocultural e patrimônio da humanidade**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 4 no 2 – 2011.

BEZERRA . R. G. **Políticas urbanas e processos de patrimonialização nas cidades de Fortaleza e de Almada**, Forum Sociológico Online, 25 2014, posto online no dia 10 Novembro 2014, consultado o 01 Outubro 2016. URL : <http://sociologico.revues.org/931> ; DOI : 10.4000/ sociologico.931

BEZERRA, M. **“As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, Ilha do Marajó, Brasil**. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. v. 6, n.1. 2011. Belém. pp.57-70.

BEZERRA, M. NAJJAR, R. **Semióforos da riqueza: Um ensaio sobre o tráfico de objetos arqueológicos**. Revista Habitus. Goiânia, v. 7, n.1/2, 2009, p. 289-307.

BEZERRA, M. **Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia**. Revista de Arqueologia Pública, n.7, 2013. Campinas.

BONI, V.; QUARESMA, S.J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80

Brasil. Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>>. Acesso em: 18.12.2016.

CARVALHO, A. V. MENEZES, V. H. S. **Práticas em Arqueologia Pública: considerações acerca do projeto “LAP com as Escolas”**.Anais I Semana de Arqueologia. “Arqueologia e Poder”. Campinas: LAP/NEPAM, 2013.

CARVALHO, A. V.; FUNARI, P.P.A. **As possibilidades da Arqueologia Pública**. Ações do núcleo de estudos estratégicos – Unicamp. Publicado em http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=arqueologia&id=31#_ftn1. 2009. Censo Populacional. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 01 de julho de 2013.

CLAVAL, P. **Lieux de mémoire**. Revista espaço e cultura, Rio de Janeiro, n 19, p. 89-106, 2005. Disponível em:<<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3495/2423>> Acesso em: 7 nov. 2016.

COSTA, E. B.. **Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX**. Finisterra, v. XLVII, n. 93, 2012, p. 5-28. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2012-93/93_01.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2016.

COSTA, E. B.; STEINKE, V. A. **Riscos ao patrimônio mundial motor de desenvolvimento: desígnios à cultura e à natureza**. Revista do Departamento de Geografia – USP, São Paulo, v. 25, p. 200-230. 2013. Disponível em: <<http://citrus.uspnet.usp.br/rdg/ojs/index.php/rdg/article/view/402/503>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

COSTA; E. B; SCARLATO, F. C. **Patrimônio da humanidade: universalismo de um aponderamento territorial soberano**. In: COSTA, Everaldo Batista da; BRUSADIN, Leandro Benedini; PIRES, Maria do Carmo (Org.). Valor patrimonial e turismo: limiar entre a história, território e poder. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CRUIKSHANK, Julie. **Tradição oral e história oral: revendo algumas questões**. IN: AMADO, J. e FERREIRA, M. M. (Coords.). Usos e abusos da história oral. 8ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. pp. 149-164.

CRUZ, R. C. A. **Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 31, 2012

CURY, I. (Org.). **Cartas patrimoniais**. 3. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. 407p

Documento de Proposição de inscrição da praça são francisco em São cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial, 2008.

FERNANDES, T.C. **Vamos criar um sentimento?! Um olhar sobre a Arqueologia**

Pública no país. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007

FREITAS, S. M. **história oral: procedimentos e possibilidades**. 2002

FUNARI, P. P. A., GONZÁLEZ, E. M. R. **Ética, Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil**. HISTÓRIA, São Paulo, 27 (2): 2008.

FUNARI, P. P. OLIVEIRA, N. TAMANINI, E. **Arqueologia pública no Brasil e novas fronteiras**. Práxis archaeologica, n.3, 2008, p.131-138

GASPAR, M.D. **Sambaqui: a arqueologia do litoral brasileiro**. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2004

GRELE, R. J. **Envelopes of sound: the art of Oral History**. Chicago: Precedent Publishing, 1995

GUARINELLO, N. L. **Breve arqueologia da história oral**. História Oral, 1, 1998.

HARRÉ, Rom. **Material Objects in social worlds**, 2002.

- HILBERT, K. **Qual o compromisso social do arqueólogo brasileiro**. Revista de Arqueologia, n.19, 2006, p.89-101.
- HODDER, I. **Reading the Past: current approaches to interpretation in Archeology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986
- HOLTORF, C. **Meta-stories of archaeology**. In World Archaeology Issue 3, 2010.
- HORTA, M.L., GRUNBERG, E. MONTEIRO, A. Q. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.
- IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de turismo cultural**, ICOMOS, 1976.
- _____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta do restauro**, Itália, 1972.
- _____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Portaria nº 230**, de 17 de dezembro de 2002.
- _____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Lei nº 378**, de 13 de janeiro de 1937.
- _____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Lei nº 7.661**, de 16 de maio de 1988.
- _____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961.
- _____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Carta Patrimonial de Nova Delhi de 5 de dezembro de 1956.
- _____. **Relatório de atividades 2011-2014**. Brasília – DF, 2015.
- JAMERSON, J. H. Jr. **Public Archeology in the United States**. IN: MERRIMAN, Nick. Public Archeology. London: Routledge, p.21-58. 2004.
- JAYCOX, F. **The Progressive Era**. Estados Unidos, 2005.
- KLAUSING, F. **Casa do Iphan em São Cristóvão, Sergipe: Apontamentos para atuação com o patrimônio cultural do Município**. Curso De Formação De Gestores Culturais Dos Estados Do Nordeste, Recife, 2017.
- McGIMSEY, C. III. **Public Archeology**. New York: Seminar Press, 1972.
- MERRIMAN, N. Introduction: diversity and dissonance in public archeology. IN: MERRIMAN, Nick. Public Archeology. London: Routledge, p 01-17. 2004
- Ministério Da Cultura. Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional. **Relatório De Gestão 2012**. Brasília-DF, 28 de março de 2013.
- Ministério Da Cultura. Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional. **Relatório De Gestão 2013**. Brasília-DF, 28 de março de 2014.
- Ministério Da Cultura. Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional. **Relatório De Gestão 2014**. Brasília-DF, 2015.
- Ministério Da Cultura. Instituto Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional. **Relatório De Gestão 2015**. Brasília-DF, 2016

NASCIMENTO & BALSAN; NOGUEIRA, N. R. **O processo de patrimonialização no centro histórico de Porto Nacional – TO**. Interface, Edição número 07, março de 2014.

OLIVEIRA, N.V. **Arqueologia Pública e Educação Patrimonial Novas abordagens na relação Ciência e Sociedade**. Entrevista. Revista Mundo Antigo, Ano I, Volume I, Junho, 2012.

PARDI, M.L.F. **Gestão do Patrimônio Arqueológico, Documentação e Política de Preservação**. Dissertação (Mestrado). Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, 2002.

PERPÉTUO, T. P. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

Programa Monumenta. **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos**. Brasília, DF : Iphan / Programa Monumenta, 2009. 304 p. : il. ; 23 cm. ISBN 978-85-7334-112-6

Programa Monumenta. **Sítios históricos e conjuntos urbanos de monumentos nacionais: norte, nordeste e centro-oeste**. Brasília : Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Editora UNB, Brasília, 1992.

REIS, J. A. **Um rosto contraído, contrariado: desafios de pensar cultura material em fronteiras: arqueologia e imigração italiana no Sul do Brasil (Caxias do Sul, século XIX)**. MÉTIS: história & cultura – v. 8, n. 16, p. 229-246, jul./dez. 2009

RIBEIRO, A. S. **Entre a teoria e a pratica: uma discussão sobre Arqueologia Pública através do caso Parque Nacional Serra da Capivara, PI**. Dissertação (mestrado), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

SCHAAN, D. **Arqueologia, Público e Comodificação da Herança Cultural: o caso da Cultura Marajoara**. IN: Revista de Arqueologia Pública. São Paulo: UNICAMP, NEE/Arqueologia. N.1, 2006, pp. 31-48

TRIGGER, B. **História do Pensamento Arqueológico**. Brasil, 2004.

ANEXOS

Anexo 1




Panfletos referentes à atuação do Projeto MIPASC

Anexo 2




Panfleto com as informações referentes à atuação da Casa do Patrimônio – IPHAN



Escritório Técnico do Iphan em São Cristóvão

A Casa do Iphan em São Cristóvão iniciou suas atividades em março de 2010 para atender a demanda que surgiu com a candidatura da Praça São Francisco a Patrimônio Mundial, título concedido pela UNESCO em agosto de 2010.

Desde então a Casa do Iphan além de atuar como escritório técnico do Iphan na cidade de São Cristóvão, executando procedimentos de fiscalização, promovendo atendimento aos proprietários de bens imóveis na área trabalhada e externa, também trabalha atenta às promessas da consulta da Casa do Patrimônio, inserindo em sua rotina ações de educação patrimonial realizadas com ajuda de diversos parceiros e oportunizando a diálogo com a comunidade.




Fachada da Casa do Iphan em São Cristóvão. Foto: Brito Jr., 2014.


A Reserva Técnica do Iphan

O acervo da Superintendência de Sergipe, localizada no Escritório Técnico de São Cristóvão, é formado por materiais arqueológicos e históricos provenientes de projetos que tiveram envolvimento do Iphan, de ações realizadas pela população local e de achados fortuitos no momento da execução de intervenções arquitetônicas em bens tombados.

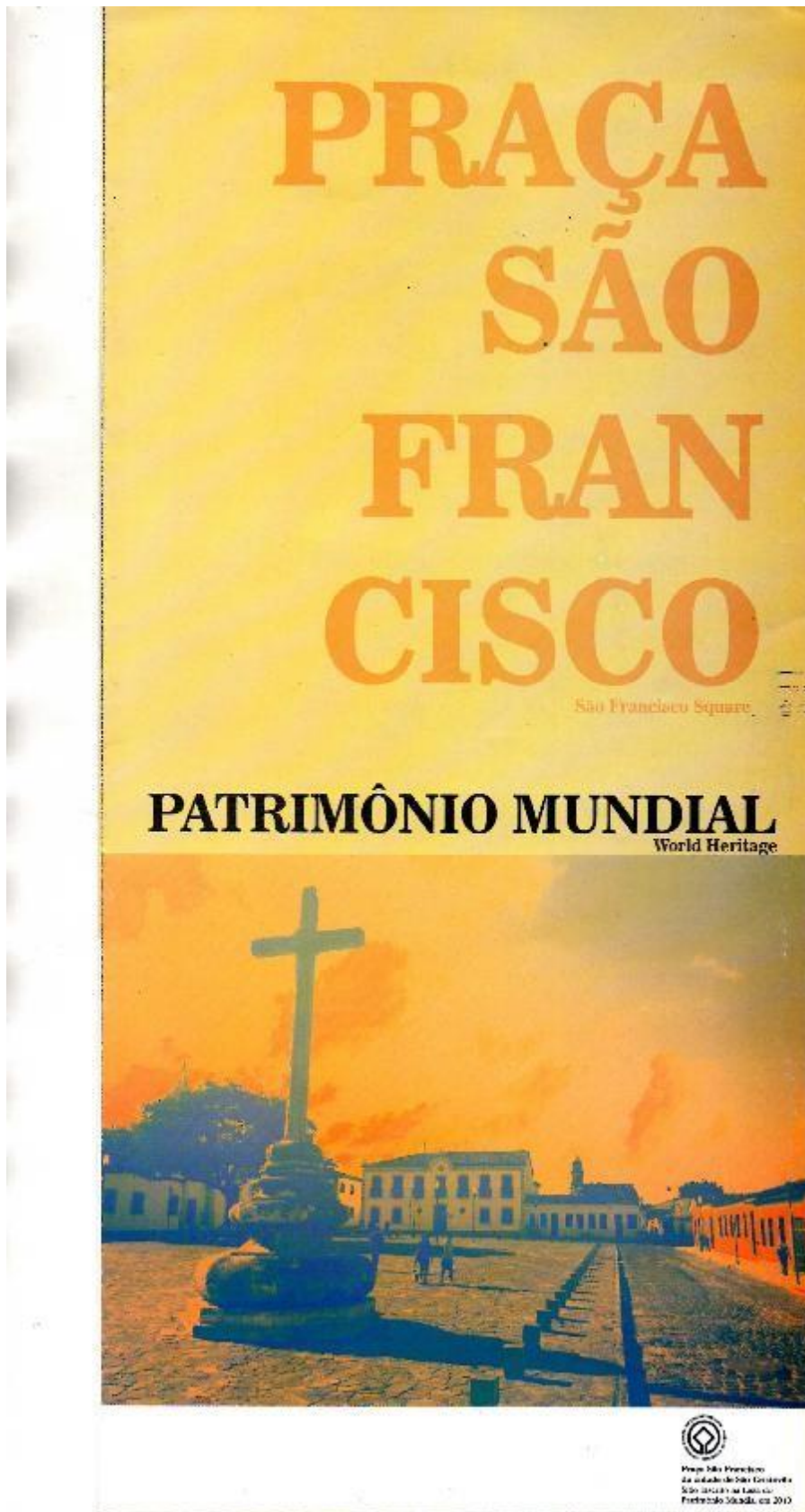
A coleção é composta por mais de 6.000 peças. São ferramentas de pedra, fragmentos de cerâmica, vidros, louças, ossos humanos, ossas de animais, utensílios em ferro e materiais de descartes contemporâneos. Mais de 5.000 artefatos são provenientes de dois projetos de pesquisa arqueológica: o "Projeto de Intervenções Arqueológicas realizadas no sobrado do Iphan em São Cristóvão" (executado em 2006) e do "Programa emergencial de preservação do patrimônio arqueológico na área de inundação da barragem do Rio Poxim-açu no município de São Cristóvão" (realizado 2013).



Imagens da etapa de inventário e curadoria do acervo da Reserva Técnica da Casa do Iphan. Autor: Brito Jr., 2014.



Cartilha referente à atuação do IPHAN em São Cristóvão



Cartilha referente à divulgação da Praça São Francisco

Anexo 5

A primeira entrevista foi realizada com Thiago Silva, conhecido como Thiago Fragatta, no prédio da Secretaria de cultura de São Cristóvão. A entrevista foi realizada no dia primeiro de fevereiro, às nove horas e quarenta minutos e teve duração de quarenta minutos.

Thiago: Então: Respondendo sua pergunta: É:: Durante muito tempo eu fiz e repito a mesma pergunta, justamente a:: essas pessoas que estão nos cargos, que estão nas instituições-chave, né, na seara(?) do patrimônio cultural sergipano... Durante muito tempo, por conta das querelas e das brigas entre as estâncias estaduais, federal e municipal sobre a praça (...).

Ingrid: Uhum

Thiago:... São Francisco, que foi chancelada patrimônio da humanidade, eu me levantei pra fazer a seguinte questão, né...: o que é que se entende por gestão compartilhada?

Ingrid: Sim

Thiago: Por que gestão compartilhada é algo que boa parte dessas estâncias desconhecem.

Ingrid: Uhum

Thiago: E nesse desconhecimento, ou nesse fingimento, ou nesse e:::, nessa fuga da responsabilidade desses entes, fica um empurrando pro outro.

Ingrid: Sim.

Thiago: Exemplo: a questão sobre a iluminação da praça. Durante muito tempo a gente assistiu, o que a população assistiu, foi o município dizer que isso é do IPHAN, é do governo federal. E o Iphan, o governo federal dizer que a praça está em solo municipal, de jurisdição municipal, por tanto. E aí no meio, o estado entra pra dizer que não é ele, ou de alguma forma o governo federal diz que é o estado.

Ingrid: Uhum.

Thiago: Então durante muito tempo não houve, e ainda não existe, né, o consenso ou a responsabilidade das partes, de parte a parte, do que seria gestão compartilhada. Então assim, você, na sua pesquisa, segue um viés, né, de buscar essas estâncias e aí, desde já eu lhe digo: que ou há um desconhecimento, uma ignorância daquele que ignora o que

seria gestão compartilhada, ou há um fingimento e uma fuga da responsabilidade. Quando eu digo “fuga da responsabilidade” é porque a UNESCO só conhece o patrimônio mundial quando o país se responsabiliza pelo bem a ser reconhecido...

Ingrid: Sim.

Thiago: E quando eu digo país, eu digo pra você que todas essas estâncias assinaram termos de responsabilidade. Então assim, o município assinou termo de responsabilidade, o estado é:: na pessoa do governador a época, assinou o termo, idem é: (...)

Ingrid: O representante federal

Thiago: (...)Isso, do governo federal. Então assim, isso tudo até com anuência do presidente do país da época. Então assim, houve uma informação, comprometimento, e logo depois há uma fuga, digamos assim, dessa responsabilidade. E é por isso que eu tenho me levantado em vários eventos pra perguntar aos estudiosos, ou aos governantes presentes, secretários presentes... O que seria, na compreensão deles, a gestão compartilhada. Por que o que a gente NÃO vê aqui é gestão compartilhada. E aí, eu aproveito e passando pra um outro ponto, eu sempre digo o seguinte, poeticamente --- eu gosto de usar metáfora porque eu sou poeta—a praça é uma intersecção, ela é um ponto que se sobrepõe, o estado.. Ela é do estado, ela é do município, ela é do Brasil. Então ela é um ponto de interseção entre as esferas.

Ingrid: Uhum.

Thiago: Mas quem ocupa a praça é o povo!

Ingrid: Justamente!

Thiago: Então assim: o povo ele... Ele praticamente vai receber e opinar e:: ser usado como caixa de ressonância o que ele perceber, né?

Ingrid: Com certeza!

Thiago: Então assim, evidente que quem está presente, às vezes os mais atentos, os mais sensíveis percebem que a praça tem um valor inestimável, tem um valor arquitetônico, cultural muito grande.

Ingrid: Com certeza:

Thiago: É::: dada os três argumentos que tornaram a praça como patrimônio da humanidade... Os três argumentos eu gosto de repetir, apesar de estar repetido na internet pela minha voz... Quais são os três argumentos? Repeti didaticamente durante toda a campanha, né... Mas você percebe que em todos esses argumentos, ou pelo menos dois deles, o povo está presente e a praça é o que é cenário... Cenário de quem? E quem é que tá lá? O povo! E quem é que recebe? Quem é que faz espetáculo? É o povo, né? Então se a praça é entendida como cenário, ela não é o cenário pelo cenário, ela é cenário pelos atores, pelos acontecimentos e tudo mais.

Ingrid: Justamente.

Thiago: Ela é um lindo cenário, mas sem povo não acontece festa, não acontece nada. E ela não é interpretada como praça, como bem cultural.

Ingrid: Uhum.

Thiago: Então assim, passando pra essa outra parte é::: gestão compartilhada, é... essa falta de responsabilidade, né... E assim, a UNESCO, a candidatura da Praça São Francisco foi a última candidatura que a UNESCO aceitou sem um plano de gestão. Então os estados apenas se comprometiam, formalmente, assinando lá, né, bonitinho, a rubrica. De lá pra cá... De 2010 pra cá, a UNESCO só aceita com, um dos anexos do CEE, é um plano de gestão. E outra, já há uma perspectiva da comissão gestora.

Ingrid: Uhum.

Thiago: Veja, a Praça São Francisco foi a ultima candidatura que NÃO seguiu esses termos. E aí, de lá pra cá, a gente tem corrido atrás. Para que essas estâncias façam o plano de gestão/ o comitê gestor! Então desde 2011, né, EU, pessoalmente, tenho chateado essas estâncias, para que elas criem um comitê gestor.

Ingrid: Uhum.

Thiago: Eu cheguei a dar outro nome pra esse comitê gestor no início, né, mas enfim... É::: há dois anos atrás se criou um comitê gestor da Praça São Francisco...

Ingrid: Sim.

Thiago: É... Eu estava... Na ocasião eu sai do estado (servidor público do estado)... Porque assim, na minha trajetória, eu estava na sociedade civil e em algum momento da minha caminhada, da minha experiência do comitê, da coordenação da candidatura, o

governador Marcelo Déda me convidou pra sair da sala de aula (Thiago era professor) --
 -Eu tava lá no sertão, lá em Glória (Nossa Senhora da Glória), sendo professor lá e coordenando a::: a campanha aqui. E aí o:: o governador se sensibilizou, digamos assim, com essa é:: esse meu embaraço, compromisso de tá lá e tá aqui (São Cristóvão) e ele me convidou para ser diretor do Museu Histórico na praça. E eu aceitei! E automaticamente o governo passou a colocar toda a minha atuação, como atuação do governo, eu como agente do governo. Essa foi, praticamente, a contrapartida que eu aceitei.

Ingrid: Uhum.

Thiago: E então assim, eu entrei na história como sociedade civil e eu é... Passei a atuar como o governo. Representar o governo e tudo mais. Então assim, é interessante que/ eu to assim, eu to nesses dois lados.

Ingrid: Certo.

Thiago: Eu to representando a sociedade durante uma boa caminhada e, de repente, eu apareço no cenário da Praça é, é... Comandando, é... Juntando, mobilizando e incentivando a campanha já como diretor do museu história que está na Praça São Francisco. Muita gente nem entendeu como foi isso, né? Mas foi isso que aconteceu.

Ingrid: Uhum.

Thiago: Sim, eu tomei conhecimento dos dois lados da questão me envolvi de corpo e alma na... na... na Praça, na campanha... Por parte dos estudiosos, dos acadêmicos e tudo mais, eu percebi --- que eles também são formadores de opinião, né

Ingrid: Claro.

Thiago: Então não vamos... Espero que você não fixe apenas sua atenção apenas nesses gestores, mas também nesses professores, nesses acadêmicos, nesses doutores, que estão aqui em São Cristóvão, diga-se de passagem, porque a UFS, embora não pareça, está em solo são cristovenses...

Ingrid: É verdade...

Thiago: Esses doutores tem dado suporte às ações na área cultural, né? E, e outra, dado suporte e aí, pesa contra eles, pelo menos eu posso lhe falar porque eu participei, é:: de encontros, de... De discussões acadêmicas... Há muitos desencontros e há muitas coisas

equivocadas por parte da academia. Posturas... Por exemplo, por exemplo: participei de vários eventos em prol da candidatura da praça, no âmbito da UFS em que doutores, simplesmente não viam nenhuma possibilidade da praça vir a ser patrimônio da humanidade, porque era impossível, porque Sergipe não tinha a mínima condição, né... Na área cultural de ter um bem com essa magnitude, essa importância...

Ingrid: Uhum.

Thiago: Então assim... E aí o que aconteceu? O que é que se viu? Viu-se que não era uma ideia fantasiosa de Thiago ou de fulano, de São Cristovão. A UNESCO aceitou os termos, então assim, se a UNESCO que reúne um... Como é? Um comitê do patrimônio mundial gabaritado aceitou né? Então assim, é porque tem algum fundamento, né? Tem alguma razão de ser. E o que é que se viu depois? E o que é que se vê hoje? Hoje se vê o que? Hoje se vê ou os mesmo doutores em cena dizendo “A praça realmente tem um valor que deve ser reconhecido, blá blá blá”. Ou muitos ainda ficam em cima do muro, né? Tipo assim: “Se reconheceu é porque não tem... Não... Não reconheceu, mas se reconheceu, é porque é::: patrimônio da humanidade não é algo tão importante”. Então vê as posturas, né...

Ingrid: Uhum.

Thiago: Tem aqueles que aceitam que *estava* errado e tem aqueles que... que...

Ingrid: Que não abaixam a bola, né?

Thiago: Não... Simplesmente diz que é por que... É algo que... Patrimônio da humanidade não é algo tão importante assim... E quando diz “não é algo tão importante assim”, não percebe que não é apenas mais um patrimônio reconhecido... Por quê? Porque nós estamos falando do único bem, patrimônio mundial de Sergipe. Então não é comparar a Praça São Francisco que é um bem reconhecido apenas em nível estadual, ou apenas a nível federal. É reconhecer o bem que reúne é:: preocupações e compr... Comprometimentos das três estâncias...

Ingrid: Sim.

Thiago: Municipal, estadual e federal. E o que é isso? Ninguém sabe o que é. Por que eu digo que ninguém sabe o que é? Porque a gente não vê eficazmente, efetivamente, ações e comprometimentos das três partes. Então eles não conseguem traduzir a importância disso. Se as estâncias... E aí vai a pergunta e a provocação: Se essas três estâncias não

conseguem entender o que é patrimônio mundial, você imagine a sociedade. Se elas não conseguem fazer o povo entender que a praça é patrimônio mundial e tem um tratamento enquanto tal, se as estâncias não conseguem, você imagine o que a sociedade interpreta disso.

Ingrid: E você dentro também, como é:: representante da sociedade, o que você vê que as pessoas... Qual o posicionamento da sociedade em relação à praça?

Thiago: Então... Então... Você tem uma perspectiva barrista, por um lado... Pessoas que dizem o seguinte: “a minha praça, a cidade de São Cristóvão é a cidade mais linda que existe”. Então é claro que a cidade toda tem potencial pra ser patrimônio mundial...

Ingrid: Uhum.

Thiago: E tem a posição barrista de alguns... De outros você percebe “É minha cidade é muito bonita, mas aqui é:: os governantes não valorizam. Ela não recebe o tratamento que merece, nem do governo municipal e nem estadual, muito menos federal”.

Ingrid: Uhum.

Thiago: Então você essa... Esse posicionamento barrista de parte a parte. E você ainda tem aqueles que... Como é... Que vê que nada mudou... É uma outra postura que você escuta nas esquinas e:: de alguns moradores: Nada mudou. Por que que nada mudou? Porque o lixo continua sendo jogado ali na praça, porque a praça continua, os problemas continuam os mesmos... Porque São Cristóvão não enriqueceu nada.

Ingrid: Uhum.

Thiago: Porque pra muitos, o senso comum principalmente, acha que patrimônio da humanidade significava que... A prefeitura ia receber rios de dólares. Ia chegar caminhões lacrados de dólares da UNESCO aqui, né...

Ingrid: Uhum...

Thiago: Então assim, tem também essa expectativa, né, de que...

Ingrid: Claro.

Thiago: Que patrimônio mundial significa... Significa dinheiro, riqueza para o município, para os moradores e tudo mais. Então assim, os moradores não conseguem/ E por outro lado esses moradores... É... Ingrid... Esses moradores eles não conseguiam

perceber a mudança. Por que que eles não conseguiram? Começou a mudança? Começou. Mas eles não conseguiram perceber. Vou citar o exemplo do esgotamento sanitário: Quando a UNESCO percebeu que boa parte dos esgotos estavam a céu aberto, sendo despejados no Rio Paramopama... A UNESCO disse: “Epa! A UNESCO não reconhece patrimônio mundial lugar que não dá tratamento digno à sua população. A UNESCO não vai colocar na sua divulgação internacional, um lugar onde a miséria campeia nas periferias”. E aí o que foi que os governos prometeram? Esgotamento sanitário. Começou o esgotamento sanitário em 2008. O governo chegou a anunciar 100% em São Cristóvão, né, do projeto de esgotamento sanitário.

Ingrid: sim.

Thiago: E aí o que é que aconteceu no meio do caminho? Aconteceu tragédias, como a que aconteceu com Marcelo Déda... E:: E aconteceu paradas e paradas da obra. Como é que a obra tá hoje? Você poderia me perguntar... E aí eu diria “eu não sei informar”. Eu estou perguntando isso pro comitê gestor desde o dia que ele foi criado a dois anos atrás. E ninguém me explica. Ninguém sabe. Por que que eu sei e vivo indagando... Tem três meses que foi colocada um *outdoor* numa periferia aqui anunciando “Terceira etapa do PAC. Esgotamento sanitário. Valor: oito milhões e cacetada...”. A placa tá lá há três meses somente do dia de hoje. E eu pergunto ao governo do estado, ao município da época: “Alguém sabe o que é que significa aquela placa lá, como é que tá a obra?”. Ninguém sabe informar.

Ingrid: Uhum.

Thiago: Então assim... Mas, quem é que está a frente desse esgotamento sanitário? Não seria a DESO ((Companhia de Saneamento de Sergipe))? E aí eu nunca consegui UMA explicação da DESO.

Ingrid: É verdade.

Thiago: Então é evidente que neste mês de janeiro que finda... É... Eu tenho já na pasta... É:: já fiz contatos e contatos porque assim, eu quero agora, né, que cheguei aqui ---fui convidado recentemente pelo prefeito pra vir *praqui* pra essa estância municipal, a partir daqui eu tenho que tentar a resposta que não tive até hoje na condição de sociedade civil. Eu não tive essa resposta na condiç/ Hoje eu estou na gestão, ocupando um cargo do município e eu vou buscar respostas. Essas e outras... Então, respondendo

e fechando a questão: Por que é que o povo não percebeu a mudança? Porque uma obra como essa, de tamanha importância não foi concluída, não foi prestada a conta, entendeu?

Ingrid: Uhum.

Thiago: Foi iniciada e não foi terminada. E outra: ainda gerou transtornos para a população e ainda está gerando transtorno. E aí uma população que gera transtorno com a obra, ela não vai agradecer nunca a benfeitoria.

Ingrid: E aí fica até complicado quando você tenta colocar o:: É... Fazer eventos e tudo mais, porque eles não reconhecem justamente por conta de todos os outros, né...

Thiago: É, porque uma coisa que seria benfeitoria acabou sendo um transtorno. Isso causa transtorno. Cito outro exemplo: PAC ((Programa de Aceleração do Crescimento)) das cidades históricas. Foi criado lá no final... Acho que do governo Lula, ou... No início do governo Dilma, não sei bem, mas foi criado pra obras () cenários históricos. E a prioridade era cidades que tinha... Que tem patrimônio mundial. E aí, veja porque é que é difícil a gente comemorar o fato da gente ter um bem de patrimônio mundial em Sergipe... São Cristóvão entrou logo na primeira leva e aí a gente comemorou “ê!! Conseguimos o recurso do PAC. Porque somos patrimônio mundial”... Até hoje o recurso... Não foi liberado. Já tem anos e anos isso. Disse que agora vai. Então esse agora vai eu escuto tem um ano. Então vê... Como é que a gente comemora se já foi selecionado e o recurso não chega e a gente vê os prédios caindo, a gente vê os prédios que... Eram pra entrar no PAC. Então assim, como é que a gente comemora e explica pra o povo que não temos o que comemorar porque o recurso não chegou ainda...

Ingrid: Uhum.

Thiago: O povo tá vendo é os prédios caindo... Então vê... Tem a:: Como é que se diz? O *know how* de ter, de ser selecionado, mas... Cadê a obra acontecer?

Ingrid: Pois é.

Thiago: Então é por conta desses embarços, Ingrid, que a gente não consegue fazer o povo ver, perceber como é positivo ter um bem patrimônio mundial.

Ingrid: Pois é. E dentro de tudo isso, ainda existe, mesmo assim, ainda existe é:: Uma... Não conscientização, uma sensibilização sobre o patrimônio na cidade, não é mesmo? São... Alguns eventos, eles acontecem, né?

Thiago: Acontecem alguns eventos pontuais de educação patrimonial. Evidente que aconteceram mais antes da chancela do que depois. Antes do que depois. É... Há uma... Uma... Como é que se diz... Há um período aí, da última gestão municipal que, assim... É... Inviabilizou muitas ações. Muitas ações em todas as áreas. Desestimulou a população... Porque eu acho que o problema da falta de água aqui no centro histórico, né... E aí aquela questão: Eu sempre digo que “não adianta fazer festa pra um povo que passa fome, pra um povo que passa sede”. Não adianta fazer festa. O povo não vai ter animo, o povo não vai pular, o povo não vai valorizar, o povo não vai querer saber. Então assim, fora que a:: esse... Essa falta de comunicação e de entendimento entre as estâncias estadual e municipal na última gestão inviabilizou muitas ações na área cultural. Então assim... E:: E aconteceram coisas assim, horrorosas, coisas é:: Eu digo até que assim, inenarráveis. Eu digo, por exemplo, Havia um financiamento do patrimônio: o FunPratri. E existe em todas as cidades aí históricas, né... Penedo e o escambal. Foi e iniciou e existe até hoje. Em São Cristóvão, no final da gestão do Alex, ele ficou devendo a deus e o mundo. E o juiz municipal da cidade, ele... Arrastou... Como é... de...de... De todos... De toda a conta do município o recurso pra pagar a quem o município ficou devendo. E no meio disso, foi todo o recurso do FunPatri, porque estava vinculada à conta do município. Havia a orientação de não vincular contas de FunPatri ao município. E a conta do FunPatri, diga-se de passagem, era pra ações de educação patrimonial, né, também, foi... Serviu pra pagar os devedores. Então assim, coisas inenarráveis como essa. E absurdas, né? E falta de diálogo e compromisso por parte do estado e por parte do município. Então assim, eu percebo com a morte do Marcelo Déda, que era incentivador da questão e que tinha um melhor entendimento, é:: há um desacelerar das ações de educação patrimonial.

Ingrid: Uhum. Apesar dessa falta de incentivo aos eventos, você mesmo, já realizou algum evento com a população? Já que você também é poeta, historiador, escritor...

Thiago: Olha, depois da chancela, a gente... A parceria com o IPHAN, a parceria do Museu Histórico e o IPHAN, né, é... inclusive, a época que eu era diretor, a gente conseguiu, inclusive, o prêmio Rodrigo Melo Franco, 2013, por conta das ações de educação patrimonial. Eu não sei se você teve acesso a essa informação, mas foi graças

a essas ações de educação patrimonial e a casa do IPHAN entrou como parceira desde o primeiro momento... Eu nas duas condições: na condição de sociedade civil e na condição de museu histórico/estado... A gente conseguiu fazer ações de mobilização de educação patrimonial que... que... Levaram o museu a: A receber um dos reconhecimentos mais altos no âmbito de preservação do patrimônio, que é o Rodrigo de Melo Franco, em 2013. Então assim, em 2013 nós estávamos a três anos da campanha e foi basicamente a partir de históricos, de reprise, que foi feito, como ai ((apontou para o CD-ROM)) no CD-ROM, inclusive, né, é um material... Como é que se diz... De possível candidatura a um (prêmio) Rodrigo Melo Franco. Pra se ter uma noção do que se foi feito, do que aconteceu. ((tosse)) Por que assim, muita coisa aconteceu... Ingrid... que a gente não percebeu. Por exemplo, do que é que eu to falando com relação à educação patrimonial... Ao que foi feito, né... E eu só percebi quando eu me...me... me debrucei sobre essa pesquisa... Que foi que aconteceu que eu não percebi? Por exemplo, a Cristina Vidotto, uma jornalista do Rio de Janeiro, ela percebeu que a campanha aqui de Sergipe... Ela... Ela foi uma campanha que usou, do que se convencionava hoje chamar de... Cyber ativismo... Eu não tinha percebido, né, que nós fizemos uma grande ação de cyber ativismo no Brasil. Então assim... Por conta dos blogs, por conta de todos os... da...da... assinatura ((tosse)), do abaixo assinado virtual...

Ingrid: Sim...

Thiago: Por conta de uma série de questões, por tanto, ela que estava fora, com um outro olhar...

Ingrid: Percebeu...

Thiago: Ela percebeu que houve aqui um... O que hoje se chama de Cyber ativismo. Onde o meu blog, por exemplo, ele figurou ---e eu mantenho ele com esse perfil por conta disso--- o diário da campanha. Porque tudo que aconteceu entre 2006 e 2011 tá lá no meu blog, até os relatórios que eu encaminhei ao governador do que foi feito. Porque assim... É interessante... Embora o governador tenha me convidado em algum momento pra ser da estância do governo ((tosse)), a nossa amizade...a nossa relação começou de uma forma bem atabalhoada... Marcelo Déda ficou sabendo da minha existência aqui em São Cristóvão fazendo barulho e ficou sabendo via Brasília, via UNESCO do Brasil e assim... “Ah, tem uma cidade aí que quer ser patrimônio do Brasil. Ah, é em Sergipe a

cidade”. Mas como é que o povo quer que seja patrimônio da humanidade se não existe/se existe esgoto a céu aberto?

Ingrid: Uhum.

Thiago: ((tosse)) “E nós estamos sabendo aqui em Brasília por conta das mobilizações nas periferias, que tão sendo feitas lá pela... pela... pela coordenação da campanha. “E aí quem é que tá organizando a campanha? É um rapaz chamado Thiago Fragatta.” Entao ((tosse)) a coisa chegou até o governo de Sergipe via Brasília, via Rio de Janeiro.

Ingrid: Uhum.

Thiago: E aí que o:: Como é que se diz? O pessoal que estava na aureola do governo, nas estâncias culturais é que traduziram pro governo o que é que tava acontecendo. Então assim, como é que o governo quer que São Cristóvão seja patrimônio da humanidade...

Ingrid: Se nem ele sabia...

Thiago: E tem o comitê da campanha lá em São Cristóvão “atrapalhando” o governo? Porque a informação que chegou para o governo é que existia um comitê aqui atrapalhando a campanha. E aí o que era atrapalhar na campanha pro governo? Era mostrar de forma nua e crua o descaso... A falta de... de... como é?... De vontade política... ((tosse)) Então a coisa chegou no governo daqui nesse tripé, né? “Tem um rapaz lá, dando entrevista, falando do/ por que, por exemplo: uma das ações emblemáticas que fizemos... Porque a gente usou muitos tipos de atividade... A gente pegou um dia de sábado, um dia de feira e a gente foi até o largo da ponte, a gente foi pescar pneu no rio... A gente fez isso: pesca de pneu. Divulgamos, e isso foi parar no Brasil todo. Uma pesca de pneus. A gente chamou de pesca de pneus ecológica. Então a gente foi pra ponte da cidade pescar pneu, né... E isso chegou às estâncias da UNESCO: uma pesca de pneus. Então assim, a gente usou de algumas estratégias... Teatros, é:: algumas intervenções e tudo mais pra gerar mídia, gerar divulgação, gerar ()... Gerar o descaso... Colocar no ventilador. Aí assim, eu to citando o exemplo de como é que a coisa chegou ao governo do estado e como é que o governo do estado, em algum momento, uniu forças com essa coordenação da campanha. Foi dessa forma. Aí eu fui convidado pelo governador... Mas... E aí entra esse lado da::... Do engajamento, né?

Ingrid: Claro.

Thiago: Eu estava engajado numa campanha que segundo sabia, o governo tinha interesse. Então eu fui à fonte procurar saber até que ponto... Pra que a gente pudesse caminhar junto e desde então, depois que eu indo... Em 2009 eu cheguei a trabalhar em São Cristóvão ---Porque eu morava aqui e trabalhava no sertão--- É que a coisa começou a andar. Veja bem, a partir de 2009, na véspera da chancela, que foi em 2010. Então vê, só em 2009 eu assumi o museu histórico, eu vim/ então... De 2006 até 2009 a coisa ficou de forma solta... O governo não se concentrava nas ações da campanha...

Ingrid: Uhum.

Thiago: Só pra você ter uma ideia... O governo criou uma subsecretaria de patrimônio, pra tratar da campanha, pra fazer educação patrimonial... Só pra você perceber, em 2009, eu repito, o governo criou uma subsecretaria de patrimônio cultural pra tratar Es-pe-ci-fi-ca-men-te da campanha da Praça São Francisco como patrimônio mundial... Não por acaso.

Ingrid: Pois é... Tanto é que nas informações que eu consegui pela internet, é possível ver o número crescente entre 2009 e 2010 na cidade. Tanto de visitantes, quanto de ações... Tudo isso, justamente, né...

Thiago: O governo... Essa subsecretaria foi sediada aqui em São Cristóvão, envolvendo alguns educadores daqui, algumas pessoas engajadas na questão. Então foi uma estância que chegou pra somar à educação patrimonial aqui, né? E a gente fez um excelente trabalho em parceria... Porque assim... é... Nesse engajamento meu, eu... Eu sempre juntei, procurei juntar as pessoas que tinha interesse. Então assim... É... Então aqui você tem... Nesses três vídeos que eu cito ---Um dos vídeos aqui, lembrando, a minha fala em 2007 na assembleia legislativa aos deputados sobre a campanha, em 2007---. O outro vídeo é o primeiro documentário da campanha que a gente fez, enquanto sociedade civil, a gente pediu uma reunião com o reitor da universidade... Primeiro eu falei a ele, lembrei a ele que a UFS está em São Cristóvão, né... E tem que fazer isso sempre, esse exercício. Segundo eu pedi pra ele o:: A equipe lá do...do... Que trabalha com... Com a filmagem ---que eu esqueci o nome da estância audiovisual lá da UFS--- pra fazer esse documentário. E nós fizemos um documentário, eu fui o diretor, narrador, praticamente tudo e pegamos imagens de arquivos... Eu fiz o... A parte da fala, que eu esqueci o nome agora, e a gente fez um documentário... Que tá na internet também. Ou não? Ah, está,

está... Está na internet também, a gente colocou na internet também. Com muito sacrifício na época.

Ingrid: *Youtube*?

Thiago: Tá no *youtube*. E tá também... É... O que não... Tá também é o que o governo fez. O que o governo fez todo mundo teve acesso, um bem melhor do que o que a gente fez. O que a gente fez foi caseiro, foi doméstico.

Ingrid: Mas mesmo assim é o que passa justamente essa visão de como tá sendo tudo, de como a sociedade civil tava querendo. Não hierárquico, né, nesse caso.

Thiago: Então são três vídeos... Minha fala, esse vídeo e tem um terceiro que eu não me lembro, não consigo me lembrar agora... Não consigo me lembrar o terceiro.

Ingrid: Dentro disso tudo que tem acontecido, quais são as tuas perspectivas para as atividades culturais aqui na cidade?

Thiago: Então, a gente tá com... Agora com uma nova atividade que entrou com... Desde a formação do comitê gestor, foi o aniversário da praça. Então o governo, o IPHAN, a prefeitura, acha conveniente e, lógico, é preciso comemorar o dia primeiro de agosto. Aqui parece que existiu, parece que não tem muito tempo, uma espécie de trauma com o dia primeiro. Porque, por exemplo, dia primeiro de janeiro é o aniversário da cidade. Durante muito tempo não se comemorou, não se fez nada. O primeiro de janeiro é porque todo mundo tá cansado, né... Então hoje é do interesse do governo comemorar essa data. E agora, de... De cinco anos pra cá, se comemora o dia primeiro de agosto e o IPHAN estica a programação de agosto a dezembro. Então há hoje um recurso no IPHAN pra essa data em Sergipe, pra estimular a ação de educação patrimonial, pra dar visibilidade a praça... Então hoje há um consenso de que é preciso dar visibilidade... Até pra que o povo de Sergipe entenda o que é patrimônio da humanidade. Então assim... É:: Eu assim, tinha também, a reboque do que aconteceu aqui na última gestão municipal, saído de cena... A gestão anterior tinha conseguido uma verba para a construção do mercado de artesanato e o recurso foi torrado numa obra que não gerou nada...(...) E essa mesma gestão extinguiram a orquestra filarmônica da cidade e a gente fez uma campanha ampla e a orquestra foi reativada. A gente levou a orquestra filarmônica a ser reconhecidas como umas das melhores bandas filarmônicas do Brasil...(...)Em alguns momentos aqui da cidade, eu entro em cena e

saio....(...) Eu sumi. Me concentrei nas minhas atividade culturais... Eu sou poeta, né... Eu sumi em alguns momentos da minha vida e apareci em outros... Então hoje eu estou aqui e quero incentivar os agentes culturais...(...)Eu tenho uma experiência em conquistar editais, então eu quero semear isso dentro dos artistas, dos movimentos culturais. Eu percebo que existe um potencial... São Cristóvão, em resumo, tem um potencial que é inquestionável. Basta saber utilizar.... (...) Então assim, patrimônio da humanidade não é apenas um documento que tá no museu histórico... é...é... como um selo. Eu sempre digo que patrimônio da humanidade é uma chave. É uma chave que abre portas para São Cristóvão, para o Brasil, para o governo do estado. Só que é preciso usar essa chave.

Ingrid: Saber usar, né?

Thiago: Saber usar! Saber em que portas elas cabem. E aí eu sempre digo, né, que saber usar esse título, né... De forma a angariar recursos, né... Benefícios... Não apenas levantar a auto estima da população, que é uma coisa que o governo tem falado até nisso ((risos)) Então assim, por vezes a gente escuta que “Ah, foi pior ter recebido esse título”, então aí a gente percebe que nem isso, né... Nem pra levantar a auto estima o governo tem usado de forma eficaz, imagine conseguir essas portas que trariam recursos, né? Por que o que é que a gente vê em outros lugares que tiveram é... patrimônio reconhecido? Que o governo começou a usar o... Esse título de uma forma a trazer esses recursos. E aí eu sempre citei o caso de Salvador. O que era o Pelourinho antes de ser reconhecido como patrimônio mundial? Era um prostíbulo. Era só prostituição, era a zona que Salvador queria esconder do mundo, do turista. Hoje é a porta de entrada do Brasil.

Ingrid: É verdade.

Thiago: Hoje o Pelourinho é uma das portas de entrada do Brasil. Então assim, eles souberam utilizar a chave. E nós estamos tentando encontrar portas. Demoramos anos e anos pra criar um comitê gestor. E estamos aí, criando ainda o plano de gestão... Que está andando a passos de tartaruga. Então, é isso... Eu de certa forma, pela minha fala, incomodo, mas eu estou aqui na cena. Mas assim, e:: as vezes, as vezes... Jogo até contra o meu time... Porque, por exemplo, hoje eu to no município... Até ontem eu tava bradando, eu estava como sociedade civil... E por vezes, até alguém me chama atenção “Thiago, você agora está no município... Thiago, você é do estado agora”... Então vê,

porque eu sou professor do estado, efetivo. Atualmente eu to cedido ao município e eu... Não disse pra você na minha fala inicial, mas eu participei de uma ONG aqui na comunidade. Uma ONG que foi parceira na campanha e que eu estava no comitê gestor da praça e ainda estou, né... Estou representando a sociedade civil na ONG saúde para o avanço humano. É uma ONG que trabalha com educação ambiental ---não tem nada a ver com patrimônio, praticamente--- e permacultura... Então assim, eu estava e ainda estou representando essa ONG, como sociedade civil, como comitê gestor, mas existe aí a possibilidade de representar a prefeitura numa próxima gestão. Então só pra fechar, né... A chancela é uma chave... É uma chave... Se você não usar, ela é apenas uma chave. Você não sabe/você não faz a população perceber que é uma chave que pode abrir portas. E aí os governos não tem pessoas gabaritadas pra fazer o uso dessa chave, nem pessoas que saibam encontrar essas portas. Em contrapartida alguma coisa nos anima no meio dessa caminhada. Por exemplo, é... o comitê gestor que nós criamos aqui em São Cristóvão, embora com tanto atraso, com tanta coisa e tal, tem sido, praticamente, um dos modelos do Brasil. Por que é o primeiro, praticamente... Porque como eu falei pra você, nós somos a última candidatura que entrou sem... Sem... Plano de gestão. Quem foi que entrou depois? O Rio de Janeiro que entrou, como paisagem cultural, que é uma coisa, né... E eles também lá, tão batendo cabeça... Porque assim... Embora a gente tá... Estejamos fazer algo inédito, estejamos a frente, contraditoriamente, ainda estamos muito atrasados pra o que gostaríamos. As vezes as coisas geram angústias na gente, mas a gente percebe que a gente tá no desafio de ousar a criar algo novo, e aí, criar algo novo não é fácil. Principalmente quando você envolve estâncias diferentes, cabeças diferentes e estudiosos que acham que sabem, né... Porque o patrimônio da humanidade, na minha experiência, é uma coisa que muita gente acha que sabe. Porque assim, muita gente não fala a língua da UNESCO. Não fala a língua do comitê gestor. E, diga-se de passagem, envolve lá diversas línguas, diversos estudiosos e:: Enfim, eu acho que é preciso traduzir primeiro as línguas, é preciso primeiro buscar essas portas e usar de forma eficaz essa chancela do patrimônio da humanidade.

A segunda entrevista foi realizada com o secretário de cultura, Everaldo Fontes. Realizada no dia 01 de fevereiro de 2017, a entrevista foi feita no prédio da secretaria de cultura da cidade de São Cristóvão, às onze horas e quarenta minutos e teve duração de cinquenta minutos.

Ingrid: Em relação às atividades culturais que já tiveram aqui em São Cristóvão, o senhor já participou de alguma?

Secretário: As atividades culturais... Eu participo das atividades culturais da cidade.

Ingrid: Quais são essas atividades?

Secretário: As atividades culturais nós temos... As atividades são as religiosas. Nós temos... Inclusive nós temos na atividade religiosa, na proximidade: as festas de Passos. Você conhece?

Ingrid: Não, não conheço...

Secretário: O diferente dessa festa religiosa é que a cidade fica embebedada em festejos religiosos. Proibido o som, proibido... Tá entendendo? As caixas de som ficam tocando cantos gregorianos e o locutor falando das atividades. A missa ela é reproduzida nos alto falantes em todo centro histórico. Quando não tem missa, fica os cantos gregorianos o dia todo, entendeu? Ou o locutor falando, informando, dando algumas informações da festa. Então fica um clima... Tu imagina, uma cidade dessa em canto gregoriano... Isso não foi nós que inventamos, já tem muito tempo...

Ingrid: Já virou tradição, né?

Secretário: A cidade toda se veste de roxo, entendeu? Então é assim... Essa festa religiosa. Depois a gente vai ter a semana santa, que tem o:.... o fogaréu. Não sei se você já viu algum vídeo...?

Ingrid: Só vi os tapetes de *Corpus Christi*. É muito bonito!

Secretário: É minha esposa que coordena. Mas a festa de... De fogaréu a cidade fica toda as escuras, desliga todas as luzes aqui do centro histórico e aí tem a procissão que é só de homens com fogo e tal, se veste com... É muito bonito. E tem a crucificação de Jesus nessa procissão. Que é quando ele vai ser crucificado. Duas praças é que acontece a encenação, na Praça São Francisco e na ()... Eles vão...

Ingrid: Fazendo a procissão por ela, né?

Secretário: É. Aí tem... Algumas festas que... A gente tinha a seresta, o carnaval, que tinha uma certa tradição aqui. Tinha o carnaval de marchinhas e blocos. Não tem... Aqui no centro histórico é proibido circular carro de som... E carros, tem algumas ruas que

são fechadas para o trânsito, entendeu? Os blocos... Eles circulam da praça da bandeira, vem aqui em direção a Rua do Rosário, né... E aqui no centro histórico termina na praça São Francisco, mas não tem palco, entendeu? Aqui é só de bandinhas de frevo... Carnaval de rua.

Ingrid: Bem tradicional né?

Secretário: Bem tradicional, de marchinhas. Os blocos vendem camisa, mas não tem é:: Não tem corda, estilo outras cidades aí, né, como Salvador, etc., que tem aquela corda... Não tem corda. Vende as camisas pra fazer propaganda.

Ingrid: E sobre a realização dos eventos, quais são os que você pretende realizar para a cidade?

Secretário: Olhe, o que eu pretendo... O que nós precisamos é abrir uma galeria aqui. Nós temos um projeto arte e cultura na feira, que vai acontecer nas feiras livres à tarde, do Eduardo Gomes, do Rosa Elze ((bairros de São Cristóvão)) e aqui na Praça São Francisco, no domingo. Quarta-feira no Eduardo Gomes, quinta-feira no Rosa Elze, que é a feira do Rosa Elze e no domingo, à tarde, aqui na Praça São Francisco. Que é basicamente o que? No Eduardo Gomes e Rosa Elze já existe uma feira livre. Que o prefeito tá dando... Revitalizando essas feiras. Inclusive já mudou os tipos de barracas, colocando toldo, a questão da higienização da feira, entre outras coisas. E a gente vai entrar com a parte artística e cultural. Vamos colocar algumas barracas para os artesãos negociarem, vamos nessa arte e cultural na feira livre, nós vamos ter um palco onde vão ficar se apresentando os mestres da cultura popular da cidade mais música de MPB. Vamos tá com uma barraca e aí a gente vai inaugurar a biblioteca itinerante. A biblioteca itinerante é o seguinte: nós estamos conseguindo doações com populares e esses livros de doações a gente vai tá emprestando pra população. Vamos possibilitar, na ocasião, internet livre para que a gente possa atrair os jovens, né... Possa tá fazendo algumas interações, como essa que você viu aqui ((o secretário se refere à uma reunião sobre editais do município)), entendeu? A gente vai tá com *link* aberto pra poder as pessoas também, através da internet, ter uma comunicação, né... Aí os livros, inclusive já recebi alguns livros, aí eu separei, né? Sou um estudante de misticismo também ((risos)), sou maçom, sou rosa cruz... Sou artista... E aí eu separei os livros... Os livros que eu separei... São livros antigos, né? Eu to lendo um livro esse livro ((o secretário pegou o livro e colocou em cima da mesa)) e to lendo outro livro que tá em casa, na

minha cama. Ele foi editado em 1926, terceira edição ((risos)), terceira edição em 1926 ((risos)). Aí a gente vai estar possibilitando né, o empréstimo dos livros aos populares. Aí alguém pode dizer: “sim, mas se eles não devolverem?” Não tem problema, não é do acervo das bibliotecas. São livros de doação. Esses livros, por exemplo, se o cara quiser levar e::... a gente vai pedir, vai tentar fazer com que eles devolvam. Passar adiante, de mão em mão. Leu? Devolva. E se alguém por esperteza achar que tá querendo... Ludibriar, ficar com esse livro, qualquer coisa desse tipo, não há problema, o importante é que leia. Outros virão por doação. Nós conseguimos uma doação de quase três mil livros. Só que tem muitos livros nesse estado ((mostrando o estado de um livro que se encontra na mesa)), e a gente não quer, sabe, livros que estão com traças e que estão com... Até quem tem alergia não pode tá manuseando esse livro.

Ingrid: E qual a opinião do senhor em relação à ligação da população com a Praça São Francisco, que é patrimônio?

Secretário: Bom... Eu gostaria de fazer uma pesquisa com a população... Porque esse negócio... (...) Quando estudei né... A gente estuda e a gente sabe que o “achismo” não dá, não é científico. Uma coisa é o que eu penso, outra coisa é o que a população está pensando de fato, cientificamente. Dados. Eu gostaria de fazer uma pesquisa pra saber o que é que a população... Pensa com relação à Praça São Francisco. Eu tenho opinião, que é o achismo. Eu acho que a população foi muito... Inclusive vou pegar duas camisas pra você... ((camisa da Praça São Francisco)). (...) Porque é o seguinte, o que que eu acho... A praça... Nós lutamos muito para que a praça se tornasse patrimônio histórico e mundial, da humanidade, né. Foi uma coisa... Que criou uma expectativa... Não tenha dúvidas. Criou uma expectativa e não veio nada... Em relação ao título. A população ganhou alguma coisa, materialmente falando? O que ganhou? Nada. Não ganhou nada. Pelo contrário, perdeu. Assim... Entre aspas, né. Porque, por exemplo, eu não defendo que os ônibus, os transportes pesados circulem na praça não. De forma nenhuma, entendeu? Mas os ônibus subiam e pegavam os populares pra... Entendeu? Aí eles tem que desce agora. Tem algumas pessoas que não gostaram, entendeu? Algumas situações que foi desconfortável pra população. É:: Então... Eu acho que a gente precisa trabalhar mais educação patrimonial. O IPHAN aqui, ele... Não é que ele pecou, mas a política que foi feita no IPHAN, que FOI feita, veja o verbo que eu estou usando... (...) Mas em relação à educação patrimonial, houve um tempo aqui que o IPHAN ele, ao invés de fazer a educação que a gente conhece, do povo, ele... É::... Ele simplesmente... Impôs e::

Não só impôs, ele... É::... Inibiu com muita... Muitos processos judiciais, ação civil, entendeu? Submeteu determinadas pessoas pra... Constrangimento... Uma vez que eu fui chamado em juízo, entendeu? As pessoas precisam saber... “olha, isso aqui vai morrer, isso aqui vai ficar... Isso aqui tem trezentos anos, entendeu? Vai vir mais gerações, isso aqui é nosso”. Você mora na sua casa, mas a casa não é sua. Por exemplo, a casa da minha mãe tem duzentos anos. Quantas famílias já moraram lá? Que eu tenho conhecimento, duas famílias já moraram lá. E olha que eu nasci lá, eu tenho cinquenta e sete anos. Minha mãe casou em 1942... 1943. Eu nasci em 1959. Então... Nós vamos passar e outros vão vir morar naquela casa. A casa vai continuar aí, durante muitos anos. Preservação (...)

Ingrid? Foi uma abordagem rigorosa?

Secretário: Foi uma abordagem muito rigorosa. E depois a gente viu... (...) Por exemplo, tem uma casa aqui a frente que o sujeito quase foi preso. O cara casado construiu família, pessoa honesta... Foi até prefeito da cidade... Quase foi preso por conta... Porque ele mexeu em algo que não mudou muito a fachada da casa, mudou pouco... Hoje mudaram a fachada, com a autorização do IPHAN. Aí você diz: “Pô, qual é a diferença?” Entendeu? O cara mudou literalmente a fachada, aí fez uma garagem. Então aquela casa dali que ele mexeu e fez uma garagem tinha mais de trezentos anos. Com a autorização do IPHAN... Isso eu interpelei o pessoal do IPHAN. Quer dizer, há uns quarenta anos atrás, uns trintas anos atrás, alguém quase se desmoraliza... Saiu da cidade, a família inteira por conta disso. Por constrangimento. Mas hoje é uma nova concepção... Bom, tá certo, hoje é uma nova concepção. Agora a geração anterior, que preservou, essa geração que preservou...

Ingrid: A memória relacionada ao IPHAN.

Secretário: É. E nós todos vamos passar... Vai continuar...

Ingrid: Com trauma.

Secretário: Agora alguém... Nesses trezentos anos, alguém mudou a fachada. Literalmente. Não ajeitou não, MUDOU. Não pintou de uma cor que destoou que aí você pode mudar a cor. Não, você mudou a fachada. Ficou uma coisa... Mudou a estrutura física... Completamente. Então, se você tiver concepções diferentes, nesses órgãos de preservação e que faça com que mude, nós estamos ruim aqui. Nós temos

outra coisa aqui que... ((o secretário precisou atender a uma ligação)) (...). Eu não sei se você observou que tem uma torre...

Ingrid: Sim.

Secretário: Então, a torre também é polêmica. Polêmica. Tem gente que entrou na justiça popular e o IPHAN autorizou... Veja só, eu to colocando essas situações que são polêmicas. Aí você chega em Salvador e tem o Pelourinho... Convivesse com... Sim, você é referência ao Pelourinho? Não acho que seja referência não. É bonito de se ver, bonito, mas... Salvador conviveu com crescimento, com... Muita coisa mudou... Aqui... Muita gente pagou caro pra preservar. Com licença a palavra, mas foi na “porrada”. Com constrangimento, você tá entendendo? Mas acho que... Por isso que o um dos motivos que eu to aqui também é pra fazer a educação. Pra educar o povo. Olha, eu tenho chamado pra que? Pra discussão, pra ouvir todos os segmentos. Na próxima semana nós vamos chamar os baborixás, o pessoal que faz as religiões afro-descendentes aqui... Vamos ouvir todo mundo. Tem uma solicitação deles, de alguns deles que quer sair num bloco de carnaval, com afoxé. Eu quero ouvir de todos se:: Se é omissso ou não essa ideia, entendeu? To falando isso porque a luta pela preservação não é só do IPHAN não. É das pessoas de bem dessa cidade. Eu vou morrer, você também. Todos nós vamos passar, o que é que a gente vai deixar de legado? Já fui secretário de educação, tal. Já fui diretor da ()... Ninguém nem se lembra mais de mim. Vai se lembrar das coisas que a gente cultivou. Uma coisa que ficou sedimentada lá como uma coisa padrão pra todos. Então... Eu não quero botar meu busto no meio da praça não, entendeu? Mas... Eu quero que o povo que faz cultura popular, quem ficar, tenha tesão de viver aqui. Tenha prazer. Por... Por conta, inclusive, dos monumentos que tem aqui e preservar, entendeu? Que traga alguém aqui e “Que cidade bonita. Que legal, eu queria morar aqui”. Não é “eu não quero morar nessa cidade não. Porque falta muita água, porque tudo que a gente faz é proibido”. Houve um tempo aqui que ninguém podia tocar um som na praça. Não podia tocar som na praça. Era proibido tocar som na praça porque as paredes... A vibração... Podia derrubar as paredes. Você acredita nisso que eu to lhe dizendo? Acredita né? Mas o IPHAN proibia. A garotada daqui ficou irritada com isso. Houve um tempo que, muita coisa desse tipo, por conta da preservação era proibido. Praticamente proibido. O cara disse: “Ah, mas você sabe que não pode botar palco na praça”, aí eu digo: “Não podia, agora pode”. E não podia porque? Ah, não podia porque fazia buraco, agora o responsável sou eu. Se fizer buraco, eu me

responsabilizo. Quem vai botar o palco, se responsabiliza se fizer os buracos... Se tiver de fazer, não vai fazer buraco, é proibido. Essa praça aí, essas praças aí próximas a essas igrejas eram, na verdade, eram cemitérios. Os ricos enterravam dentro da igreja. Inclusive, na igreja São Francisco tem um cemitério lá dentro, né. Tem, inclusive, 1704 enterrou Felipe “não sei o que”, que era... Ele era... É:....Agora eu esqueci. Mas ele foi enterrado em 1704... (...) ((as camisas sobre a Praça São Francisco são entregues). Isso foi por conta da época da... Pra tornar a praça patrimônio da humanidade. A campanha. Aí a gente distribuiu pra população, o governo do estado distribuiu pra população. Para a população e para visitantes. Eu fiquei com uma sessenta. A gente tá pensando em reproduzi-las. Não como coisa do governo do estado, mas pra reproduzir, pra distribuir pro pessoal. Pro pessoal ter orgulho da cidade, da praça que é patrimônio da humanidade, entendeu?

Ingrid: Enquanto profissional que tá agora ligado a cultura, quais são as suas perspectivas pro futuro da cultura aqui em São Cristóvão?

Secretário: O futuro da cultura aqui em São Cristóvão é o que a gente tá construindo hoje. Que é... O que tá acontecendo no Brasil todinho... Nas cidades que tem... Como Olinda, como... Várias cidades, né. Editais para que os grupos... A gente se transformar num sistema municipal de cultura, entendeu? E a fundação de cultura ter uma autonomia, captar recursos através do fundo municipal de cultura. E possibilitar todo final de ano, começo de ano os editais para que os que fazem cultura possa, democraticamente, se valer desses artifícios e produzir durante o ano seus projetos, exposições, livros, filmes, etc. Dá pra gente fazer isso? Dá. Basta organização e não ficar a mercê de nenhum político... Não porque eu sou... Não tenha dúvida, eu sou político partidário, entendeu? Desde que eu me conheço como gente eu tenho um lado. Eu nunca fico em cima do muro. Certo ou errado seja lá como for, eu tenho um lado. Mas, meu lado sempre lutou pra que as pessoas tivessem personalidade, fossem independente, não ficassem a reboque de qualquer um. Eu sempre lutei por isso, pela liberdade. Eu quero que nosso povo conquiste as coisas boas... Eu vou sair da cultura, e vou sair daqui quatro anos, ou se o prefeito desejar, na próxima semana ou amanhã, mas quero sair com esse pensamento, dizendo que tentei combater... Um combate no sentido de que a algo que fique pra posterior, que fique mais sedimentado. To preocupado só no meu bolso não, to preocupado com o acesso a informação. O que a gente fez ontem ((reunião sobre editais culturais)), o pessoal pediu pra gente repetir no Eduardo Gomes.

Na quinta-feira próxima, nós vamos estar no Eduardo Gomes e Rosa Elze. O povo pediu pra gente repetir lá. Já acertei com o Alemão ((secretaria de cultura de Aracaju)) pra gente tá lá. Tô procurando um espaço assim... Bem prazeroso pra que a gente possa fazer essa reunião com os fazedores de cultura lá. Vamos brigar pra fomentar isso. O prefeito também tem essa concepção, graças a Deus e a gente vai trilhar por esse caminho. Vamos captar recursos pra o fundo municipal de cultura, esse fundo, eu sou o presidente da fundação, mas tem um conselho municipal de cultura, eleito democraticamente, entendeu? E que vai discutir os editais, quem é que vai... Tem todo um pré-requisito. Então você fica com a cabeça erguida... Se todos perceberem que é pra todos, tranquilo, eles entendem, não tenho dúvidas disso. Ontem estava aqui o vigário da cidade à mãe de santo, tavam todos aqui. Eu saí daqui extasiado!

Ingrid: A cultura une, né.

Secretário: É, a cultura conseguiu unir esse povo todo. Então muita gente de todas as tendências, de todos os credos tavam aqui, querendo os editais. É essa cultura que a gente quer construir. Se eu conseguir um edital, se sair um edital, pra mim, eu já posso deixar e fiz. Vou me juntar com o povo pra brigar.

Ingrid: Deixa eu entrar bem específico na arqueologia... Aqui em São Cristóvão existe uma divulgação do que é a arqueologia dentro da cidade, o que seria a arqueologia?

Secretário: Então, eu não sei lhe dizer se tem uma concepção, o que a população pensa sobre o que é a arqueologia..

Ingrid: Ou se há uma divulgação na cidade sobre o que vem a ser arqueologia, já que aqui é a quarta cidade mais antiga do Brasil.

Secretário: Eu acho que... Se... Se disser bem assim: “Lá tem um sítio arqueológico”... (...) Porque teve uns estudos aqui na frente daquela igreja, na praça, no sobrado, dentro do sobrado, na frente... Já teve, já descobriram algumas coisas aí.

Ingrid: Até com a questão da DESO, né...

Secretário: Isso... A DESO encontrou um monte de cadáver aí. Teve um cadáver inteiro que saiu... Mas eu não sei o que a população... ((Secretário pausa a entrevista para atender ao celular)).

Ingrid: Se eu chegar aqui e falar sobre arqueologia, ou dizer que eu encontrei algum sítio arqueológico, existe a noção do que seria a arqueologia?

Secretário: Não. Eu acho que não vai existir não. Pra mim não. To falando em relação ao povo... Pra mim vai, é lógico, eu sei o que é um sítio arqueológico, entendeu? Eu estudei... O povo já viu muitos filmes e etc.,

Ingrid: É, geralmente tem essa imagem, né... De Indiana Jones.

Secretário: É, mas aqui eu acho que pelo que já aconteceu, algumas pessoas vão ficar um pouco temerosas. Porque vai fechar...

Ingrid: Já associa logo ao IPHAN...

Secretário: E associa logo a coisa tipo... “Eu moro ali, eu não vou passar mais de carro por ali, vai ficar interditado”... Tem uma conotação negativa. Assim, eu acho... Pelas experiências que eu vi aqui. Se você fizer um estudo aqui arqueológico a população vai começar: “Poxa, de novo? Encontraram ouro aí”. Entendeu como é que é? Vai ser... Pelas coisas que eu... Eu acho que, eu posso estar muito errado, mas não é bem-vindo assim. Porque vai atrapalhar o trânsito, vai atrapalhar... Entendeu? De forma geral, qual o problema maior? O problema maior é que... As coisas são feitas sem a educação. Então... Cara, ninguém sentou com o povo pra dizer “olha, nós vamos interditar por conta disso. Agora qual a melhor saída, o que vocês acham que a gente deva fazer?”.

Ingrid: A conexão com o público, né?

Secretário: Po, eu to querendo fazer uma galeria aqui. Qual o melhor local ideal? É onde as bonequeiras estão. Na sala de saberes e fazeres. Melhor local é lá. Já defini com o prefeito. Não tem outro local. Mas elas estão aí há quanto tempo, fazendo esse trabalho bonito aí? Po, você acha que eu deva tirar essas meninas daí, na tora... Não vou fazer isso.

Ingrid: Vai unir uma coisa com a outra.

Secretário: É. Eu vou unir ou vou pensar em outro local. Mas a gente precisa de uma galeria aqui.

Ingrid: conversar com a população pra saber onde poderia ser.

Secretário: Isso, onde poderia ser. Tem uns lugares onde é possível fazer. Tem que buscar né. É a educação... Acho que como eu venho da área de educação, eu acho que o melhor é a educação. O que eu to fazendo com todos os segmentos da cultura aqui é educação. Não to fazendo me aparecendo, não sou candidato a nada. Sou candidato a organizar minha vida e a viver bem, só isso. Mas eu preciso... Como eu venho da área de educação, eu preciso ouvir. Não sou o “sabe tudo”. De jeito nenhum, não tenho a pretensão.

Ingrid: Enquanto secretário, você não acha saliente que a arqueologia também entre nesses planos de eventos... Porque a arqueologia e cultura são intimamente ligadas. Porque se você conta um passado arqueológico, tá ligado aos blocos, os afros-blocos... Porque você vai contar a história de um passado que é linear, né. Você tem o cara que viveu aqui há muito tempo e você tem a herança que ele deixou. E aí, se colocar a arqueologia dentro desse plano de cultura das ações culturais, pode ser que essa visão... Eu não digo preconceituosa, mas que você não entende muito o que é... a população sobre rejeitar a arqueologia... Esse cenário pode ser modificado quando se faz a educação, mostrando dessa forma. Não seria saliente colocar também a arqueologia dentro... Em parceria do IPHAN, no caso. Talvez não partisse somente da secretaria, talvez partisse... Isso que o IPHAN tá tentando fazer agora, recentemente, que é mostrar o que é a arqueologia. E isso vai de cima pra baixo e de baixo pra cima. Então assim, a arqueologia ela tem uma razão social, mas geralmente não se conhece essa razão social. Então seria importante que o IPHAN trouxe essa razão social pra englobar tudo isso e aí unir forças com a secretaria de cultura.

Secretário: É correto. Mas veja só, o trabalho que fizeram... Vamos pegar aqui um exemplo: o trabalho que fizeram aqui na Igreja do Carmo, pequeno. São dois Carmos. A gente chama de Carmo pequeno e Carmo maior. De arqueologia... Descobriram que tinha uma nave embaixo da igreja... Ficou nisso... Quer dizer, o conhecimento ficou para o povo da arqueologia, do IPHAN. É porque existe uma coisa que é o seguinte: o conhecimento é só pra poucos. Tem uma concepção de que não pode divulgar. É completamente fora do que eu penso. Aquele trabalho ali, que até incomodou os populares, que não sei o que... Po, deveria chegar e dizer “Terminou? Concluiu o relatório? Então, gente, vamos reunir o povo, na missa, depois da missa. Quinze minutos, vinte minutos, não precisa mais do que isso. Naquela missa, em outra e tal.” E

aí ir na igreja evangélica, no terreiro... Sei lá, pro povo. Dizer “Olhe, gente, o que aconteceu aqui...” Ou durante. “O que está acontecendo aqui”.

Ingrid: Ou antes.

Secretário: Ou antes. “Nós vamos fazer isso, isso e isso. A gente vai precisar da compreensão de vocês, isso é maior que a gente vive. Todos nós vamos passar e deixar um legado. Precisamos descobrir”, entendeu? É essa educação que precisa. A gente precisa disso, só isso. Não é eu obter o conhecimento e guardar ali. Botar uma dissertação, uma tese, fazer um artigo que vai chegar em quatro pessoas, seis pessoas. Porque eu vou por um artigo desse, num encontro internacional, seja lá como for... Eu fiz mestrado... Na minha sala, onde eu vou defender o artigo só tem outras pessoas que também vão depender artigo. E o coordenador. Seis, dez, doze pessoas no máximo. Vai servir pra que? Não vai servir pra nada.

Ingrid: É exatamente que a nova geração tá tendo propor na arqueologia. Um segmento novo na arqueologia e público.

Secretário: Aí eu escrevo... O menino descobriu, nesse projeto nosso de biblioteca, na roda de leitura... O menino foi falar sobre... Sobre o crime da mala. Aí ele foi fazer uma pesquisa sobre o crime da mala. Aí ele disse que ia falar sobre aqueles quadrinhos de Horácio Hora que tá no museu... Tem uns quadrinhos feitos por Horácio Hora no século passado que tá exposto no museu histórico de Sergipe. Sobre o crime da mala. É muito bom pra as crianças. Aí a roda de leitura do tema do menino era o crime da mala dos quadrinhos. Porque nosso tema geral foi revistas em quadrinhos... Esse mês foi revistas em quadrinho, então falaram sobre várias coisas. E ele pegou aquela revista de quadrinho do crime da mala, que é um crime que se repete ao longo dos anos. Teve na Europa, teve num sei o que... Ele fez essa ponte, foi mostrar o quadrinho. O que foi que ele descobriu? Ele descobriu que um sujeito aí lançou um livro no Maranhão, que inclusive, na capa do livro, tinha um quadrinho daquele do crime da mala desenhado por Horácio Hora sem a fonte. E só existem esses desenhos originais no museu histórico de Sergipe. Alguém copiou, fotografou e colocou no livro. Não só na capa, como dentro. Tem que pedir indenização... Só existem esses quadrinhos originais, só existe no museu histórico de Sergipe. O sujeito fotografou e colocou no livro dele. Quer dizer... É uma coisa que você... “Entrou na perna de pizza e saiu na perna de pato, o rei mandou contar vinte e quatro” ((risos)). Não tem isso? Então... A roda de leitura serviu na pesquisa

que ele fez pra descobrir isso. E a garotada ficou... Assim, coisas que... Isso aconteceu semana passada.

Ingrid: Então, deixa eu voltar... As informações sobre a arqueologia podem até ajudar nessa questão de autoestima. Se você tem um achado muito importante e você fala “ ah não, na minha cidade foi encontrado uma nave do século...” Não sei... Esses achados arqueológicos também podem... A arqueologia pode também trabalhar na manutenção da autoestima. Você ter esses achados muito reconhecidos pra também chamar de seu.

Secretário: Eu acho que o viés da educação popular ele é mais interessante. Não sei se é porque eu vim da educação, da área da educação... Porque o que as pessoas sabem sobre arqueologia é o que tá nos filmes, né... Não viram ainda.

Ingrid: Então, é justamente isso que o nosso viés tá trazendo isso, tá tentando aproximar tudo pra que se rompa, ou melhor, se una a isso que já existe, né. “Ah, tem o Indiana Jones?” Tem mesmo! Tem lá o Indiana Jones, mas também tem isso aqui... A arqueologia não é só Indiana Jones. E isso tá novo...

Secretário: E vou lhe dizer mais: Eu sou maçom e sou do grau vinte e dois, sou rosa cruz, to entrando no grau doze. Sou martinista e um dos rituais de uma dessas escolas de mistério aparece a arca perdida. Por que a arca perdida se encontrava aonde? Se encontrava no templo de Salomão. Tá na bíblia isso. Se encontrava no templo de Salomão. Nas lojas de perfeição, que vocês nunca ouviram falar sobre isso, existe a arca perdida lá, tem o símbolo da arca perdida lá. Hoje, se eu for participar de uma loja de perfeição, vai estar lá o desenho da arca perdida. Por quê? Porque todas essas escolas de mistério, elas tem como símbolo, elas constituem uma loja... É:... Uma loja simbólica do rei Salomão. Exatamente como tem escrito na bíblia, duas colunas, com o sul, com o norte, com o leste, o oeste, com tudo isso.

Ingrid: Por isso existe a arqueologia bíblica.

Secretário: Com as figuras todas postas. Eu acho que a educação é o princípio de tudo. Você fazer com que o povo entenda...

Ingrid: A arqueologia também vem tratando isso.

Secretário: Faça-me um projeto de arqueologia e me apresente. Dinheiro a gente não tem não, mas a gente sensibiliza o prefeito, alguma iniciativa privada pra gente tocar esse projeto. Me apresente aqui.

Ingrid: Com certeza!

Secretário: Fazer o carnaval, por exemplo, não tem dinheiro, tá mais difícil do que a pressão do povo. Nosso carnaval é de marchas e blocos na rua... Estamos atrás de dinheiro na iniciativa privada. Então tem que ter muita criatividade, correndo atrás... Me apresente um projeto com essa concepção e a gente vai correr atrás. Sem contar que a gente pode botar nesses editais aí. A gente vai correr atrás. O IPHAN ali tem esse trabalho naquela casa. Essa casa aqui também é mais antiga que aquela ((se referindo a casa do IPHAN)) da antiga ouvidoria. Aqui vai ter uma reforma, caberia a arqueologia entrar aqui nessa reforma, tão fazendo já a licitação.

Ingrid: Com certeza, tem que ter...

Secretário: É, caberia. A gente vai fazer oficinas, aproveitar essas reformas pra fazer oficinas de restauro, vamos andar paralelo. Vão colocar um elevador aqui, por causa de acessibilidade...

Ingrid: Nisso, a gente pode descobrir ocupações que a história documentada não diz.

Secretário: O prédio mais antigo aqui de São Cristóvão é essa igreja aí ((se referindo à igreja da praça)) e eu acho que depois é esse prédio aqui.

A terceira transcrição é referente a fala de Sayonara Silva, diretora do Museu de Arte Sacra. A entrevista ocorreu nas dependências do museu no dia três de fevereiro, às dez horas e cinquenta e cinco minutos e teve duração de cinquenta e três minutos.

Ingrid: Como é que você começou a trabalhar com cultura?

Sayonara: Bem... A cultura, pra mim, é algo muito maior do que a gente.../ Eu acho que a gente trabalha com cultura desde que a gente nasce. A partir do momento que você tem o contato com o meio ambiente, isso já é cultura. Você já tá transformando um lugar. Mas assim, um fato que marcou muito a área cultura ---não a cultura, porque cultura é algo que você vai adquirindo, construindo--- foi uma visita que/ eu estudei na escola de aplicação e sempre havia passeios culturais como programação complementar de educação. Aí aqui, no museu de arte sacra, quando eu tinha doze anos, eu lembro que eu fiquei encantada com esse museu. E assim, essa memória sempre vai voltando. A mesma coisa aconteceu quando foi feita uma viagem à Carrapicho. Eu acho que a escola tem um papel fundamental nesse sentido. Talvez eu não poderia ter acesso a um museu, porque era algo que não é tão acessível como é hoje, né? E isso, eu acho que a escola teve um papel primordial na minha educação.

Ingrid: A senhora é daqui mesmo de São Cristóvão?

Sayonara: Não, eu sou de Aracaju.

Ingrid: E aí como é que a senhora veio parar aqui? ((risos))

Sayonara: Eu sempre visitava a cidade. Sempre da procissão dos Passos, né... De uns dez anos pra cá, eu tenho vindo quase todos os anos. E eu sempre gostei de patrimônio... Eu trabalhei como coordenadora dos museus do estado e sempre fazia visita, toda semana, aqui no museu histórico. Então eu vinha a São Cristóvão toda semana, a trabalho. E aí eu vinha trabalhar aqui no museu histórico. Posteriormente eu fui convidada pra ser diretora técnica desse museu (arte sacra).

Ingrid: Faz quanto tempo que a senhora tá aqui no museu?

Sayonara: Fará dois anos em junho.

Ingrid: Recente... E...

Sayonara: É... Nesse museu é.

Ingrid: E aqui nesse museu, quais são os trabalhos que vocês desenvolvem com a população de São Cristóvão?

Sayonara: No primeiro momento nós tivemos um pouco de resistência... Assim, como eu lhe digo, o museu é sempre algo um pouco elitista, né? E o que a gente fez pra trazer a comunidade? Fomos pela religião. Porque quando a gente começou a:: fazer missas aqui todos os meses e também exposições. A gente notou que a comunidade...

Ingrid: Se aproximou mais, né?

Sayonara: Se aproximou mais e tornou utilizando essa capela, que é sopra visitação, pra uso mesmo, pra uma missa, pra apresentações musicais. Eu acho que isso fez com que a população fortalecesse o que a gente chama de sentimento de pertencimento, se apropriar desse museu. Esse museu, como eu digo, ele não é da arquidiocese, ele é de Sergipe, é de todo sergipano. Então a gente, não que usou isso, mas a gente procurou um meio de trazer o público, a população pra fortalecer esse sentimento, realmente. A gente tá procurando, fazendo também um trabalho educativo de começar a visita ao museu fora, mostrando um pouco o prédio, dependendo do horário assim, a gente faz a visita por fora pra mostrar alguns elementos arquitetônicos e depois entra. Isso também aproxima um pouco a população. E assim, o contato --- outro dia eu visitei algumas artesãs, umas bonequeiras, e nunca elas tinham entrado aqui no museu. São daqui de São Cristóvão, mas nunca tinham entrado--- mas eu acho que esse contato, assim, próximo a... É bom. Ir em cada, né, cada setor. E também como eu lhe disse, toda sexta-feira a gente tá com trabalho educativo --- hoje a tarde, duas horas tem exposição temporária e a gente convida uma escola--- e assim, aos poucos, a gente vai... E sempre tá oferecendo... Nós temos duas salas de exposição temporárias, então a gente tá sempre trazendo interdisciplinar... Não precisa ser da museologia. Por exemplo, essa exposição que tá aí é de um grupo musical, mas é importante. Imagine que hoje, esse grupo, pode um grupo de quarenta alunos, um deles pode se interessar pela música, achar interessante música antiga, ficar curioso... E outra coisa, a gente tá valorizando um artesão local, porque esses instrumentos ((da exposição)) são de um artesão de São Cristóvão. Então nós vamos convidá-lo a também participar dessa conversa e ele vai se sentir bem... né? Alguém pode ser até um aprendiz pra oficina dele, entendeu? E a maioria dos instrumentos que eles vão trazer ((expositores de música antiga)) foram feitos por ele ((artista local de nome Passos)). Violoncelos... Instrumentos... Eles

pesquisaram os instrumentos que eram usados no período renascentista e ele copiou o modelo. Ele é um *luthier* ((construtor de instrumentos musicais)) como a gente chama.

Ingrid: E dentro da cidade de São Cristóvão, antes dessa sua ligação específica com São Cristóvão, você já tinha participado de algum evento cultural?

Sayonara: Como eu lhe disse, é a procissão dos Passos. Acho que sempre... O fogaréu também, eu já participei. Os eventos culturais e religiosos da cidade eu sempre...

Ingrid: Os religiosos são os mais fortes, né?

Sayonara: É, são. E eu sempre visitei os museus. Há quatro anos atrás eu fiz o guia dos museus do estado, então eu visitei o museu dos ex votos --- inclui na programação...---.

Ingrid: E como o museu está inserido nesse conjunto da praça, qual a ligação que a senhora vê da praça com a sociedade, já que é um bem cultural?

Sayonara: Na verdade a praça, ela precisa, ainda, como tem o comitê de gestão ---que você poderia até falar com o pessoal do IPHAN--- a cidade ainda não se apropriou também da praça. Essa praça precisa ainda ter novos usos... Organizar feiras entendeu? Ser uma reunião de encontro, como era na idade medieval. E quando ela foi feita, ela foi feita, ela foi projetada com a influencia hispânica, mas o planejamento dela foi feito todo a partir desse convento ((ao lado do museu, do lado da praça)), então eu acho que a população fazer trabalhos educativos, fazer roteiros... Eu acho que ainda tem muita coisa a ser feita. Mas se existe esse comitê, a gente tem que acreditar e também trabalhar junto. A gente sempre tá em contato com o IPHAN. Organizar eventos em conjunto, eu acho que isso é importante também.

Ingrid: E a arqueologia? O IPHAN tá bem próximo aqui, né... A senhora já teve algum contato com a arqueologia antes do IPHAN ou até mesmo depois da instalação do IPHAN aqui na cidade?

Sayonara: Não. Mas eu achei interessante uma exposição que está lá em cartaz. Você viu?

Ingrid: Das peças, né?

Sayonara: E a gente sempre soube que ((tosse)) durante o calçamento aqui foram encontrados vários elementos da arqueologia.

Ingrid: Foi... Foi na época que a DESO tava colocando os canos por baixo...

Sayonara: Eu não sei se foi dado o tratamento correto, mas... Não é da minha área, mas eu sempre soube que, por fontes orais, que na época do calçamento foi encontrado muito esqueleto. Provavelmente teria um cemitério por aqui. Porque a quantidade de esqueletos que foram encontrados... Aí não é muito a minha área, mas pelo que eu soube né, por relatos orais, quando foi feito...

Ingrid: Como é feito a divulgação daqui do museu pra que as pessoas saibam da existência dele:

Sayonara: Olhe... Anteriormente era um pouco falho nesse sentido. A gente ainda tem muito a:: Assim, a gente começou agora a entrar nas redes sociais. Não havia muita divulgação assim. E também, com a nova gestão da secretaria de cultura, por exemplo, hoje a assessora de comunicação me ligou, pra divulgar os eventos daqui, entendeu? O ano passado foi um pouco difícil. Eu acho que fizemos uma exposição... Só um jornal que... (...) Porque a gente não tem assessoria de comunicação, né? Isso é imprescindível numa instituição. Mas a gente ainda tá tentando montar essa equipe. A gente não tem. Aí dificulta... Muitas vezes a gente manda pro jornal, mas geralmente eles só publicam quando é jornalista, né.

Ingrid: Até em Aracaju também é mais complicado.

Sayonara: Infelizmente eu acho que a imprensa sergipana não prioriza muito assim, principalmente quando é em São Cristóvão. Não sei, eu senti um pouco de... Assim de descaso. Talvez não seja nem a palavra descaso, talvez interesse... Não sei. Acha que não é importante. Porque eu tenho mandado sempre, como diretora, mas tem que ter uma assessoria mais... Assim, às vezes eles querem matérias pagas. Eu acho que deveria existir uma mídia espontânea. Porque as vezes a gente faz um evento aqui, a pessoa diz “ah, eu nem soube”...

Ingrid: Até na própria São Cristóvão você não vê tanto incentivo, por exemplo, dos guias de turismo incentivando a visita. Poderia ser mais um eixo, né, como patrimônio da humanidade, o acervo histórico e arqueológico que tem aqui...

Sayonara: Olhe, mas essa semana coincidentemente, duas televisões ((canais de televisão)) vieram aqui gravar.

Ingrid: Foi, até vi na quarta-feira que tavam fazendo uma das gravações. Eu vim inclusive visitar o museu e eles estavam ali na praça.

Sayonara: Foi. Vai sair um material interessante da TV Alese. Ela fez da praça toda. Inclusive os briceletes ((doces típicos de São Cristóvão)) eu indiquei. É um biscoito que é feio a quase cem anos aqui, por umas freiras que ficam aqui na Santa Casa da Misericórdia. Elas não estão mais fazendo, mas elas passaram esse conhecimento pra uma senhora. Então é uma coisa bem assim...

Ingrid: É um patrimônio imaterial.

Sayonara: É um patrimônio da cidade, de Sergipe na verdade. Vende ali no lado da casa do IPHAN.

Ingrid: Que nem as rendas de Divina Pastora, né?

Sayonara: É! Mas a renda já é patrimônio imaterial. Bricelete não é ainda.

Ingrid: E a senhora sabe se já estão indo atrás disso, pra tornar patrimônio?

Sayonara: Eu não vi nenhum processo não... É porque também eu já fui do comitê do patrimônio imaterial do IPHAN, mas atualmente eu não to mais. Quando eu fui do comitê, eu era representante da secretaria de cultura. Como eu não to mais vinculada à secretaria de cultura aí eu não sei como é que andam os processos.

Ingrid: E a divulgação da arqueologia na cidade, a senhora vê alguma coisa acontecendo?

Sayonara: Não vejo nada. Essa exposição do IPHAN só, que eu achei muito bem montada. Eu acho que, precisa até... Tem gente que nem sabe que tá ali também. É outra falha... Que às vezes tem que republicar. Por exemplo, uma exposição que está em cartaz na casa do patrimônio do IPHAN esteve aqui no museu sessenta dias, e é como se ela fosse revisitada agora. Ela entrou na programação dos oitenta anos do IPHAN, foi o nome da exposição é “A paisagem cultural da Praça São Francisco”, foi o tema da semana de museus. Essa exposição é um projeto daqui do museu. Eu fiz essa exposição em maio de 2016. Quando o IPHAN fez oitenta anos achou interessante esse tema, aí pediu emprestada a exposição. Aí levou pra Aracaju, houve uma cerimônia, no dia dos oitenta anos do IPHAN. E depois essa exposição foi reinaugurada aqui. E é como se fosse re/ é uma outra exposição, porque tem gente que não tinha visto ainda. É um outro

público, né. Aqui a gente recebe mais escolas, lá é um outro público, pesquisadores e tal. Aí é como se a gente revisitasse também. E também a gente fez uma nova roda (...) porque a gente sempre faz assim: a exposição e convida alguns... Na época nós convidamos o superintendente do IPHAN, maio. Convidamos a professora doutora Lilian Wanderlei, que ela veio falar sobre a praça enquanto território geográfico. E como eu lhe digo, a gente procura aqui que os projetos sejam interdisciplinares. Chama a geografia, convida a história, as artes, a literatura... Por exemplo, nós vamos... Essa escola do dia quinze, o trabalho é sobre literatura. Então a gente tem essa interdisciplinaridade.

Ingrid: E aí, toda vez que vem uma escola, que são nas sextas-feiras, os artistas locais também são convidados?

Sayonara: Quando eles estão aqui expostos. E em outubro nós fizemos uma exposição com todos os artistas locais, inclusive foram doze artistas, e essa exposição depois foi convidada, foi pra Laranjeiras. Nós emprestamos os trabalhos daqui. E a gente também disponibiliza pra outras instituições. Essa exposição, inclusive, ainda está em cartaz em Laranjeiras.

Ingrid: Há uma comunicação, né?

Sayonara: É. Porque assim, em outra cidade... Ia ter o encontro cultural, a diretora solicitou, fez um ofício, solicitou a exposição e nós cedemos. Então os artistas de São Cristóvão já estão em Laranjeiras. E se alguém de Aracaju quiser, a gente também empresta.

Ingrid: Isso é muito bom, justamente essa comunicação...

Sayonara: E para os artistas também é interessante, né. Porque divulga o seu trabalho, divulga... Um dos artistas é professor daqui da cidade de artes, entendeu? E ele sempre faz trabalho com os alunos.

Ingrid: E enquanto profissional da cultura, quais são suas perspectivas para São Cristóvão?

Sayonara: É... A gente... Nós estamos sentindo assim: estão... É... A nova gestão da cidade tá muito empenhada nessa área. Tá com uma equipe muito capacitada e tem feito alguns projetos de integrar as instituições. Eu acho que São Cristóvão tem muito potencial e tá tendo assim, essa nova... Esperança de... De trazer o turismo cultural, que

é o forte da cidade. É o que deveria ser mais explorado. Mas infelizmente ainda não tem a infraestrutura necessária pra ser uma cidade, né... Desenvolver outros aspectos de infraestrutura: restaurantes, cafés, locais que as pessoas possam ficar mais tempo, tipo um hostel, um hotel, uma rede hoteleira aqui, que se interesse pela cidade...

Ingrid: É verdade... Um hostel seria uma porta de entrada, a meu ver, porque querendo ou não, o hostel é uma coisa mais acessível, mais democrática, né. Então tem muita gente que faz os mochilões e...

Sayonara: Então, é isso que precisava, talvez na cidade. Desenvolver essa... Essa... Ia ajudar muito a parte cultural também. Que a pessoa ia ficar mais tempo na cidade, ia poder conhecer os ateliês de artistas. Como é muito comum em outras cidades, né. Você vai pra uma cidade dessa, aí tem que voltar pra almoçar em Aracaju, entendeu? Eu acho um pouco complicado...

Ingrid: Acaba perdendo muito da cidade por causa desse traslado...

Sayonara: É, porque aí você tem que voltar, não dá tempo de você visitar tudo. Tem muitas pessoas que não conseguem visitar todas as igrejas em um dia. Tem todas as igrejas, tem os museus, os ateliês, até a culinária também que é interessante... Os beijos... E fora os povoados, né, que podem também desenvolver alguma atividade, né.

Ingrid: Falta um plano de turismo cultural, né...

Sayonara: Exatamente. Fazer uns roteiros, umas cartilhas.

Ingrid: E divulgar não só na cidade, né, divulgar em Aracaju.

Sayonara: até tem um vídeo rolando...

Ingrid: Eu vi esse vídeo recentemente.

Sayonara: É, aquele vídeo eu achei bem interessante.

Ingrid: E assim muita gente não sabe...

Sayonara: Porque é em inglês, né

Ingrid: Dá uma acessibilidade também. (...) Mas muita gente não sabe que aqui é a quarta cidade mais antiga. E aí, quando a gente veio no museu o Jorge ((guia do museu de arte sacra)) falou também, se eu não me engano que aqui é o terceiro museu de arte sacra.

Sayonara: (...) Eu até oferece o espaço aqui do museu caso vocês tenham alguma exposição já pronta. Porque eu acho que a arqueologia tem que desmistificar um pouco o que é a arqueologia, né. Porque muita gente acha logo que arqueólogo é Indiana Jones, aí tem tantas outras coisas interessantes na arqueologia.

Ingrid: Justamente. O museu ((de arte sacra)) ele é arqueológico porque ele é histórico, a parte histórica da arqueologia.

Sayonara: Precisa assim, fazer isso, né... Ir desmistificando a ideia da arqueologia. Tem arqueologia do olhar também, né? Que eu até acompanhei uma qualificação de doutorado sobre arqueologia do olhar.

Ingrid: São varias e várias vertentes da arqueologia. Tem arqueologia histórica e dentro da arqueologia histórica...

Sayonara: Tem a submarina, né?

Ingrid: Isso. Que é a do professor Gilson Rambelli, que trabalha com arqueologia subaquática.

Sayonara: Então, tem muita coisa mesmo pra vocês, tem muito material...

Ingrid: A gente tava conversando com o secretário de cultura daqui sobre o potencial da arqueologia aqui e essas ligações com a cultura. Porque ver o que os gestores da cultura estão fazendo, estão trabalhando, é também tentar entender como a arqueologia pode entrar, se esta sendo trabalhada, como pode ser trabalhada e se a gente pode somar também com vocês, pra até reafirmar o sentimento de pertencimento e trazer outra materialidade, outra visão sobre o patrimônio da cidade, que é um sítio arqueológico. E que isso tem muito potencial. E aí entender como tá sendo trabalhada a cultura, o patrimônio material, imaterial, como pode também ser somada a pesquisa arqueológica é um ponto muito interessante pra São Cristóvão também, né.

Sayonara: É... Hoje em dia ninguém pode mais trabalhar sozinho. Essa gestão compartilhada é muito interessante. Eu acho que a gente sempre... Que eu fico assim numa cidade, sempre procuro trabalhar os artistas locais, não adianta você tentar trazer os de fora...

Ingrid: Se você não tá valorizando o que tem dentro, né.

Sayonara: É, a gente sempre tenta promover esse diálogo... A gente trouxe também nessa exposição de outubro que eu falei artista de Aracaju, do Rio, tem um paulista. Mas, mais importante os daqui. Mas esse diálogo foi interessante, eles conversaram no dia...

Ingrid: Troca de conhecimento, né.

Sayonara: É... Uma artista também sergipana que já tá consagrada no mercado: Hortência Barreto, participou da exposição. Esse material já tá no *facebook* do museu. Sabe um evento que a gente fez também? Agora tem que ser no final da tarde, pra noite... Projetar nas paredes, a gente fez e foi muito válido uma exposição assim, projetando imagens assim, fotografias... Ficou muito maravilhoso. Porque São Cristóvão, final da tarde, ela muda a cidade. É como se fosse uma outra cidade, é muito interessante. Talvez pela temperatura, né... A noite já é uma outra cidade.

Ingrid: Até pra arqueologia da paisagem. Pra entender como foi idealizada essa estruturas arquitetônicas de acordo com a luz solar e tal. As pessoas também pensavam nisso quando começavam a levantar as paredes.

Sayonara: Agora eu vou voltar... Vou virar a entrevistadora ((risos))

Ingrid: À vontade ((risos))

Sayonara: Na arqueologia, você acha que essa praça é uma paisagem cultural?

Ingrid: Acho. Por todo... Mas aí vem, né... Por todo o outro significado que já foi dado. Ela tem traços hispânicos, ela é uma praça importante dentro do cenário de construção da cidade de São Cristóvão, o acervo arquitetônico é... (...)

Sayonara: Mas você acredita que o IPHAN acha que essa paisagem, essa praça não é uma paisagem cultural?

Ingrid: Então, eu já ouvi falar sobre isso ((risos)).

Sayonara: Eu até disse: “Eu achei, assim né, um paradoxo eles não acreditam que seja uma paisagem cultural e escolheu uma exposição pra celebrar os oitenta anos”. Entendeu?

Ingrid: Então, eu acho que...

Sayonara: Eu acho que nem eles sabem ainda o que é uma paisagem cultural. É que isso tudo tá sendo construído.

Ingrid: E é muito relativo também. De acordo com a pessoa que tá encarregada pra entender isso, a área da pessoa. Por exemplo...

Sayonara: É uma pergunta interessante pra ser feita pra população, se ela acha que é uma paisagem cultural? Não sei se todo mundo vai dizer que acha.

Ingrid: Então... Tem muita que diz que não acha. Ou então não vê a praça assim, só acha que “ok, é uma praça”. Muita gente fala isso, demonstra isso. E teve também os conflitos com o IPHAN né, que ocorreram logo quando a cidade foi tombada.

Sayonara: Tem cinquenta anos que ela foi tombada. Mas ela foi tombada a nível estadual em 1938. O estado foi precursor no sentido do tombamento.

Ingrid: Porque em 1937 é que teve um decreto institucionalizando o patrimônio no país...

Sayonara: E em 1938 a praça já foi tombada pelo estado, então a gente não tá tão... (...) O IPHAN só foi fazer isso em 1967. A praça, né. Porque a cidade foi um pouco antes, acho que a cidade pelo IPHAN... Foi antes, 1941, eu acho.

Ingrid: Pois é. Então assim, falando ainda sobre o que o IPHAN comenta e tal, eu enquanto arqueóloga, acho sim que a praça é uma paisagem cultural, que faz parte do processo cultural na cidade. E assim, como tá muito próxima da igreja, faz parte desse conjunto, provavelmente deve ter pessoas enterradas aí, elevando o potencial da praça.

Sayonara: Principalmente, essa escavação que eu falei que tenho notícia é ali na frete do museu histórico. Agora outro potencial que poderia ter são essas lápides aí atrás ((atrás do museu)). Eles podiam fazer um projeto pra abrir esses negócios aí ((risos))

Ingrid: A gente até comentou isso, mas eu acho muito difícil ((risos)).

Sayonara: Mas tem uma lápide aí que é bem famosa, eu até compartilhei a história do cavaleiro da ordem da rosa, que está enterrado aí. Tem a história dele toda. Eu compartilhei no *facebook* do museu.

Ingrid: Isso é bem legal e a arqueologia tem vindo no sentido de querer escutar a população... Coisa que antigamente escutava, mas não escutava tanto, não se valorizava

tanto quanto hoje em dia. E eu trabalho com essa temática da arqueologia pra quem, pra quem preservar... Você escava os sítios arqueológicos, colocam em museus, mas precisa ter contextualização social.

Sayonara: Você tá trabalhando com memória, você só preserva aquilo que tem poder pra preservar. As narrativas que foram construídas é de quem teve um certo poder. Mas será que essas histórias excluídas não ficaram de fora?

Ingrid: Isso. E geralmente tem história excluída.

Sayonara: Outra coisa que eu acho... Não tem monitoria ai né ((em relação ao IPHAN)). Porque eu acho tão bonito, tão bem montada aquela exposição.

Ingrid: Ela é muito bonita aos olhos, mas ela tem falhas. Mas o pessoal do IPHAN vai reorganizar tudo ali.

Sayonara: É, faltou uma narrativa ali. Faltou o papel de um museólogo ali.

Ingrid: Justamente isso que eles estão tentando organizar.

Sayonara: Entendi.

Ingrid: Então... Pra finalizar, o que eu to sentindo aqui é um esforço entre os gestores pra poder inovar e trazer o público, a cultura e fazer acontecer.

Sayonara: Eu acho que juntou forças, né. Coincidiu com a mudança da gestão, coincidiu com o interesse, coincidiu com a preocupação com a praça... São coincidências felizes, né. Com a vontade de fazer de todo mundo, eu acho que tem muito potencial.

A quarta transcrição é da entrevista de Flávia Klausling, diretora da casa do patrimônio, que pertence ao IPHAN. A entrevista ocorreu no dia três de fevereiro de 2017, as quatorze horas e teve duração de trinta minutos.

Ingrid: Vamos começar entendendo um pouco da sua trajetória até aqui, fazendo ações culturais.

Flávia: Sou formada em história pela UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e já na época da formação, lá na graduação comecei a trabalhar com pesquisa na iniciação científica. Aí eu trabalhei com a professora de história da arte e a gente começou a trabalhar/estudar tanto a questão da arte brasileira no período colonial, aí eu ajudava ela

tanto nessa questão de pesquisa, na monitoria de aula e também na... é... e também nessa questão de realização de eventos, né... Nessa área de arte e cultura. E, junto com ela... Antes mesmo da graduação, eu sempre tive interesse nessa área de museu, patrimônio... Nessa área cultural em geral, né...

Ingrid: Uhum.

Flávia: E...Aí logo depois que eu me formei, eu comecei a trabalhar num órgão em Minas que chama Superintendência de museu do estado de Minas Gerais, que aí coordena cinco museus lá em Minas Gerais: O museu mineiro, o museu casa Guimarães Rosa, o museu casa Guinhá, o museu casa Afonso Guimarães e o museu do crédito real. Aí eu trabalhava no setor de pesquisa lá. Trabalhei tanto em projeto de documentação, trabalhei na catalogação no museu Afonso Guimarães, que é em Mariana; Como também na revisão e atualização da expo grafia dos outros museus ---Museu mineiro, casa Guinhá, do Afonso também--- e fazendo atividades diversas de eventos, produção cultural dentro desse órgão. E ao mesmo tempo também que eu tava, eu comecei o mestrado, dando continuidade à pesquisa que eu comecei na iniciação científica, né... Que era de arte colonial. Aí eu fiz o mestrado na UFMG também, dentro da história da cultura e... É... Aí assim que eu saí da superintendência, eu sempre trabalhei nessa área de... Continuei trabalhando em projetos museológicos e de pesquisa. Aí eu trabalhei num trabalho de inventário da santa casa. Trabalhei num projeto de implantação de um museu no interior, que era o museu da cachaça, nas Salinas, lá em Minas, junto com uma equipe que fazia parte da UFMG e o governo do estado também.

Ingrid: Uhum.

Flavia: E... Depois eu comecei... Porque em Minas tem um trabalho junto ao governo estadual, um órgão que chama que chama IEPA (Instituto do Patrimônio Estadual) que ele faz um trabalho de assessoria junto aos municípios (...) E aí tem várias empresas que foram criadas lá em Minas justamente pra ajudar essa consultoria aos municípios, né... Fazer pesquisas, estudos... Que aí o município faz parte de um plano lá de... Estudo e pesquisa do patrimônio da cidade, que aí ele faz uma legislação própria, criação de um fundo e também um trabalho de reconhecimento do patrimônio da cidade, aí ele recebe uma verba do governo do estado, em cima do ICMS, que chama/esse programa chama ICMS cultural. Aí com esse trabalho surgiu uma demanda, né, de... De empresas que atuam na área de preservação cultural e... E... E BH (Belo Horizonte) tem muita empresa

desse tipo, né... Aí eu comecei a atuar também. Primeiro como autônomo né... Nessa área, dando assessoria para os municípios. E depois eu entrei numa empresa que chama Estilo Nacional, fiquei fixa lá. E... É... Aí a gente trabalhava tanto dando assessoria, quanto também em projetos de restauração, pelo estado, ou pelo país também. Aí no caso eu fazia a questão do histórico pro projeto de restauro e também via essa questão do uso, de como tava sendo o... É... Utilizado, como ta sendo usufruído esse patrimônio pela comunidade, pra poder ver também como a gente ia chegar pra fazer parte com o processo de restauração.

Ingrid: Uhum.

Flávia: Aí eu fiquei lá algum tempo e... Aí a gente também atuou em alguns projetos de patrimônio imaterial, alguns projetos pela lei Rouanet também, com a folia de reis, por exemplo, uma folia lá do estado. Trabalhou lá no Macapá também, fazendo o IRMC pro... Que é uma metodologia do IPHAN, né... Pra uma forma de expressão lá que chama Marabaxo... E... E aí foi isso. Aí eu fiquei lá e enquanto eu tava lá, eu comecei a fazer o doutorado. Entrei no doutorado na UNIRIO --- que é em patrimônio e museologia---. Que aí eu queria unir, justamente, essa área que eu já estudava de história da arte, que era a minha área de formação, com essa atuação profissional que eu tinha, tanto no patrimônio como na museologia, né... Aí eu desenvolvi uma pesquisa relacionando museu e arte e concomitante, eu continuei fazendo trabalho pra essa empresa e é isso... Aí quando foi depois... Tem quanto tempo que eu entrei aqui ((pensando)), tem três anos agora, em 2014 eu fui chamada pro concurso aqui e to aqui desde então. Aí eu atuo tanto como... A princípio eu comecei também... Desenvolvendo um pouco de pesquisa dos bens tombados aqui... Aí depois começou a diversificar a atuação, desde projeto de educação patrimonial (...) Como também ações em cima do patrimônio imaterial do estado, né...

Ingrid: E como é que você chegou aqui em São Cristóvão?

Flávia: Então... São Cristóvão foi um... Quem atuava aqui na casa do patrimônio... Quem atuava aqui desde a fundação, em 2009/2010, foi justamente no contexto de que a praça São Francisco tava sendo votada como patrimônio mundial. Então o IPHAN adquiriu essa casa aqui. E existem dois tipos de casas em conjuntos tombados, né... Um é escritório técnico e o outro é casa de patrimônio. O escritório técnico, tradicionalmente, dá assessoria na questão de fiscalização aos bens tombados, dar apoio

ao morador, de como conservar esses bens. E a casa de patrimônio surge como uma espaço de interlocução também com essa comunidade, de educação patrimonial. Esse espaço aqui ((casa do Iphan de São Cristóvão)), oficialmente ele não é nenhum dos dois, mas a gente atua nos dois âmbitos. E desde 2010 quem é a chefe do escritório aqui Klecstane Lucena, mais conhecida como Cris ((risos)). E ela já tá aqui/ ela também é formada em história e ela, desde o início da abertura da casa já fazia ações de educação patrimonial na casa, fazia... Também muitos trabalhos em cima da... Tanto com os professores quanto com os alunos das escolas da cidade. Então ela tava desenvolvendo ações muito no âmbito dessa... da... Filosofia da casa de patrimônio, né. E como ela se teve filho recentemente, estou como chefe substituta. Antes disso, eu dava assessoria bem pontual assim, porque como a demanda do estado é muito grande, né... E a gente não dava conta, né, de dar essa assessoria, aí com a licença dela é que eu comecei a vir pra cá. E a gente tanto desenvolve essas ações também de educação patrimonial, oficinas e intercâmbio com a comunidade, como também faz parte aqui da ação da casa a comissão gestora da Praça São Francisco; que é uma... Obrigação do... Todo bem reconhecido como patrimônio mundial, ele precisa ter tanto uma comissão gestora, como também um plano gestor, que vai definir as prioridades de atuação dentro desse patrimônio. E... Aí a comissão gestora aqui da Praça São Francisco, ela é formada por órgãos da prefeitura, do estado, por representantes da sociedade civil e das organizações sociais e pelo IPHAN. E aí a ideia é a união entorno do patrimônio da cidade e a definição desses parâmetros para atuação, né... A gente ainda não concluiu o plano gestor, por ele ainda estar na fase de diagnóstico. Agora a portaria que exerce essa comissão gestora, na verdade, ela tá sob-revisão, porque ela venceu agora esse mês (fevereiro) e a gente vai rever a conformação dela, que tem um pedido que tenha uma maior representatividade da sociedade civil.

Ingrid: Uhum.

Flávia: E a ideia é terminar ainda esse plano de gestão pra gente poder/E assim, mas de toda forma, mesmo sem o plano de gestão, a gente já tá desenvolvendo ações conjuntas, né... Você tem o aniversário da chancela, que geralmente é dia primeiro de agosto, que a gente faz um evento concomitante. Esse é um exemplo, mas tem vários outros exemplos que a gente faz de ação conjunta. Por exemplo, essa exposição que a gente inaugurou, as ações da casa também... Ela é uma parceria com o museu de Arte Sacra. Então tem vários exemplos nesse sentido.

Ingrid: Quais os eventos específicos para a Praça São Francisco que já foram realizados ou que estão para ser realizados?

Flávia: Geralmente, assim, tem um calendário cultural da cidade que a gente acompanha também, né... Por exemplo, tem a semana santa, tem os eventos também, geralmente a gente dá apoio pra arquidiocese, né... Na realização das procissões... Também no tapete de *Corpus Christi*... Tem várias procissões e celebrações ao longo do ano que a gente dá esse suporte... Tem esse aniversário da chancela que é entre julho e agosto... Tinha antigamente uma feira/ ano passado a gente chegou a fazer uma edição só de uma feira cultural, que é também com parceria com a Associação de artistas plásticos daqui. E... Tem um... Um arraial que foi feito ano passado... Aí assim, já tem um tempo também (...). Ano passado a gente trabalhou em cima de recursos bem poucos assim, além de não saber se vai ter recurso ou não... A gente montou uma programação também não orçamentária, né... A gente pensou algumas coisas que a gente poderia fazer sem dinheiro, em cima dessas parcerias e a gente realizou duas mesas redondas. Uma na semana de museus em cima do temo que já foi proposto pela semana de museus que era Economia criativa... Ah não, essa foi na primavera de museus... A semana de museus... Não, na semana de museus a gente não teve mesa redonda. A gente reinaugurou a exposição dos barcos, com visita guiada. E começou a fazer também uma sessão de projeções de filmes na praça, que a gente faz a projeção na fachada da santa casa. E... Ah, foi no aniversário da chancela que a gente realizou a mesa redonda sobre gestão cultural. Aí buscou tanto gestores públicos, gestores privados e ONGs pra poder dar essa completude, sobre a gestão cultural nos vários âmbitos. Aí a gente tava tentando realizar isso... A parceria também com a UFS (Universidade Federal de Sergipe) era uma outra coisa que a gente tava fazendo, visando também ações não orçamentárias e dinamizar a casa, né... Aí dessa ação surgiu tanto a questão da reativação do laboratório de arqueologia urbana, como também o grupo de pesquisa (Arqueologia do Meio Atlântico- AMA) e aí a gente vem tentando atuar também fazendo exposições, oficinas. Ano passado a gente fez uma oficina também de... Várias oficinas de técnicas artísticas, que era pra ter sido realizado dentro do aniversário da chancela, mas acabou sendo realizada, por burocracia, só em novembro. E... Mas acho que... Isso nesse cenário de pouco recurso, né...

Ingrid: Entendi.

Flávia: Nosso ideal é: se tivesse um pouco de recurso a gente quer que as ações sejam mais continuadas, né... E que sejam mais democráticas também. Então assim, a gente quer que a casa seja ocupada... Aí nossa ideia é que se surgir algum recurso, a gente cria um edital, ou alguma coisa assim, pra ocupação tanto de oficina quanto de exposição também... E que a gente continue também fazendo essas rodas de reflexão com a população... De conversas também, ter esse apoio e também... Por exemplo, agora que surgiram os editais pela secretaria de cultura também... A gente tá dando um apoio pra formatação dos projetos. A ideia é ajudar na dinamização cultural da cidade, né? Porque você vê que tem uns discursos que a cidade tinha uma efervescência cultural e artística que foi se perdendo ao longo do tempo... Então a ideia é ajudar, né. Acho que tem um cenário... Assim... Político e econômico que tá difícil pra todos os órgãos, então eu acho que é fazendo essas parcerias que a gente consegue realizar alguma coisa, né.

Ingrid: E o que você tem achado, você que trabalha muito com isso, da ligação do público com a praça, que é o patrimônio da cidade?

Flávia: Então... Eu acho que primeiro historicamente, você tem tanto com relação ao o órgão também, assim... Você tinha uma noção de patrimônio que era um pouco dessa coisa intocada, de que você preservava também... É... Você tinha uma noção de preservação deixando ela como era, então essa coisa um pouco romântica da preservação, que o próprio IPHAN ajudou a propagar. E além dessa visão romântica, junta também que o órgão tinha também uma postura um pouco autoritária, eu acho, com a população... Disso surgiu, eu acho... Um... Uma noção impregnada de que o patrimônio pra ser preservado, você tem que deixar ele um pouco intocado, o que choca até com os valores e os critérios que levaram a valorização como patrimônio mundial. Porque não foram só os valores estéticos e históricos que levaram, né... Foi também a praça como congregação de manifestações culturais, que historicamente, você... Falam, né, que vários grupos aqui de Caceteiras, as cheganças, elas tradicionalmente, se encontravam aqui, né. Aqui era meio que um ponto de confluência, né, dessas manifestações e também essa série de outros festivais, que eles falam dessa efervescência da cidade, da época que São Cristóvão era um polo ainda artístico que também funcionavam na praça. E hoje em dia você não vê tanto essa efervescência e eu vejo até também como a própria conformação da praça, né... Você vê que não tem tanta árvore, tanta vegetação... Num horário como esse, por exemplo, que a gente tá, uma hora da tarde, a gente não consegue nem ficar lá...

Ingrid: É verdade.

Flávia: A não ser que você esteja embaixo da única árvore existente. Então você tem primeiro essa dificuldade, que é climática ((risos)). Mas você tem... Eu acho que conjuga com essa tradição também desse entendimento de que o patrimônio é uma coisa intocada, e... E acaba que você tem que fazer um trabalho tanto dentro de um próprio órgão também, né... De... De até discutir sobre esses conceitos atuais também, né, de preservação...

Ingrid: De desconstruir...

Flávia: Isso... Que vão privilegiar muito mais essa questão do uso, né... Questionar: Esse patrimônio é pra quem? É da comunidade... Então se você não usar e não apropriar desse patrimônio, ninguém vai conseguir, na verdade, dar conta da preservação. Porque a preservação é em conjunto, né? E esse patrimônio é de quem convive com ele, mais do que do órgão ou do turista ou do visitante, né? Então assim, essa questão da apropriação como sendo o centro também, é uma coisa muito recente do órgão, né? E é um trabalho de formiguinha que você vai fazendo dentro da... Por isso que o trabalho de preservação patrimonial é tão importante também... Mas eu acho que é importante fazer o trabalho de educação patrimonial além das escolas também, que aí já é outro adicional. Mas tem que ter como chegar nos outros segmentos da sociedade, né? Você vê, quando a gente vai acompanhar --- é que eu não trabalho na fiscalização--- mas quando a gente vai acompanhar na fiscalização, você vê que tem um ressentimento da população com o órgão. Você vê que o conjunto é tombado desde 1956. Então é sempre isso, desde essa época, o órgão tá pra poder restringir... E assim, hoje em dia é que se tem um entendimento maior da questão da preservação, que tem uma flexibilidade maior. Às vezes o fiscal vai levar em conta essa questão do uso... Nem sempre, né... Mas assim, a tendência é acontecer isso, né. Então tem que ter também um apoio pra população que mora nesse centro urbano. E um trabalho com essa ideia em geral, com a população em geral. Porque quem tem que usufruir da praça não é só quem mora nesse centro, nesse perímetro... Aí a gente vê que a cidade tá bem espraiada... Tanto na zona rural, você tem outros núcleos urbanos bem grandes, como o Rosa Elze (bairro de São Cristóvão), Eduardo Gomes, que fica bem desvinculado desse centro... Então é um trabalho hercúleo de integrar todas essas zonas.

Ingrid: E enquanto profissional que está ligado com a cultura, quais são suas perspectivas aqui pra São Cristóvão?

Flávia: Então, cada vez mais eu acredito na gestão compartilhada, por mais problemas que tenha as vezes de questões políticas, né... Quando, sei lá, um governo estadual não se dá com o municipal, isso as vezes, gera uma série de conflitos, né, referentes a essa gestão compartilhada. Mas eu acho que cada vez mais é o:: O caminho pra você chegar em alguma ação, né. E é o caminho que vem sendo trilhado há algum tempo. Tanto dentro sistema nacional de patrimônio, como o sistema nacional de cultura, que prevê essa gestão integrada pra evitar também tanto retrabalho como também nesse cenário, né, de pouco recurso... Essa união de forças em torno de um bem maior. A importância é de tirar os órgãos do centro, quem tem que tá no centro, eu acho, é o patrimônio e a cidade, os moradores. Então a gente tem que trabalhar em cima desse objetivo central que é o bem em si. Então eu acredito tanto no potencial da questão da gestão compartilhada, que ainda eu acho que é uma coisa que o IPHAN tá iniciando ainda. Porque historicamente ainda, ele tá muito preocupado no reconhecimento e não pensa tanto na gestão. Ultimamente ele tem criado tanto metodologias de gestão, onde você tem novas formas de proteção como a chancela da paisagem, por exemplo, que é ela é focada na gestão. O patrimônio imaterial, que todo o processo envolve a população e que tem todo um processo de salvaguarda também que vai além do reconhecimento. Então essa preocupação da gestão ela é recente...

Ingrid: Mas já tem mobilizado...

Flávia: Já tem mobilizado e eu acho que é importante a gente pensar... Eu acho que é a questão central, eu acho, hoje em dia é a gente pensar nessa questão do patrimônio que já ta reconhecido, né. E no trabalho com a comunidade também. Como profissional, eu acredito nessa concepção mais atual de preservação, de que você tem que envolver a população e de que também o uso é importante. Que esse patrimônio é, a princípio, da comunidade e para a comunidade. Então o ideal é você envolver a população desde o início. Então como isso já foi/ Os bens que já são reconhecidos, por exemplo, o conjunto. Ele foi reconhecido na década de 1950 e ainda não tinha esse entendimento na época. Então você já não teve esse envolvimento, mas tentar ir atrás desse tempo perdido... Perdido não, né... Mas tentar fazer um pouco diferente a partir de agora e isso é um trabalho em longo prazo.

Ingrid: Você fala muito da comunidade e que é necessário tudo isso, mas como é que tem acontecido a divulgação das atividades que são feitas, até da própria exposição que tá tendo aqui na casa?

Flávia: Então, a divulgação é um dos nossos pontos mais falhos que a gente tem na instituição. A gente tem uma página no *Facebook* que ajuda a divulgar um pouco. E o que chega mais na população é o carro de som, mas nem sempre a gente tem... As vezes a gente tira do bolso, né ((risos)), ou a gente tem que ter dinheiro pra isso, porque geralmente o dinheiro que vem é pequeno, aí não cobre essa questão do plano de comunicação e divulgação. Ou a gente tende a chamar também, é... Falar com a prefeitura esse apoio e tenta divulgar via cartaz e entrega de folhetos, né, e no boca a boca. Essa é a forma que a gente tem: indo nas escolas, nos principais pontos da cidade e colocando cartazes.

Ingrid: E tá dando certo?

Flávia: Então a gente tem essa dificuldade de trazer o público justamente... eu coloco primeiro essa resistência que o público tem em relação ao órgão. Isso é uma dificuldade já de você tirar isso. Outra coisa é geralmente a gente não ter a verba pra divulgação, não ter pessoal pra fazer isso, ficar por conta disso. Outra questão é que as vezes também a gente não tem o tempo pra divulgar... Essa exposição mesmo foi coisa de uma semana entre a montagem e a divulgação e tudo... Então a gente tem essa dificuldade mesmo, de fazer a divulgação, de ter um plano pra divulgação. Primeiro também porque a gente não tem pessoal da área, né, no órgão, só na sede. Então a gente não tem essa assessoria, e é feito meio que de forma amadora, vamos dizer né. E desse jeito, sem dinheiro, sem tempo... Aí é uma coisa que eu acho que a gente tem que centrar mesmo, essa questão da divulgação.

Ingrid: Essa pesquisa tá colocando vozes de pessoas que nem sempre tem espaço. Diante disso, o que você acha dessa pesquisa? Qual contribuição você poderia fazer?

Flávia: Eu acho que é uma discussão que é importante ser feita. A contribuição... Eu acho que é em cima da atuação do IPHAN. Mas como eu te disse também, a minha atuação, principalmente dentro de São Cristóvão é muito recente, né... Eu tenho a minha atuação aqui e tenho um pouco de informação que pode contribuir em cima do órgão.

A quinta transcrição foi da entrevista de Márcio Alcântara, conhecido como Márcio “Moral”. Ocorreu no dia três de fevereiro de 2017, às quinze horas e teve duração de quarenta e cinco minutos.

Ingrid: Como você começou a trabalhar com cultura aqui em São Cristóvão?

Márcio: Veja... Considerando a cultura de uma forma generalizada a gente... É... Sempre tive um envolvimento em algumas cidades do nordeste aí como Recife, mais precisamente em Olinda. Morei em Salvador, onde todos esses polos a cultura era bastante rica e também o prazer e a oportunidade de morar também em Porto Seguro e com isso, a gente que já é admirador... E aí, tudo isso que tá acontecendo hoje no nosso município eu já vi isso em décadas passadas. Houve um distanciamento da cultura, ela passou um tempo adormecido e hoje ela, a partir de uma gestão aí, acredita que o ano de 2008, ela deu uma alavancada em uma administração recente. Então ela deu uma alavancada e veio com força o festival de artes de São Cristóvão, veio um São João maravilhoso com uma recapagem que chamou muita atenção. É tanto que as pessoas costumavam sair daqui do município pra os municípios vizinhos, como Areia Branca, Itaporanga D’Ajuda, mesmo o forró que acontecia em Aracaju e, no entanto, nesses anos que voltou com essa força, às pessoas não saíram do município. Então aqui ali me despertou até o interesse de retornar, de voltar pra cidade. Então, na área de artes plásticas, visuais e tal, eu aprendi a fazer a parte de entalho na madeira, a parte de

xilogravura e tal. E surgiu a oportunidade de... (...) E como a gente tava passando por um período muito difícil, que era a questão da violência há um ano, dois anos atrás, é, mas era mais constante no município ela tinha sempre um sobressalto. Então as pessoas estavam todas se voltando pras suas casas, pra se trancar em suas casas. Então eu vi a necessidade pra que as pessoas povoassem as ruas. Porque quando você povoa as ruas, você acaba inibindo a ação de... Né... Pelo número de pessoas que estão na rua. Porque se só tem uma ou duas pessoas na rua, a ação de quem vem praticar o mau, né... Vai obter o êxito com certeza. E quanto mais você vai ter gente na rua vai inibir essa possibilidade. Então veio essa ideia de montar o grupo, o movimento MIPASC que é o Movimento Independente Popular Amigos de São Cristóvão, com essa intenção, de fazer o entretenimento das pessoas, buscando trazer as pessoas para as ruas, que é justamente o que o movimento tem feito ao longo do tempo. Que o movimento costum/fez uns forrós, né. Que as pessoas até então não tavam indo pra... Pra... Nenhum evento assim, dessa natureza. Nós tivemos a preocupação, o movimento teve a preocupação de... Fazer esses...

Ingrid: Essas ligações...

Márcio: Essas ligações, mas... E esses eventos, mas... É:: tendo a preocupação de não ter bilheteria. Porque uma bilheteria estando aberta, qualquer pessoa tem esse direito, comprou o ingresso, tem o acesso. Então a gente convidava as pessoas em suas casas, levava os convites, e essas pessoas não precisavam... Quando o:: É:: Esse número de pessoas atingisse o numero desejado por nós, é:: o evento começava e não tinha bilheteria. Justamente porque você aí, naquele espaço que é fechado, você tava dando, na verdade, com pessoas e com famílias.

Ingrid: E hoje em dia, quantas pessoas fazem parte desse movimento?

Márcio: Nesse movimento... Nós temos um tripé que é de onde parte tudo. Que é composto por três pessoas, um tripé, que sou eu, Márcio Alcântara, Efigênia, uma professora aposentada e Dona Valdete Espinheiro, também uma professora aposentada. No momento elas não puderam estar aqui porque elas tem outras atividades e mandou até pedir desculpas e, mas que em outra oportunidade, vai querer conhecer você.

Ingrid: E quais são as atividades que vocês geralmente fazem aqui, que relacionem cultura e patrimônio?

Márcio: Veja... O que nós... O que relaciona o patrimônio são feiras, a gente participa de feiras culturais, levando... Levando alguns trabalhos de pessoas que estão envolvidas no movimento, como é o:: seu Rubens Maia, que é um artista local. A gente busca as pessoas. Dentro desse movimento nós... Nós resgatamos um bloco de rua, que é o bloco do MIPASC, onde a gente, além de... De colocar pessoas envolvidas no movimento, a gente busca também levar... Figuras do folclore local.

Ingrid: Você já participou de algum evento aqui sobre arqueologia?

Márcio: Não, sobre arqueologia não. Na verdade já teve aqui alguns trabalhos, né... No entanto, eu ainda não morava aqui, não tinha retornado pra cidade. Mas teve a oportunidade depois de todas as escavações, de todo o trabalho feito, eu acompanhar o que foi retirado, e tal.

Ingrid: Em relação a praça São Francisco, vocês já realizaram algum evento aqui na praça? Ou você já participou de algum evento aqui na praça?

Márcio: Já sim. Participamos de um abraço simbólico que já teve aqui, que teve na praça. Já participamos da:: De uma feira de artesanato, no qual o MIPASC participou com algumas comidas típicas do... Do... Município e com alguns... Alguns quadros, alguns trabalhos da minha autoria aqui. É... Na Praça São Francisco também participamos agora... De um sarau recentemente... E acredito que outras atividades que no momento foge à memória.

Ingrid: Muita coisa, né? Atividades múltiplas. Vocês colocam música, dança, artes plásticas, né?

Márcio: Sim! Quero... E também vale ressaltar que o jornal que eu to passando pra sua mão, o “Tribuna Sergipe Del Rey”, ele é um filho justamente do movimento MIPASC. Esse jornal nasceu do movimento MIPASC. Depois de... De várias reuniões, de várias atividades nossas, surgiu o interesse e das pessoas que fazem parte do movimento de criar um jornal que tivesse uma... Uma tiragem mensal que as pessoas ficassem sabendo do que estava acontecendo, do que estava rolando na cidade.

Ingrid: E MIPASC tem quantos anos?

Márcio: Três anos.

Ingrid: E nesse jornal, vocês abrem espaço pra todo tipo de divulgação? Se tiver algum evento é só procurar?

Márcio: Sim. No entanto, o jornal surgiu do... Surgiu, é filho do movimento MIPASC, como eu acabei de citar, mas não é nossa responsabilidade. A edição, a direção, existe uma direção no jornal, composta por secretário, por... Por editores e tal e eles respondem por essa parte. Mas o jornal é aberto sim pra atividades, pra o que acontece no município.

Ingrid: Hoje em dia, depois que a praça virou um patrimônio, o que você acha sobre a ligação que a praça tem com a sociedade de São Cristóvão?

Márcio: Veja... Existe um grande equívoco no município de São Cristóvão em relação a praça. Eu mesmo... Eu mesmo vou falar a minha verdade, o que eu acho... Quando a cidade... Não foi a UNESCO que veio pra São Cristóvão pedir pra praça ser patrimônio da humanidade. Houve um... Uma comissão que... Despertou esse interesse e essa... Essa... Pra que São Cristóvão viesse a ser patrimônio da humanidade necessitou que fosse feito uma auditoria, que as pessoas fossem consultadas e que houvesse assinaturas diversas, milhares de assinaturas, com o consentimento dos moradores de São Cristóvão pra que a praça se tornasse patrimônio da humanidade. No entanto, depois que a praça passou a ser patrimônio da humanidade, eu acredito que as pessoas... A própria sociedade ela anda um pouco na contra mão... No sentido de que: eu tenho o conhecimento, como participo de várias reuniões, na... Na... No IPHAN e tenho um determinado conhecimento dentro dessas reuniões que eu tenho participado. No entanto, as pessoas que não participam, falam o contrario da praça. Na verdade a praça esta aí. A praça é um... É um... Um cenário aberto para que todos os movimentos, seja ele político, seja ele social, seja ele cultural, seja realizado na praça São Francisco. No entanto, as pessoas acreditam que/ acham que na praça existe um muro, para que as pessoas frequentem a praça. Não é. Eu tive, eu já tive em algumas secretarias, principalmente na prefeitura de São Cristóvão e o prefeito da época, acredito que era... O senhor Alex Rocha, ele me falou que as pessoas que falavam do movimento da praça, que a praça estava blindada e tal, ele me falou que todas essas pessoas nunca foram lá na prefeitura e nem nunca foram lá no IPHAN pedir para que um evento de tal natureza fosse realizado na praça.

Ingrid: Então o pessoal não se interessa pela praça?

Márcio: Justo. Não se interessa pela praça. Não se interessa pelo que vem antes da praça. O que você... A forma de você explorar a praça. Porque existe... Existe... A:: Um regulamento que está lá: o que você pode e o que você não pode fazer na praça. Não é que você não possa é... Povoar a praça. Mas existe lá um regulamento: que você não pode abrir buracos na praça, que você não pode encostar estruturas metálicas nas paredes que estão aí tombadas. Que você não pode usar um som de um... Um decibéis acima de tal... Então tudo isso, de repente, as pessoas não tem conhecimento. Então acreditam, acham que existe um muro entre a praça e a sociedade e isso não é verdade.

Ingrid: Mas vocês estão fazendo eventos sempre que dá, né?

Márcio: Sempre! O IPHAN sempre foi parceiro. Sempre Parceiro. Por isso que eu to falando a minha verdade, porque sempre que buscamos o IPHAN, a secretaria do IPHAN, sempre eles abriram parceria e sempre a praça tá à disposição. O próprio prédio do IPHAN também, tá sempre à disposição do movimento MIPASC.

Ingrid: Voltando rapidinho pra arqueologia. Como você falou, aqui já teve algumas escavações e São Cristóvão é um sítio a céu aberto de arqueologia. Você acha que falta divulgação aqui sobre a arqueologia?

Márcia: Sobre arqueologia não. Aqui falta divulgação geral. De forma geral. As coisas aqui só divulgam depois que acontece. As pessoas só ficam sabendo depois que acontece. Infelizmente.

Ingrid: Isso é complicado mesmo. Agora mesmo, tá acontecendo uma exposição lá no IPHAN e muita gente não sabe. E aí a gente até conversou mais cedo com eles e eles falaram realmente isso, que infelizmente ainda é um dos problemas da instituição.

Márcio: Eu diria... Nós temos agora o museu da polícia e eu tenho certeza que 80% da população do nosso município nunca visitou o museu da polícia.

Ingrid: E você, enquanto movimento, não tem como vocês fecharem parcerias pra levar pessoas mais idosas pra esses lugares, pra conhecer mesmo. Vocês já pensaram em algo desse tipo?

Márcio: Sim. O movimento MIPASC vem agora nesse período de 2017 (...) nós não fizemos nenhuma atividade. A última atividade nossa foi a serenata natalina, no período do natal, e aí agora nós estamos começando a se reunir, a direção... (...) Sim, outra coisa que eu esqueci de ressaltar, né, nós temos, depois desse tripé de onde parte... Nós temos

uma equipe de apoio fantástica, que... Que... Tudo que o MIPASC faz, justamente tem a parceria e a mão dessa galera, dessa equipe de apoio, que deve ser entre dez a quinze pessoas, que as pessoas se colocam a disposição. (...) Então o MIPASC vem esse ano com uma nova roupagem. O que nós estamos querendo buscar? Essa semana nós fomos convidados pra participar de uma reunião onde estariam sendo abertos alguns editais na área de cultural, na área tal... E onde o MIPASC participou dessas reuniões e:: E tá buscando junto ao pessoal do IPHAN, que vai dar uma assessoria pra gente, que tem um conhecimento maior, pra ver se a gente participa de alguns desses editais pra que a gente, amanhã se formos contemplados, aí estamos viabilizando esse ano, pra gente buscar atender, como já fizemos durante esse tempo, esses cafés, essas discussões... É... A gente buscar justamente nos povoados e nos locais mais distantes do centro da cidade, pessoas de baixa renda, que não tem condições de sair das suas casas no final de semana pra passear, um domingo de sol, de festa... Nós estamos buscando justamente esses editais e se nós viermos a ser contemplados, nós temos um caixa, feito por nós mesmos, para que no início de qualquer que seja a atividade a gente ter uma grana, pelo menos pra começar a sair do lugar. Porque sem um caixa você não sai do lugar. E:: O MIPASC nunca fugiu dessa linha que é um movimento independente e popular. E isso nunca fugiu. Durante os três anos o MIPASC só busca parcerias, parcerias essas que nós temos contrapartidas. São trocas de favores. Mas o MIPASC não está ligado a nenhum movimento político, nenhum partido político, não está ligado a prefeitura. Nós dependemos sim, da prefeitura, do espaço público e tal, mas tudo isso nós fazemos através de ofício e levamos a contrapartida, que é justamente o entretenimento das pessoas que acompanho o nosso município.

Ingrid: Muito bom isso que vocês tão fazendo! E você, enquanto profissional de cultura, quais são suas perspectivas sobre as atividades culturais que vão ser feitas ou estão sendo feitas aqui em São Cristóvão nesse ano?

Márcio: O que a gente tá ouvindo na cidade é que tá se levantando aí uma plataforma aí de inúmeros movimentos e inúmeras atividades, mas que ainda é uma incógnita. Como o nosso município vem há alguns anos aí adormecido, a gente espera ver as coisas em evidência pra que a gente possa falar um pouco mais na frente. Mas eu até acredito. Eu tenho dito até que a autoestima dos moradores de São Cristóvão tem surtido certa relevância. Eu tenho acompanhado a cidade e a gente já tá vendo nas pessoas um aumentozinho na autoestima. Eu acredito que coisa boa deve vir por aí.

Ingrid: E em relação a arqueologia, ela tem um papel social também dentro disso tudo, ela busca sensibilizar as pessoas pra que se conheça a história da sua cidade, pra conhecer o que já aconteceu aqui. E você acha que seria uma coisa legal uma parceria do pessoal da arqueologia com o pessoal da cidade, pra que fique mais fácil de entender, quando a gente fala assim: “Ah, nós somos arqueólogos. Ah, nós somos do IPHAN”. Pra que não tenha tanto isso de “Ah, o IPHAN só quer brigar comigo porque eu quero pintar minha casa”. Você acha que seria bom esse contato, seria bem aceito?

Márcio: Com certeza. Veja... Toda parceria que venha pra desenvolver algo, ela é bem-vinda. O que pode se esbarrar é na questão da cultura, o aspecto cultural das pessoas. Porque pra que as coisas aconteçam, precisam que as pessoas queiram e que as pessoas gostem. E o que eu tenho visto ---Eu estou há quatro anos aqui, que retornei--- e o que eu tenho visto e escutado bastante são relatos das pessoas e a gente percebe que alguns moradores não gostam da cidade. Não gosto do... Do conjunto arquitetônico que a cidade passa que reflete. Você vê, as nossas ladeiras de pedra de sabão, há algumas décadas atrás elas foram cobertas com placas de cimento e isso foi colocado a tona e tal... Mas algumas achavam de acordo, outros não e ficava aquele impasse. E, no entanto, a cidade vai acabando e perdendo suas características. Nós temos aqui em São Cristóvão um problema que difícil de você degustar, que é uma prática aqui no município, que é a questão do... Dos pesos e medidas. Aqui “alguém pode algo e alguém não”. É onde, por questão cultural, e eu acho que isso tem que ser avaliado com bastante prudência e que isso venha a ser colocado, a princípio, nas escolas nos primeiros anos de aula. Pra que você forma um cidadão que venha aprendendo a gostar da sua cidade e levando a cultura. Outro problema que temos em São Cristóvão: Hoje nós temos alguns grupos de... De folclore do nosso município que a gente tá entendendo que eles estão se acabando. E nós não estamos tendo pessoas pra repor, porque nós não temos oficinas para isso. Nós perdemos recentemente um mestre e eu ainda não encontrei um substituto dele, ainda não conheço... Nós temos aí o mestre do reizado e a gente ainda não conhece o substituto... Nós temos inúmeros e inúmeros...

Ingrid: Ou seja, as pessoas estão morrendo e estão levando com eles muita parte da cultura, porque o pessoal daqui não tá se interessando tanto assim...

Márcio: Justamente. Por parte tanto dos moradores, também por parte do poder público. Que não existe uma política pra incentivar dos movimentos populares. Não existe.

Ingrid: E esse é um dos motivos por vocês terem se organizado enquanto grupo, pra não deixar que isso morra... Como você falou, as pessoas tem que ter o incentivo, tanto do governo quanto de dentro do município, das ações sociais. Que é o que vocês tão fazendo, incentivando o pessoal a não deixar a cultura de São Cristóvão morrer.

Márcio: Justo. Muita gente, muitos artistas aqui ficam no anonimato, por falta de eventos culturais, por falta de feiras, por falta de tal natureza. Então as pessoas só confeccionam os trabalhos e ficam dentro de casa. Nós temos muitos que estão precisam despertar.

Ingrid: Então seria interessante parcerias que estimulassem o acontecimento desses eventos pra que essas pessoas pudessem mostrar seus trabalhos?

Márcio: Com certeza! Aqui falta divulgação... Às vezes tem uma exposição no IPHAN e só tem três pessoas. Eu vim, mas eu vim porque eu busquei a informação. Mas tem pessoas que, por uma questão cultural, não vai buscar a informação. Espera que a informação chegue, e ela não chegando, acontece o que aconteceu... Nós tivemos várias oficinas aqui e, no entanto, o número de participantes foi mínimo. Se você não despertar o interesse nas pessoas... A divulgação é um ponto que tá muito fragilizado.